



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 23

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1953

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição, e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, nos dias 25 e 27 de março, 8, 10, 15, 17, 22, 24, 29 de abril e 6 de maio do ano em curso, às 21 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo enumerados:

Dia 25 de março:

1 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.181, de 1956, na Câmara dos Deputados e n.º 92, de 1957, no Senado) que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro do Pessoal e dá outras providências.

Dia 27 de março:

2 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 3.930, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 82, de 1957, no Senado) que regula a contagem de tempo do serviço para os paraquedistas militares.

Dia 8 de abril:

3 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 117, de 1955, na Câmara dos Deputados, e n.º 124, de 1957, no Senado) que cria uma taxa especial de propaganda do café no exterior.

Dia 10 de abril:

4 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.239, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 201, de 1957, no Senado) que assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção *post mortem*.

Dia 15 de abril:

5 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 15, de 1956, no Senado Federal, e n.º 2.752, de 1957, na Câmara) que estabelece em novos moldes, a apo-

sentadoria por invalidez dos trabalhadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e da outras providências.

Dia 17 de abril:

6 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.181, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 151, de 1957, no Senado) que estende aos ferroviários e marítimos das empresas incorporadas ao patrimônio da União os benefícios da licença-prêmio.

Dia 22 de abril:

7 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.620, de 1957, na Câmara dos Deputados e n.º 142, de 1957, no Senado) que esting a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1958.

Dia 24 de abril:

8 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.546, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 50, de 1957, no Senado) que cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

Dia 29 de abril:

9 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.158, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 233, de 1957, no Senado) que dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Dia 6 de maio:

10 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 382, de 1955, na Câmara dos Deputados, e n.º 293, de 1956, no Senado) que dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiro.

Senado Federal, em 17 de março de 1958

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Domingos Vellaco.

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.
Cunha Mello.
Freitas Cavalcanti.
Victorino Freire.
Domingos Vellaco.
Mathias Olympio.
Prisco dos Santos.
Secretário, Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissões Especiais De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.
Filinto Müller.
Secretário: José da Silva Lisboa.
Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
Mem de Sá — Vice-Presidente.
Gaspar Veloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
Gomes de Oliveira — Relator do pelo

Projeto do Código Partidário.
Lameira Bittencourt.
Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

Colmbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasqualini. (1)

Lino de Mattos.

1) Substituído temporariamente

Sr. Primio Beck.

Reuniões — Quintas-feiras.
Secretário — Sebastião Veiga.

Consolidação das Leis do Trabalho.

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Othon Mäder.
Kerginaldo Cavalcanti.
Júlio Leite.
Ernani Satrio — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Tarso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Licurgo Leite.
Sívio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1 de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Gaspar Velloso.
Saulo Ramos.
Lourival Fontes.
Caetano de Castro.
Argemiro de Figueiredo.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
Mem de Sá.
João Villasbôas.
Daniel Krieger.
Sá Tinoco.
Lino de Matos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Later — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Capanema — Relator.
Aronso Arinos — Relator.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Cerdeira.
Felinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Coimbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.
Secretários Lazary Guedes e José

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Exterior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Ano	Cr\$ 126,00
Ano	Cr\$ 96,00		

FUNCCIONARIOS

Capital e Interior		Exterior	
Semestre	Cr\$ 23,00	Ano	Cr\$ 108,00
Ano	Cr\$ 76,00		

— As assinaturas, feitas em qualquer época, poderão ser semestrais, com exceção das do exterior, que serão sempre anuais.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

ATA DA 2ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA, EM 18 DE MARÇO DE 1958.

PRESIDENCIA DOS SRS. APOLÔNIO SALLES E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Moura Vieira — Cunha Mello — Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Lameira Bittencourt — Sebastião Archer — Victorino Freire — Publio de Mello — Waldemar Santos — Mathias Olymic — Leonidas Mello — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Reginaldo Fernandes — Ruy Carneiro — Octacilio Jurema — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Salles — Novas Filho — Nelson Firmo — Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti — Palmeira — Júlio Leite — Jorge Maynard — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Ary Vianna — Sá Tinoco — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Alencastro Guimarães — Caetano de Castro — Gilberto Marinho — Benedicto Valladares — Lima Guimarães — Lino de Mattos — Domingos Vellasco — Coimbra Bueno — Pedro Ludovico — Sívio Curvo — João Villasbôas — Felinto Müller — Othon Mäder — Gaspar Velloso — Alô Guimarães — Gomes de Oliveira — Nereu Ramos — Saulo Ramos — Mem de Sá. — (55).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores.

Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 1.º Suplente, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte:

Expediente

MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República, ns. 37 a 40, restituindo autógrafos dos seguintes projetos já sancionados: Projeto de Lei da Câmara ns. 196, 192 e 240, de 1957; e n.º 9, de 1958, respectivamente, que concede isenção de tributos de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Telefonak-Tiebolaget LM Ericsson; retifica a Lei n.º 2.942, de 8 de novembro de 1956, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de magistrário; concede o auxílio especial de Cr\$ 1.000.000,00 à Casa dos Artistas do Rio de Janeiro; e autorizando a abertura de crédito especial de Cr\$ 10.300.000,00, como auxílio ao Hospital Pro-Matru, no Distrito Federal.

OFÍCIOS

Do Sr. Presidente da Comissão Especial de Faixa de Fronteiras sob n.º 70, solicitando esclarecimentos referentes à Resolução n.º 16, de 1950, desta Casa do Congresso.

Do Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, nos seguintes termos:

Sr. Secretário:

Em referência ao Ofício n.º 35, de 24 de fevereiro último, tenho a honra de encaminhar a V. Ex.ª, nas inclusas

cópias, as informações prestadas pelo Departamento Nacional de Indústria e Comércio, para atender ao Requerimento n.º 17, de 1958, do Sr. Senador Gilberto Marinho.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Ex.ª os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — Parsifal Barroso.

O. S. n.º 98

Solicitando informações ao requerimento n.º 17, de 1958, sobre os Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no Exterior.

1. Informa a S. E. C. ter conhecimento de que sobre reforma dos Escritórios foram feitos estudos acerca dos quais tiveram conhecimento as Confederações que disso se ocuparam em 1957.

2. Informa, ainda, que outros estudos são objeto de cogitação, como se vê pelas cópias dos ofícios G. M. solicitando das Confederações do Comércio e da Indústria sua cooperação e sugestões para o preparo de um anteprojeto em o qual se contemplem aquelas entidades em suas reivindicações.

3. Informa, também, que até o presente momento não são chegados à Seção de Escritórios quaisquer sugestões ou estudos sobre reforma oferecidos pelas mencionadas entidades.

Em de março de 1958. — Emílio Dias Filho — Diretor da Divisão de Expansão Econômica do DNIC.

Senhor Diretor de Divisão.

Com o requerimento n.º 17, de 1958, o Senador Gilberto Marinho solicita a este Ministério informações sobre a reestruturação dos Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no exterior.

Cabe a SEC informar:

a) que, pela Divisão de Expansão Econômica, foi feito um estudo sobre a reforma dos Escritórios, a respeito da qual tiveram conhecimento as Confederações;

b) que, pelas cópias anexas dos ofícios G. M. solicitando cooperação e sugestões às Confederações do Comércio e da Indústria, para o preparo de um anteprojeto, verifica-se que existem outros estudos em perspectivas;

c) que, a Seção de Escritório, entretanto, até a presente data não recebeu qualquer sugestão ou estudo das citadas entidades.

Em 7 de março de 1958. — Nicia Tapares da Silva — Chefe da SEC.

Em de março de 1958

Exmo. Sr. Presidente:

Com o propósito de apresentar ao Senhor Presidente da República um anteprojeto de reforma dos Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial que mantem nosso país no exterior, a fim de modificar-lhes a estrutura e dar-lhes maior capacidade e eficácia, tendo a honra de dirigir-me a essa entidade superior, solicitando de V. Excia. a sua valiosa colaboração para que possa, dito anteprojeto, a ser enviado por mensagem ao Congresso, dar atendimento às reivindicações da classe que essa entidade representa.

Muito estimaria essa colaboração me fosse oferecida com a maior brevidade possível.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de minha estima e distinta consideração. — Parsifal Barroso.

Ao Requerente

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Domingos Vellasco.

E' lido e apoiado o seguinte.

Requerimento n. 65, de 1958

Senhor Presidente:

Requeremos a transcrição, em nossos Anais, da entrevista concedida pelo Ministro Oswaldo Aranha ao vespertino "Última Hora", desta Capital e publicada em sua edição de ontem, na qual Sua Excia. presta o seu depoimento sobre problemas da atualidade internacional.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1958. — *Domingos Vellasco.*

O SR. PRESIDENTE:

O presente requerimento será discutido e votado depois da ordem do dia.

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães, por permuta com o nobre Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito.

O SR. JURACY MAGALHÃES:

Não é necessário ser-se meteorologista político nem ter vocação para Cassandra para afirmar-se que nuvens densas e negras ameaçam o País, ao reabrir-se o Congresso neste 4º ano legislativo da 3ª legislatura, depois da Constituição de 1946.

Todos sentem, — todos, salvo os pescadores de águas turvas, — todos sentem a gravidade da situação nacional, cravada de dificuldades extremas e crivada de crises de toda natureza a aumentarem, dia a dia, o padecimento do povo brasileiro.

Diz o Senhor Presidente da República, em sua Mensagem de 15 último, — mensagem que é bem o espelho da ligeireza de seus conceitos sobre política e administração, — que "a Oposição repôs-se no exercício normal de sua atividade política", quando, na verdade, a Oposição jamais se afastou de seus deveres para com o País e o regime. Assim é que, no início destes nossos trabalhos parlamentares, aqui estamos para reafirmar a nossa posição de luta, de luta firme e tenaz —, em defesa do povo, combatendo os erros do Governo e ajudando-o, de-se modo, a resolver os problemas que dependem do comportamento da Oposição, como força institucional da República.

Gaba-se e jacta-se o Senhor Presidente da República da "prestigiosa maioria" que "sob orientação uniforme" o apoia, enquanto as demais forças políticas e o povo assistiram à acintosa intervenção do Executivo nas eleições da Mesa da Câmara dos Deputados, com a fragorosa derrota do Governo que, em vão, tentou obstar e impedir a participação da U.D.N. na Comissão Diretora e nas Comissões Técnicas, dentro do critério de proporcionalidade que a representação do povo nos devia assegurar naquela Câmara Baixa do Congresso.

Se nossos problemas de direção do Senado foram resolvidos satisfatoriamente e em harmonia, neles não terá influído o atual Presidente da República, cujo facciosismo o vem acreditando como digno e condigno da mentalidade do mais faccioso chefe de algum longínquo e retrógrado distrito municipal brasileiro.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com todo o prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — V. Exa. acaba de afirmar que, nas eleições da Mesa e na organização das Comissões do Senado, o Sr. Presidente da República não teve parte ativa. Parece-me que igual procedimento adotou S. Exa. em relação à Câmara dos

Deputados. A Oposição foi convidada a colaborar na Mesa e ter seus representantes nas Comissões, fato que, no ano passado, não se deu, porque, a própria Oposição se negou a cooperar com as forças da Maioria. Aproveito a oportunidade para declarar que o Sr. Juscelino Kubitschek, não teve nem aqui nem na outra Casa do Parlamento, a mínima interferência no particular. Não poderia mesmo tê-la, visto tratar-se de poderes harmônicos, mas independentes. Afirmando, outrossim, que não houve vitória da Oposição na composição da mesa da Câmara. O presidente eleito pertence ao Partido majoritário, dele não se desligou e tem comparecido às audiências do Sr. Presidente da República, como arrematamento pessedista que é. Parece-me que não se pode inferir vitória da Oposição na eleição para a Mesa da Câmara dos Deputados de um elemento da Maioria, que disto faz praça, tanto que visitou cordialmente o Sr. Presidente da República no dia seguinte ao de sua eleição.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Muito obrigado pelo aparte. O Senado testemunha a insegurança com que V. Exa. chegou a uma afirmação. Iniciou declarando que lhe parecia não ter tido o Sr. Presidente da República interferência no processo de eleição dos membros da Mesa das Casas do Congresso. Sabe o nobre colega, entretanto, que a Mesa da Câmara dos Deputados foi coordenada pelo Sr. Ministro da Justiça em seu gabinete, em nome do Chefe do Executivo; que o Partido a que se filia S. Exa. escolheu candidato e foi negado à Oposição o direito de participar da Mesa. A Oposição não recebeu convite, conquisou, por esforço hercúleo, no recinto da Câmara dos Deputados, os lugares que hoje detêm na direção dos trabalhos daquela Casa legislativa.

Aos vastíssimos recursos intelectuais de V. Exa., portanto...

O Sr. Gaspar Velloso — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. JURACY MAGALHÃES — ... falecem possibilidades de demonstrar ao Senado e à opinião pública, que não houve interferência do Presidente da República nas eleições para a Mesa da outra Casa do Congresso. Mais do que isso, V. Exa. não poderá contestar que o Governo foi fragorosamente derrotado. Tanto o foi que, ao receber o ilustre Presidente Ranieri Mazzilli, o Sr. Juscelino Kubitschek demonstrou indistigável frieza, que todos os jornais registraram e pode marcar início de relações pouco amistosas entre os dois Poderes da República.

O Sr. Gaspar Velloso — Perdoe-me V. Exa. a insistência, mas desejo apenas prestar esclarecimento aproveitando o fato, que me diz respeito muito de perto, porque se relaciona com a política regional no meu Estado. Na reunião do Partido Social Democrático em que se cogitou da escolha do candidato à Presidência da Câmara dos Deputados, os correligionários pessedistas do Paraná, a uma voz, votaram no Sr. Ranieri Mazzilli. Isto dentro do Partido, evidencia que o Sr. Presidente da República não interferiu na escolha do candidato, deixando-a aos Partidos livremente. Sabe V. Exa., porque conhece os políticos pessedistas da minha terra, que, se o Governo tivesse manifestado desejo de indicar qualquer candidato, a arrematamento partidária do meu Estado daria a conhecer aos ilustres deputados componentes da chapa pessedista na Câmara Federal, sua vontade. Não houve, entretanto, indicação de nome algum; tanto assim que os deputados pessedistas da bancada do Paraná votaram no Sr. Ranieri Mazzilli. Essa a revelação não é recurso intelectual. Conto fato, que talvez o povo brasileiro ignorasse.

O SR. JURACY MAGALHÃES — E' erro de V. Exa. supor que a opinião pública aceita suas explicações.

O Sr. Gaspar Velloso — São verdadeiras.

O SR. JURACY MAGALHÃES —

V. Exa. não está convencido do que diz. Vê-se claramente no seu semblante de homem sério, a dizer coisas não muito sérias.

O Senado inteiro conhece — porque todos somos homens do *métier* político — como se processaram os entendimentos, em nome do Presidente da República, para eleger o Deputado Oliveira Brito. Todos sabemos que, na vida parlamentar, a ação do Governo é exercida através do Líder, o qual não é, apenas, o porta-voz da bancada da Maioria, mas, também, do Presidente da República. O Sr. Vieira de Mello declarou, enfática e presunçosamente, nas vésperas das eleições, que estava tão certo da vitória do candidato da Maioria quanto de que ele próprio seria, futuramente, o governador da Bahia.

Vejam que sério risco de tão graves consequências, assumiu o Líder da Maioria na Câmara dos Deputados. Fragorosamente derrotado, comprometeu, não apenas a posição da corrente majoritária, mas a sua própria candidatura ao governo da Bahia.

Retomo, Sr. Presidente, depois de-se debate com o eminente colega e bravo sub-Líder da Maioria, Senador Gaspar Velloso, o fio de minhas considerações.

Nenhuma receptividade encontram, nem poderiam encontrar, no espírito da Oposição e do povo brasileiro, as falazes afirmações presidenciais quando ousa dizer que: "Tanto as forças que se solidarizam com o Governo, como as que dele divergem podem, agora, disputar, com plena garantia e em atmosfera de perfeita imparcialidade, as eleições que se avizinham". "Risum teneatis"...

— Será que o Senhor Presidente da República supõe estar governando um bando de néscios? — Onde está e em que consiste a imparcialidade apregoada por Sua Excelência? — Será no faccioso provimento dos cargos públicos, em que a competência e a honestidade dos escolhidos são negligenciadas, para valer apenas a origem e côr partidária dos agraciados, nem sempre com ficha limpa, na própria política? — Será na impunidade que assegura aos malversadores dos dinheiros públicos? — Na proteção a contrabandistas? — Na incapacidade de obstar ou obstaculizar a tráfico de influência? — Será na discriminação partidária na liberação das verbas orçamentárias, incluídas no famoso "Plano de Economia"? — Será nos financiamentos de favor nos estabelecimentos de crédito público? — Será na desabusada aplicação de verbas e de material com que certos chefes de repartição asseguram a própria eleição, em detrimento até de correligionários mais capazes e mais dignos? — Será na criminoso concessão de bolsas de estudo que, através de pais necessitados, semeia a corrupção na alma da própria infância e da juventude brasileiras? — A este propósito apresentei ontem, um requerimento de informações onde se incluí a prova de que o "Dr. Tufy Haad, eleito Presidente da Câmara Municipal de Lavras, em Minas Gerais, apesar da luta subterrânea, havia chegado do Rio de Janeiro, onde conseguiu, no Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Dr. Célio Teixeira Brant, D.D. Chefe de Gabinete, candidato a Deputado, 118 bolsas de estudo para a coletividade lavrense", beneficiando 118 famílias, fato inédito nos anais da nossa história". — Será assim que se objetiva a imparcialidade assegurada ao Congresso ainda há menos de uma semana? — Não, Senhor Presidente, a isenção do Senhor Juscelino Kubitschek é de outro jeito...

— Será, como se viu em Lavras, onde *imparcialmente*, val o Governo da República assegurando a eleição do Dr. Célio Brant a Deputado Federal pelo glorioso Estado de Minas Gerais?

Por fatos idênticos "mutatis mutandis", 38 deputados mineiros pediram o afastamento do Dr. João Kubitschek, da Chefia do Departamento de Estradas de Rodagem, em Minas Gerais, pela concorrência que vem empregando contra os demais candidatos mineiros, — ouça-se bem —, candidatos de todos os Partidos! Que Deus nos livre sempre de semelhança imparcialidade...

O Sr. Lima Guimarães — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com todo prazer. Folgo em ver V. Exa. estrear em discurso meu, na sua nova condição de Líder da bancada do seu partido...

O Sr. Lima Guimarães — E' grande honra para mim.

O SR. JURACY MAGALHÃES — ... cargo que vai dignificar, mantendo as tradições dos seus antecessores.

O Sr. Lima Guimarães — Devo declarar que falo, não como Líder do meu Partido, mas como representante do Estado de Minas Gerais. O Sr. João Kubitschek de Figueiredo não é filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Declara-o V. Exa., com orgulho ou com pesar?

O Sr. Lima Guimarães — Nem com orgulho nem com pesar; apenas com naturalidade. O Dr. João Kubitschek é juiz notável, que muito tem trabalhado pela grandeza de Minas Gerais. Ocupando de maneira eficiente o cargo de Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, sua candidatura foi pleiteada por elementos do próprio Departamento. Alheio a qualquer partidário, todas as agrilações políticas lhe ofereceram legenda, inclusive a de V. Exa. que, aliás, insistiu no convite. Aceitou o compromisso de candidatar-se com relutância embora e, talvez porque haja preferido o Partido Social Democrático, sentiram-se os outros partidos no tanto respigados pela espontaneidade do manifesto lançando sua candidatura. Foi o que se passou com o Dr. João Kubitschek, que, repito, não é do meu Partido.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Contesto a afirmação de V. Exa. de que a União Democrática Nacional ofereceu legenda ao Dr. João Kubitschek. Se assim fosse, não teria ela capitaneado o movimento no sentido da demissão de S. Exa. do Departamento de Estradas de Rodagem.

O Sr. Lima Guimarães — Não foi só a União Democrática Nacional; também alguns elementos do Partido Social Democrático, assinaram o pedido.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Verá o nobre colega que, no fim do meu discurso, proponho medida que deve ser tomada acima dos partidos, contra essa intervenção abusiva do dinheiro e da força dos cargos públicos nos pleitos eleitorais.

O Sr. Lima Guimarães — Devo informar a V. Exa. que é pensamento do Presidente do meu Partido e desta Casa do Congresso, Dr. João Goulart, fazer afastar das direções de todas as autarquias os candidatos a cargos eletivos. A deliberação do Vice-Presidente da República foi muito bem aceita pelo Partido Trabalhista Brasileiro, e creio, será a norma adotada. Resta apenas discutir o prazo em que os candidatos se devem afastar dos respectivos postos.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Notícia auspiciosa V. Exa. traz ao conhecimento do Senado e da Nação.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá — Aliás, o afastamento devia ser seis meses antes e seis meses depois, senão, põe-se no lugar um lenço!

O SR. JURACY MAGALHÃES — V. Exa. tem inteira razão.

O Sr. Mem de Sá — Só assim o afastamento dos cargos seria de verdade e não de conversa fiada.

O SR. JURACY MAGALHÃES — O afastamento aparente dá muito maior cobertura à ação desenvolvida dos candidatos. Se o Presidente da República concordar em que estes diretores de serviços sejam substituídos por pessoas de sua confiança, os substitutos agirão com muito maior desenvoltura para a eleição dos amigos que deixaram os postos a fim de que eles os exercessem.

O Sr. Mem de Sá — Principalmente sendo Ministro da Fazenda.

O SR. JURACY MAGALHÃES — De inteiro acôrdo com V. Exa., dizia eu; Sr. Presidente.

(Lendo) — Será "atmosfera de perfeita imparcialidade, e desenvoltura com que autarquias da Previdência Social, funcionando em benefício de pelégs e "caixinhas"? — Será "atmosfera de perfeita imparcialidade" monopólio arbitrário, ilegal e imoral que o Governo instituiu na utilização dos instrumentos de divulgação, — o rádio e a televisão, — em detrimento da Oposição e, especialmente de seu grande líder, Carlos Lacerda, cuja saúde foi sacrificada pelos esforços fabulosos com que tentou suprir, indo de praça pública em praça pública, a diferença de meios, na luta áspera e desigual em defesa das liberdades públicas?

Ao ouvi-lo frisar as tremendas dificuldades em prosseguirmos em pejeia assim, tão desigual e onde a nossa presença daria aspectos de moralidade e legalidade ao que era imoral e ilegal, lembrei-me do trecho de uma das famosas cartas do Padre Antonio Vieira, pois o nosso grande líder, atacado, ofendido, ferido pelos mais efetivos e eficientes instrumentos e meios de propagação, sem direito de revide pelos mesmos veículos de divulgação, parecia, como escrevia Vieira, ir "rebentar de dor". Dizia o grande orador sacro: — "É coisa tão natural o responder que até os penhascos duros respondem e para as vozes têm eco. Pelo contrário, é tão grande violência não responder, que, aos que nasceram mudos, fez a natureza também surdos, porque ouvirsem e não pudessem responder, rebentariam de dor".

Grças a Deus os males de Carlos Lacerda são temporários e dentro de pouco tempo voltará a agupar, com sua potente e portentosa voz, o lugar em que é insubstituível, na luta pelo aperfeiçoamento do regime democrático, no Brasil. Senhor Presidente:

Córes róseas nos céus de nossa Pátria só se enxergam e só se encontram através da literatura governamental. É, porém, nas páginas da recente Mensagem Presidencial e em outros documentos oficiais, que encontramos razões de sobressaltos e motivos de inquietações, principalmente por sentirmos a debilidade dos pilotos que dirigem a nau do Estado.

As instituições, evidentemente reclamam reforma. Os partidos políticos, pulverizados e débeis, preenchem com deficiências suas tarefas na estrutura do regime.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. teve muita coragem ao ler a Mensagem do Sr. Juscelino Kubitschek; o nosso ilustre 1.º Secretário não se animou a ler sequer a terça parte.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Sou mais paciente do que o nosso ilustre 1.º Secretário. Tomei conhecimento de toda a Mensagem, e devo dizer a V. Exa. que a esse gênero de leitura me aplico com exemplar cuidado. Sou leitor de todas as mensagens presidenciais e guardo-as

com carinho no meu arquivo de político.

O Sr. Mem de Sá — Com carinho? Tenho minhas restrições.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Mas tenho um filho iniciando-se na vida pública, e já lhe enviei um exemplar da Mensagem do Sr. Presidente da República para que aprenda a exercer seu espírito crítico, através daquela manifestação de otimismo que está em evidente contraste com o que todos nós, brasileiros, sentimos.

O Sr. Mem de Sá — Peço licença para retificar: otimismo, não; — delírio.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Otimismo delirante.

Sr. Presidente, dizia eu que as instituições evidentemente reclamam reforma. Os partidos políticos, pulverizados e débeis, preenchem com deficiências suas tarefas na estrutura do regime. (Lendo)

A Federação, diante da defeituosa discriminação de rendas, tornou-se um mito, transformados os Estados em mendigos, esmolando e pedindo socorro financeiro ao Banco do Brasil. A renovação do eleitorado processa-se lentamente, vagorosamente, sem o fornecimento de recursos temporários à Justiça Eleitoral. Há incredulidade até na realização das eleições, agravada essa suposição pelas tentativas de prorrogação de mandatos executivos e parlamentares e outras medidas anti-democráticas.

Se, dentro de nossas fronteiras, somos politicamente desorganizados, em nossas relações exteriores tornamos, crescentemente, marginais, navegando ao sabor dos ventos, no mundo tempestuoso dos dias atuais.

Nosso comércio internacional oscila entre as necessidades de importar o que não podemos pagar e da exportar produtos que não resistem, por culpa nossa, à concorrência no mercado estrangeiro. A receita cambial, proporcionada pelas exportações, caiu a US\$1.365 milhões, determinando um déficit, no Balanço de Pagamentos de US\$315 milhões, em 1957.

Os excedentes do café, no fim do ano cafeeiro de 1958, atingirão 12 milhões de sacas, contando-se com um estoque de 22 milhões de sacas em 1959. É café bastante para suprir qualquer governo e sua desastrosa política econômica.

A dívida consolidada interna atingiu a 10,7 bilhões de cruzeiros, em 1957, enquanto a dívida fluante ascendia a 116 bilhões de cruzeiros, dobrando praticamente de 1956 para 1957.

O déficit orçamentário, em 1957, alteou-se a 32,9 bilhões de cruzeiros. E, para 1958, as perspectivas são ainda mais sombrias, com um desequilíbrio potencial estimado em 45 bilhões de cruzeiros.

(Interrompendo a leitura) — Tenho em meu poder os balanços gerais da União, e todos os números que estão citando constam da Mensagem. Posso declarar ao Senado que, no Balanço Geral da União, estão computados mais de onze bilhões de cruzeiros dispendidos sem crédito ou acima dos créditos, sem autorização legislativa.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com prazer.

O Sr. Mem de Sá — A Mensagem nesse ponto, confirma o que V. Exa. está dizendo. Os pagamentos sem crédito ou acima dos créditos, vão a mais de onze milhões de cruzeiros, assim como o déficit que a Mensagem confessa de quarenta e um bilhões e cem milhões. O déficit, em 1956, foi de trinta e dois bilhões; em 1957 foi muito pior, isto é, oito bilhões a mais do que de 1956.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Devo dizer a V. Exa. que os dados são absolutamente corretos; o de trinta e dois bilhões e novecentos milhões de cruzeiros é da Mensagem.

O Sr. Mem de Sá — Desculpe V. Exa. A Mensagem diz quarenta e um bilhões e cem milhões de cruzeiros.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Mostrei a V. Exa.

O Sr. Mem de Sá — Estive lendo hoje, de manhã, a Mensagem.

O Sr. Fernandes Távora — Outro homem corajoso. (Riso).

O Sr. Mem de Sá — Corajoso e sofredor de insônia. Creio que os dados são da página 100 da Mensagem.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Reafirmo a V. Exa. que esse número trazido para o meu discurso é da Mensagem. Desejo, agora, ler para V. Exa., o total, que consta do Balanço Geral da União.

O Sr. Mem de Sá — O déficit é de 41,1.

O SR. JURACY MAGALHÃES — "Déficit orçamentário do exercício: — trinta e dois bilhões, novecentos e vinte e três milhões, cento e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e sete cruzeiros".

O Sr. Mem de Sá — Este é o déficit orçamentário. Deve dar o extra-orçamentário. O Presidente da República, num ponto, é muito correto; depois de incluir este déficit, ainda soma o extra-orçamentário.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Exatamente.

O Sr. Mem de Sá — Ai, chega a 41,1.

O SR. JURACY MAGALHÃES — O que V. Exa. está dizendo não infirma o que comento.

O Sr. Mem de Sá — Não.

O SR. JURACY MAGALHÃES — O número é verdadeiro; autêntico e foi tirado da Mensagem Presidencial. O déficit confessado é de trinta e dois bilhões e novecentos milhões de cruzeiros.

Além disso, desejo referir-me a página 58 do Balanço Geral da União, que relaciona as despesas gerais, créditos ou soma dos créditos não computados na execução orçamentária, total do item referido anterior.

Então vêm relacionadas todas as despesas com o total de Cr\$ 11.791.286.194,30.

O Sr. Mem de Sá — 11,8%.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Os apartes de V. Exa. são sempre bem-vindos.

O Sr. Gaspar Velloso — Solicitei permissão para um aparte quando V. Exa. discorria sobre a prorrogação dos mandatos, declarando-a perigosa para a estabilidade do regime, a fim de dizer que tanto os representantes majoritários do Partido Social Democrático como os do Trabalhista Brasileiro que apoiam a orientação governamental, assim como os dos altos órgãos do Executivo, todos se opuseram a essa prorrogação, em declaração pública. Inclusive o Senhor Presidente da República.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Devo salientar que o autor do projeto da prorrogação foi o Deputado Antônio Horácio, um dos mais eminentes membros do Partido de V. Exa.

O Sr. Gaspar Velloso — Foi ato individual, não representa a vontade do Partido. S. Exa. ficou sozinho, com pequena minoria não só no Partido como no âmbito das forças que apoiam o Governo e no seio do Executivo, porque todos se opuseram à prorroga-

ção dos mandatos. Quanto às dificuldades para as eleições, ao perigo de que se não realizem, sabe V. Exa. melhor do que eu, porque tem percorrido todo o Brasil, que o País inteiro acredita nelas, tanto que houve V. Exa. e seus partidários, na certeza de que se realizarão. É a esperança dos correligionários de V. Exa. Aliás isso é democracia; como a democracia que estou assistindo agora, com grande satisfação, no debate travado entre V. Exa., membro da Oposição, e o ilustre representante do Rio Grande do Sul, também da Oposição. É a reafirmação do que temos dito aqui: o Governo da República tem agido sempre com absoluta seriedade, dando ao Congresso e à opinião pública nacional conhecimento exato da situação financeira e econômica do Brasil, para que, em equilíbrio, formemos ao lado do Governo — V. Exas. na Oposição e nós na Maioria — dando remédio aos males pelos quais a atual administração não é responsável, mas que existem. Referiu-se V. Exa. ao café e eu perguntaria se tem culpa o Presidente Juscelino Kubitschek — que apenas há dois anos exerce seu mandato — de que as colônias africanas estejam plantando café e de que haja superabundância do produto.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Pela maneira por que faz o financiamento, tem culpa total.

O Sr. Gaspar Velloso — Se V. Exa. é partidário de que o Governo abandone, de vez, a política por que se vem norteando, através do Ministério da Fazenda em defesa do preço do café, deve declará-lo. Não se trata de proteger o produto em si, mas apenas de sustentar seu preço no mercado internacional. Gostaria que V. Exa. dissesse se é contra essa orientação, porque, então, saberíamos pela voz autorizada do Presidente da União Democrática Nacional, que o que se deseja é que se largue o café à própria sorte. Se não pensam V. Exa. e seu Partido dessa maneira, devem apontar o remédio para o mal honestamente configurado pelo Sr. Presidente da República na sua Mensagem, onde, dando conhecimento ao povo e ao Congresso da situação, pede-lhe seja apresentada solução melhor que a encontrada até agora.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Permite V. Exa. um aparte? (Riso).

O Sr. Gaspar Velloso — Perdoo-me V. Exa. a extensão de meu aparte.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Procura o nobre colega colocar o orador no dilema de dizer sim ou não a respeito de política, para a qual, nesta altura, o Governo já não tem opção. O Governo tem de prosseguir com os erros que plantou. Errou quando promoveu o financiamento ao nível de três mil cruzeiros por saca de café.

O Sr. Gaspar Velloso — O Governo não fez a valorização. Está mantendo os preços.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Fêz e continua a fazer a valorização artificial.

Sabe V. Exa. que o café da África estava sendo vendido no mercado internacional a trinta e dois centimos, e, depois dessa valorização artificial do Governo Brasileiro, passou a ser vendido a quarenta centimos. Sustentamos um guarda-chuva para abrigar os nossos concorrentes, em detrimento da economia nacional. Agora, reconheço o Brasil não tem opção; está naquela posição, caracterizada pelo Embaixador Mejia — grande técnico em assuntos de café: — "Se não for possível contar a acumulação desses estoques, só nos cabe ficar olhando a marcha do trem na certeza da catástrofe que se avizinha".

Não queira o nobre Senador Gaspar Velloso tirar as culpas do atual Governo, jogando-as sobre os ombros de outros, também apoiado pelo Partido de V. Exa.

Sabemos que, na realidade, essa fórmula de financiamento foi inspirada pelo Governo Juscelino Kubitschek.

Essas considerações e debates, Sr. Presidente, foram meras digressões do sentido geral do meu discurso.

A situação é como a Nação ou vê e os números atestam: terrível, em 1957; mas — o próprio Governo o diz:

"para 1958, as perspectivas são ainda mais sombrias, com um desequilíbrio potencial estimado em 45 bilhões de cruzeiros."

O Congresso concedeu ao Governo trinta bilhões de crédito em letras do Tesouro, para suprir orçamentários. O Executivo utiliza ágios, que são um orçamento paralelo.

Recebeu do Congresso nova Lei de Tarifas que canalizou para o Tesouro poderoso fonte de renda pública. Nada satisfaz a este Governo, que administra sempre da forma pela qual a Nação está vendo; acumulando déficits que já orçam acima de três dezenas de bilhões de cruzeiros.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exa. mais um aparte apenas para esclarecimentos.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com todo o prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — Dos trinta bilhões de cruzeiros, posso informar que apenas seis bilhões foram colocados; há portanto saldo no Tesouro Nacional de vinte e quatro bilhões. Quanto à nova Lei de Tarifas, que V. Ex.^a afirma ter dado resultados extraordinários, devo declarar que, se por um lado, baseada no critério ad valorem aumentou a renda alfandegária...

O SR. JURACY MAGALHÃES — O próprio Governo declarou que daria nove bilhões, e os técnicos asseguraram que produziria mais de vinte bilhões de cruzeiros.

O Sr. Gaspar Velloso — ... por outro, os resultados dos ágios entravam no Tesouro logo que se fazia o contrato de compra. Não acontece o mesmo com a nova modalidade de tarifas. Os resultados aparecem depois que a mercadoria chega ao porto de destino. A Lei de Tarifas começou a vigorar em agosto de 1957 e os negócios feitos no novo regime.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Cuidado com o argumento que V. Ex.^a está apresentando.

O Sr. Gaspar Velloso — ... só darão resultado depois de um ano, quando, repito, a mercadoria chegar. Era o esclarecimento que desejava dar ao nobre colega.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Declara V. Ex.^a que a Lei de Tarifas só irá propiciar o Governo de recursos no decorrer deste ano.

O Sr. Gaspar Velloso — Aos poucos.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Já vem propiciando desde o fim do ano passado!

Se o Governo sabe que vai ter tais recursos, como é que ele próprio declara na Mensagem ao Congresso que as perspectivas para 1958 são as mais sombrias? O argumento de V. Ex.^a cai inteiramente por terra.

O Sr. Gaspar Velloso — Absolutamente.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Em 1958, as perspectivas serão muito mais sombrias porque o Governo terá acumulado novos recursos mas continuará a oferecer à Nação esse espetáculo de péssima administração, registrando déficits sucessivos e astronômicos.

O Sr. Gaspar Velloso — As perspectivas sombrias são quanto ao café que não está saindo.

O SR. JURACY MAGALHÃES — (Lendo) — A inflação prossegue avassaladoramente, aumentando a circulação de papel-moeda em 15,8 bilhões em 1957. Para 1958, as emissões baterão novos recordes, forçadas pelo plano de valorização artificial do café e cobertura dos déficits orçamentá-

rios e despesas suntuárias da atual administração.

Pode-se agravar, assustadoramente, a situação, com as inevitáveis reivindicações de salários e ordenados, em consequência do incontrolado acréscimo do custo da vida.

Todos sentem a gravidade da situação, menos o dinâmico Sr. Presidente da República e seu trepidante Ministro da Fazenda.

Senhor Presidente:

A hora é grave e de justificadas apreensões. Não pretende a Oposição tirar proveito das dificuldades com que se defronta o Governo. Dispõe-se mesmo a ajudá-lo, naquilo que estiver a seu alcance, para superá-las. Ajudá-lo porém, sem adesismo, sem cambalachão, cumprindo o Governo seus deveres de Governo, enquanto atende a Oposição suas tarefas de Oposição.

Há um terreno de fácil entendimento entre os homens dignos de todos os partidos, e que, graças a Deus, existem em todas as agremiações políticas.

Com os processos atuais de política é impossível manterem-se em atividade os que a exercem com correção e honestidade. A influência do dinheiro nas eleições vai-se tornando decisiva e insuportável. Gastam com mais facilidade os que pior ganham. Uns empregam, sem-cerimoniosamente, o dinheiro público para satisfação de seus apetites políticos. Outros colocam a própria pecúnia, quase sempre mal ganha, como um investimento a propiciar novos lucros políticos ilícitos. Assim como acontece na vida financeira, onde a moeda ruim vai expulso a moeda boa do mercado, o mau político exclui o bom político, da vida pública brasileira.

Tenho recebido, em conversa com homens públicos de todos os partidos, o impacto do desencanto que os assalta, em face da brutal realidade da influência do dinheiro e da corrupção nos nossos pleitos eleitorais e eu próprio confesso, que se não for possível uma reação salutar contra essas práticas abusivas, prefero não mais disputar eleições no Brasil. Mas há de haver um meio de mobilizar as forças do bem contra o mal nesta luta entre Ariel e Caliban. É o que tenho respondido aos políticos com os quais venho debatendo tão palpitante e grave problema.

Em sua última reunião, o Diretório Nacional da UDN, à vista da exposição que lhe fez com base em fatos e documentos o Secretário-Geral, Deputado Guilherme Machado, resolveu tomar a iniciativa de ampla investigação parlamentar que terá por objetivo acompanhar a futura campanha política, fiscalizando e denunciando a aplicação do dinheiro como meio de distorção da vontade do eleitorado brasileiro. Teria, entre outras, esta Comissão, a atribuição de propor as medidas legislativas necessárias à elaboração de uma reforma eleitoral que ofereça meios e condições capazes de assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade da representação popular e a consequente legitimidade do poder. Essa a idéia que trago ao conhecimento do Senado, pedindo para ela o entusiástico e eficiente apoio dos homens de bem de todos os partidos políticos.

Não deixarei esta tribuna, Senhor Presidente, sem uma palavra de solidariedade para com os meus patriotas nordestinos, batidos mais uma vez pelo terrível e periódico cataclismo da seca. Tinha eu dez anos quando fixei, no meu distante Ceará, pela primeira vez, o quadro danoso, que minha conterrânea e notável escritora Raquel de Queirós, imortalizou, ainda em seus verdes anos no romance "O Quinze". Assisti outras secas mas nenhuma doeu mais em mim do que a de 1932, quando aos deveres de

humanidade, ajudava eu, as responsabilidades de Chefe do Governo da Bahia, o que me impunha obrigação de dar comida aos que sofriam fome, criar trabalho para os que necessitavam, providenciar transporte para os emigrantes da zona flagelada e fixá-los noutras regiões do Estado. Senti, então, na minha alma a verdade da observação de José Américo: "naquele mais triste do que uma criança triste". E eu vi e tive nos meus braços crianças que não se alegravam, nem se acriam num simples sorriso, ali mesmo diante dos confeitos com que procurava despertar a sua gulodice.

Em meio à desolação daqueles dias, senti o conforto de uma grande compensação: nada negou o Governo Federal em assistência às populações atingidas. Getúlio Vargas e José Américo de Almeida, simbolizando o Governo Federal, foram inexcedíveis no apoio aos nordestinos sofredores. São providências de igual vigor que a U.D.N. deseja apoiar nesta hora de decisão, ao tempo em que manifes a sua total solidariedade às populações daquele recanto abençoado da Pátria. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

Durante o discurso do Sr. Juracy Magalhães, o Sr. Apolônio Salles deita a cadeira da presidência, assumindo-o o Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Matos, segundo orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Otacilio Jurema, terceiro orador inscrito.

O SR. OTACILIO JUREMA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, antes de iniciar o meu modesto discurso, no qual conto o martírio por que está passando a minha região, que tanto tem dado ao Brasil em troca de tão pouco, vou ler um telegrama do Prefeito da minha cidade, Cajazeiras, no Estado da Paraíba, datado de ontem, que consubstancia um grito de angústia e desespero e fala mais alto do que as minhas palavras; e queira Deus chegue até aos ouvidos do Governo.

"Recebi telegrama. A situação é profundamente grave. Oito mil flagelados deste e de outros Municípios, Antenor Navarro e São Gonçalo, estão à mercê da seca sem serviço de vulto concreto, sem que os fornecedores possam atender suas necessidades, em virtude da exiguidade de verbas de emergência. Estive em João Pessoa onde verifiquei que não existe uma base de socorro para o volume de flagelados da região por parte do Departamento Nacional de Obras contra as Secas e do Governo do Estado, sendo necessário que o Governo Federal ampare imediatamente a situação dos nordestinos vergastados pela seca sob pena de assistirmos a espetáculos deprimentes nesta cidade e nas vizinhas. Espero que o prezado amigo lute sem tréguas a fim de conseguir alguma coisa de positivo para amparo da nossa gente, convido lembrar que, caso não cheguem providências urgentes, mais triste será o quadro de sofrimento e desespero depois de dia dezanove deste. Abraços. Antonio Rollim, Prefeito".

Agora mesmo, recebi outro telegrama do Prefeito mostrando a situação dramática que está vivendo Cajazeiras:

"A cidade está invadida por mil e quinhentos flagelados que estão implorando comida e trabalho. A Prefeitura não dispõe de recursos para atender a essa gente. Caso o Governo não tome providências imediatas, ficaremos a mercê de acontecimentos imprevisíveis. Abraços. — Antonio Rollim, Prefeito."

Dentro de poucos dias estarei nos sertões paraibanos, no cenário das secas, no meio da minha gente que aprendi a querer, pelos seus sofrimentos e pelas injustiças por que tem passado.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os tambores) — Permita-me lembrar ao nobre orador que faltam dois minutos para terminar a hora do expediente.

O SR. JURACY MAGALHÃES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro a V. Exa. que ouvido o Plenário, conceda ao nobre Senador Otacilio Jurema o tempo necessário para concluir seu discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Juracy Magalhães.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Otacilio Jurema.

O SR. OTACILIO JUREMA — Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. ao nobre Senador Juracy Magalhães e ao Senado, a gentileza de permitirem que conclua meu discurso.

(Lendo)

Sr. Presidente, estão se reproduzindo com a mesma intensidade das crises anteriores as perturbações climáticas do Nordeste com todo o cortejo de desgraças que essas períodos anormais fazem surgir, naquela área do País. Os exércitos de famintos já começam a invadir as cidades, compõem o triste cenário das retiradas, que povoam, nesses momentos dramáticos, as estradas dos sertões nordestinos, como desfiles macabros de homens tangidos pela pior de todas as misérias, que é a fuga sinistra da fome. Vão-se a esmo sem saber ao certo para onde, ao sabor do imprevisível, à espera de uma providência salvadora, em que confiam, mas não sabem de onde possa partir, tal a desorientação dessas horas fatais. São homens, mulheres e crianças acotados pelos ventos da seca, que não animam mas ressecam; não arejam, mas alucinam; não trazem a mensagem fagueira de todas as brisas, mas o estrépito de todas as desgraças. As pobres comunas do Nordeste sem recursos, desaparelhadas de material humano e de meios financeiros para atender ao extraordinário contingente que se aglomera, nas calçadas, às portas dos armazéns, e como num último apelo a Deus, às escadarias das Igrejas, não suportam sequer os ónus dos primeiros socorros quanto mais manter uma organização assistencial para enfrentar com eficiência os distúrbios do flagelo, em toda a sua extensão.

Estive no Ministério da Viação e em importantes Departamentos Federais, para coordenar com os seus titulares algumas providências de emergência, de maneira a afastar-se os primeiros impactos da crise, mas infelizmente recolhi desses contactos iniciais a mais desalentadora impressão.

Constarei, mais uma vez por incrível que pareça, precisamente quando se alardeia o equacionamento racional de todos os problemas fundamentais do País, que o Governo está inteiramente desarmado para enfrentar o repiquete. Não há nenhum plano capaz de ser aplicado nesses momentos cruciais. Minguan

as verbas, cuja aplicação vai se tornando cada dia mais difícil, em conjunturas como a atual, em face, segundo alegam os titulares dos órgãos, de sua destinação específica, como se fosse humano e justificável, do ponto de vista moral — para não falar no sentimento de solidariedade, que é a grande mística da vida de uma Nação — cumprir a letra fria do regulamento em detrimento de populações inteiras, que se dizem às vezes por falta de simples providência imediata.

Um desses titulares informou-me que o seu Departamento não contava com verbas globais, capazes de, pela sua flexibilidade, serem empregadas em obras de emergência. Considerando-se, Sr. Presidente, que a seca é fenômeno periódico, reproduzindo-se dentro de determinados ciclos, não seria razoável, lógico e perfeitamente explicável dentro do espírito de planejamento, que existissem previamente delineados pelos órgãos competentes, programas especiais para execução nessas épocas de calamidade? Por outro lado tendo em vista que a Constituição reserva um por cento de toda a renda tributária nacional para essa assistência de emergência, como justificar o argumento da falta de dinheiro, como procurou fazer-me crer o ilustre Diretor do DNOCS? Enquanto o honrado Ministro da Fazenda determina, por simples portaria, contrariando frontalmente a Lei das Sociedades Anônimas, que o Banco de Crédito da Amazônia — com o sacrifício do seu equilíbrio financeiro — se desfalque de cerca de quatrocentos milhões de cruzeiros para pagar os 25 por cento do aumento do preço da borracha, num gesto de liberalidade difícil de conciliar com as suas altas e relevantes atribuições de guarda do Tesouro cerceia drasticamente, o pagamento das verbas destinadas ao Nordeste, dificultando com mil e um malabarismos a sua liberação. O Diretor do DNOCS é contra as obras de ajudagem sem a devida mecanização, por isto importar na formação de aglomerações humanas, capazes de criar focos de agitação. É uma suspeita que não tem a mínima procedência pois não me consta que tais aglomerações, em qualquer fase da história das secas do Nordeste, tenham se constituído em pasto para os agitadores. Não seria o próprio fato da miséria humana sem qualquer indicio de proteção o campo material e psicológico ideal para uma ofensiva extremista? Acha que não, o ilustre Diretor do DNOCS. E com uma simplicidade de pasmarr condena a estranhável inexecutabilidade um plano de disseminação de agudes para conter essas levas humanas em fontes de fixação. Convidei-o a visitar a zona mais atingida, no meu Estado, e não tergiversou em declarar-me que de nada adiantaria a sua presença na área da seca, uma vez que não dispunha de meios para minorar o sofrimento da terra e da gente.

Pergunto ao Senado, nessa hora grave da minha região: para quem apelar nesses momentos de desespero? Para o Presidente da República? É o que faço nesse momento, depois de esgotar todas as instâncias, quase sem fé, desalentado por criminosa indiferença de uns e revoltante irresponsabilidade de outros.

Ocupo dizer que o Presidente Juscelino Kubitschek, quando alguém lhe adverte sobre o drama do Nordeste, mostra-se tocado de um espírito solidário, disposto a todas as benemerências. Chegou o momento do Chefe da Nação pôr a prova esses altos sentimentos. E o faça logo, antes que por efeito de providências tardias, sejam sacrificadas, no seu triste destino, famílias inteiras, brasileiros fora do Brasil, populações que vivem ainda hoje o espetáculo da mais cruel e insuportável e infeliz marginalidade. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. NEREU RAMOS:

Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. NEREU RAMOS:

(Para explicação pessoal) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, pedi a palavra para levar ao conhecimento do Sr. Ministro da Agricultura, que acabo de receber, constante do seguinte telegrama:

"Informando haver sérias irregularidades na compra do trigo pelos moinhos locais, prejudicando os colonos e a futura produção do trigo do Oeste catarinense, transmito o apelo dos triticultores, no sentido de conseguir que o Ministro da Agricultura designe uma comissão de inquérito, a fim de apurar as responsabilidades. Cordial abraço. — a) Serafim Bertaso."

Sr. Presidente, o signatário é primeiro suplente de deputado pela legenda do F.S.D. e esteve, durante a sessão legislativa passada, quase sempre em exercício.

Esta a denúncia que levou ao conhecimento do Sr. Ministro da Agricultura. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Vou ser lido projeto de lei encaminhado à Mesa.

Lido e apoiado, é despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças o seguinte

Projeto de Lei do Senado n. 3, de 1958

"Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) como auxílio à 'Real Sociedade Clube Ginástico Português', para reconstrução do seu teatro."

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a Real Sociedade Clube Ginástico Português na reconstrução de seu teatro, destruído por um incêndio em 17 de maio de 1957.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogados para este fim o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, e demais disposições em contrário.

Justificação

A cidade do Rio de Janeiro, que já possui poucos teatros em condições de proporcionar à sua população um entretenimento à altura de seus altos foros de cidade civilizada acordou no dia 17 de maio do ano passado com a notícia de que se incendiara o Teatro Ginástico, pertencente à Real Sociedade Clube Ginástico Português e onde se achava trabalhando o Teatro Brasileiro de Comédia, organização de alto nível no cenário artístico nacional.

A demolição do Teatro Fênix — a conversão do Teatro Glória em estabelecimento bancário vieram agravar ainda mais a crise de bons teatros nesta Capital já privada do Teatro Ginástico desde maio passado.

O clube atingido pela catástrofe, com a sua renda ordinária, não poderá, de modo algum atender aos encargos da reconstrução do teatro, dado o desaval entre a importância recebida do seguro e o custo orçado das obras.

O amparo à cultura é um dever do Estado (Constituição art. 174) e, assim, o Poder Público não pode

ficar indiferente ao desaparecimento de um teatro que tantos e tão relevantes serviços vinha prestando ao desenvolvimento da arte no Brasil.

Os prejuízos causados com o incêndio que destruiu o Teatro Ginástico orçam pela casa dos Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) e não obstante os seguros feitos pela entidade, só recebeu ela a importância de Cr\$ 4.224.248,50 (quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), manifestamente insuficiente para atender às reparações, que se elevam, com a alta geral das utilidades, a mais de Cr\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzeiros).

Cumpra, pois, ao Poder Público amparar a prestigiosa sociedade, laço fraterno entre portugueses e brasileiros, que é dirigida por um brasileiro, para que não venha a faltar à cidade o teatro que tantos serviços lhe presta.

O projeto visa atender, em parte, às necessidades econômicas da sociedade para reconstrução de seu teatro.

Sala das Sessões, em 18-3-58. — Alencastro Guimarães. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Requerimento n.º 64, de 1958, do Sr. Atílio Vivacqua e outros Srs. Senadores, solicitando a transcrição nos Anais dos discursos proferidos pelos Srs. Presidente da República e Ministro da Viação e Obras Públicas na inauguração, a 7 do corrente, em São Bernardo do Campo, São Paulo, da fábrica de motores a gasolina da Willys Overland do Brasil.

O SR. PRESIDENTE:

Está inscrita, para discutir o requerimento, o nobre Senador Lino de Mattos, a quem dou a palavra.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ontem, quando o Requerimento n.º 64 foi submetido à apreciação do Senado, solicitei a palavra para, regimentalmente, obter o adiamento da discussão para a sessão de hoje, porque era meu propósito falar sobre a matéria.

A primeira vista, trata-se de documento em que alguns colegas pedem a transcrição de discursos proferidos por autoridades do Executivo Federal e elementos ligados à administração da fábrica de jipes em São Paulo. Na realidade, entretanto, a matéria envolve, a meu ver, assuntos de maior importância, sobre os quais, de tempos a esta parte, venho ocupando a tribuna.

Trata-se, da inauguração de uma grande fábrica de jipes, em São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, que tenho a honra de representar na Casa. Enquadra-se a transferência dessa fábrica para o Brasil e sua montagem em nosso País naquele sentimento nacionalista de que estamos possuídos: facilitar a vinda de capital estrangeiro, máquinas, elementos enfim, que venham colaborar com o progresso de nossa terra.

Devem merecer aplausos unânimes da opinião pública brasileira, bem como todo o amparo, as instalações industriais da natureza dessa fábrica de jipes. Da mesma maneira, nossos aplausos às instalações da Mercedes Benz, DKW e outras que já iniciaram a fabricação de veículos nacionais: automóveis, jipes, caminhões e chassis de ônibus. Nossa atuação nacionalista é de entusiasmo quando as autoridades federais, estaduais ou municipais prestam tais iniciativas.

Sr. Presidente, no mesmo grau desse entusiasmo é, no entanto, nossa reprovação a amparo que se dá, com base na Instrução 115 da SUMOC, àquelas indústrias de que não carecemos em nossa Pátria.

A fim de que o Senado tenha ligeira idéia de como essa Instrução, baixada com objetivos altamente louváveis, está sendo desvirtuada, passo a referir-me a algumas das transferências autorizadas a indústrias que se instalaram no Brasil ou, se já instaladas, que ampliaram suas instalações. Assim mostrarei que se está exigindo, que se impõe maior cautela na aplicação da Instrução em causa. É a esperança que nutrimos, confiantes em que o Governo Federal, através dos seus líderes nesta Casa, tome conhecimento do nosso trabalho que tem o sentido de colaboração, a fim de evitar continue o desvirtuamento na aplicação desta legislação protecionista.

Segundo informa a SUMOC, entre as centenas de autorizações para importação de equipamento sem cobertura cambial, destaca algumas, solicitando a atenção dos nobres colegas para que verifiquem a coincidência na repetição de concessões para o mesmo tipo de indústria, de que, no meu entender, já não necessitamos mais, porque temos a indústria nacional.

Então, vejamos: autorização para transferência de máquinas e equipamentos para fábrica de lâminas.

Trata-se, Sr. Presidente, da lâmina "Gilete", que representa, para a nossa economia, não só a transferência, para o país de origem, de dividendos, como, principalmente, dos royalties correspondentes ao pagamento feitos para a licença concedida pela Gilete às fábricas nacionais para aqui também fabricarem o utensílio.

Outra autorização: conjunto de máquinas e equipamentos para a fabricação de produtos farmacêuticos.

Terceira autorização: máquinas e aparelhos para a produção, acondicionamento e embalagem de produtos farmacêuticos.

Quarta autorização: equipamento para fabricação de comprimidos, drágeas, pós granulados, cápsulas medicinais, isto é, produtos farmacêuticos.

Quinta autorização: equipamento para a ampliação da produção de pneumáticos.

Sr. Presidente, verifique V. Excia. o paradoxo da situação. Enquanto, no Senado, eminentes colegas se preocupam e agitam, louvavelmente, nossos trabalhos parlamentares em consequência da escassez da borracha, matéria-prima para a fabricação de pneumáticos e produtos similares, a SUMOC, constantemente, autoriza a transferência, com favores cambiais, de máquinas para fabricação de pneumáticos, câmaras de ar, etc. Não há coordenação de esforços entre as autoridades, a fim de evitar esse desfalque na economia de divisas da nossa Pátria.

O Sr. Alvaro Adolpho — Permite V. Excia. um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com todo o prazer.

O Sr. Alvaro Adolpho — Quanto aos pneumáticos, sabe V. Ex.ª que o mercado está saturado. A indústria nacional já produz o suficiente para as necessidades nacionais e, inclusive, para a exportação de excedentes.

O SR. LINO DE MATTOS — Como acentua o nobre Senador Alvaro Adolpho, — eu estou de pleno acordo e a opinião pública não desconhece o fato — no referente às indústrias produtoras de pneumáticos, câmaras de ar e produtos similares correlatos, o mercado está saturado. Não há mais necessidade.

Admitindo, apenas para argumentar, houvesse carência desses artigos, como se explica autorize a SUMOC a transferência, com facilidades cambiais, de máquinas para a fabricação desses produtos, quando se sabe que as fábricas existentes no Brasil protestam, cotidianamente, alertando as autoridades para a falta de matéria prima indispensável ao seu funcionamento?

Ainda há poucos dias, quando tratava do assunto o eminente Senador Cunha de Mello, lembrava eu a situação das fábricas de pneumáticos em São Paulo, ameaçadas de fechamento por falta de matéria prima. Enquanto isto acontece, no entanto, há autorização para importação de novos equipamentos. Há erro de interpretação na execução da Portaria n.º 113, da SUMOC.

Sr. Presidente, prosseguindo na citação das autorizações, vejo a transferência de equipamentos para uma fábrica de laticínios. É outro setor da indústria nacional perfeitamente atendido. Não há necessidade de novos equipamentos. É do conhecimento de todos.

As autorizações, entretanto, continuam.

O Sr. Mem de Sá — Nosso consumo de laticínios é simplesmente miserável. Estou de acordo com a tese de V. Ex.ª, divirjo apenas do nobre colega quando afirma que não temos necessidade de fábricas de laticínios.

O SR. LINO DE MATTOS — Não é, propriamente, o consumo de laticínios. O brasileiro, apesar de viver em um país com oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, é o que menos sabe alimentar-se. Quanto a esta parte, portanto, não há dúvida. Com relação, entretanto, a necessidade da importação, com facilidades cambiais, de equipamentos para montagem de novas fábricas de laticínios, creio que V. Ex.ª estará de acordo comigo.

O Sr. Mem de Sá — Concordo com a importação de fábricas de laticínios sem facilidades cambiais, de acordo com a Portaria 113. Se pudermos importar com fábricas, deveremos fazê-lo.

O SR. LINO DE MATTOS — Esta, eminente Senador Mem de Sá, já é uma orientação diferente. Não sou daqueles que defendem o fechamento das nossas portas para o resto do mundo. Entendo que, de acordo com a legislação tarifária, devemos estar com as portas abertas, a fim de que se transfiram para o Brasil todas as indústrias que aqui se queiram localizar. As facilidades cambiais, todavia, devem ser concedidas somente àquelas indústrias de que temos necessidade.

O Sr. Mem de Sá — E de fábricas de laticínios temos necessidade.

O SR. LINO DE MATOS — Af se recomenda o amparo, a proteção oficial, até mesmo, que se peça as indústrias que venham para o Brasil.

Sr. Presidente, somos os pioneiros da aviação. Quando se fala em aviação, tem-se presente Santos Dumont e o Brasil. Não temos porém, absolutamente nenhuma fábrica de aviões.

O Sr. Mem de Sá — Não temos fábrica de aviões?!

O SR. LINO DE MATTOS — De grandes aviões, não.

O Sr. Mem de Sá — Em São Paulo há uma fábrica de excelentes aviões.

O SR. LINO DE MATTOS — Explico a V. Ex.ª. Existe em São Paulo pequena fábrica de Tecco-Tecos; na Cidade de Botucatu. Refiro-me, porém, à grande indústria...

O Sr. Mem de Sá — Para isso não temos possibilidades.

O SR. LINO DE MATTOS — ...que fabrica DC-3, Convair, Constellation, grandes aviões de que a aviação comercial necessita.

Sr. Presidente, por que não figuram licenças canoas nenhuma indústria desta natureza? Qual o motivo de o Governo não procurar, através das suas embaixadas e escritórios Comerciais, as grandes indústrias de aviões, a fim de se instalarem no Brasil, a semana do que se fez com a Mercedes-Benz, Jeep, DKW, a fábrica alemã Volkswagen e outras? O Governo deve oferecer vantagens e terreno amplo, para que os interessados instalem fábricas no Brasil. Assim, dentro em pouco, teremos fábricas de aviões. Enquanto o Governo se omite nesta indústria e outras de importância, como, por exemplo a de construção de navios e tantas outras indispensáveis à nossa vida, facilita a transferência de equipamento para fábricas de lâminas Gillette, produtos farmacêuticos, produtos alimentícios, fábrica de laticina, que temos em grande quantidade.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — O sr. sorridente de V. Ex.ª, e o de que não ignora a impossibilidade de se transferir para o Brasil uma indústria de construção de navios ou uma fábrica de aviões de grande envergadura, DC-3, Convair, etc, porque o comércio e a indústria se fazem também em relação ao consumo. Instala-se numa fábrica Gillette porque há no Brasil consumo e de lâminas de barbear e, nestas condições, é possível trazer esta fábrica, pois não exige montagem tão grande nem capital tão considerável e não requer tantos operários especializados. Temos de começar por onde outros principiaram; não podemos começar logo trazendo para o país grandes fábricas de aviões, pois não temos nem o grande capital de que necessitam nem o grande consumo interno que justifique sua vinda, nem o investimento necessário dos capitalistas que residem no estrangeiro, nem técnicos especializados no assunto. Devemos começar por onde os outros começam e tenha a certeza V. Ex.ª, de que, se as coisas correrem como estão indo, dentro de pouco tempo teremos também as grandes fábricas.

O SR. LINO DE MATOS — É completa minha discordância com relação aos pontos de vistas do eminente colega. Hoje, o Brasil é um dos países que dispõem de uma frota aérea comercial não só eficiente como poderosa.

O Sr. Gaspar Velloso — De acordo com V. Ex.ª.

O SR. LINO DE MATOS — Essa frota de aviões comerciais e de turismo vem para o Brasil com imensas facilidades cambiais. Aliás, nesta exposição, vou citar dentro em pouco, as facilidades para a transferência de aviões equipados. Se nos déssemos ao trabalho de um levantamento estatístico dos favores fiscais concedidos para a transferência desses aviões, e dos favores constantes, estas pequenas coisas, como sejam, lâminas "Gillette", que aparecem aqui em plano absolutamente secundário, o ilustre Senador verificaria que há muito tempo já poderíamos ter dado início à fabricação de aviões em nossa Pátria e também poderíamos dispor de melhores estaleiros para a construção de transportes marítimos indispensáveis em país com o litoral imenso (o Brasil).

Infelizmente, essa mentalidade ainda predomina, a de que se trata de indústria demasiadamente grande para as aspirações nacionais.

Discordo do eminente Senador Gaspar Velloso. Entendo que as autoridades da SUMOC deveriam, isto s.m.,

fechar os olhos a estas bagatelas, estas pequeninas facilidades de transferências de equipamento de fábricas secundárias, que não interessam ao Brasil, mas que, somados os dólares, importam numa verdadeira fábula de pequenas fábricas como estas cujos nomes estou lendo. Refiro-me à transferência de equipamentos de fábricas de laticínios, lâminas Gillette, produtos farmacêuticos, facões e ontras. O total dos dólares facilitados importa em cerca de dezessete bilhões de cruzeiros se contarmos o dólar na avaliação de hoje, que é da ordem de cem cruzeiros.

Observe o ilustre colega Senador Gaspar Velloso como de pequenas em pequenas parcelas para estas fábricas, o total de facilidades representa quase vinte por cento do montante da circulação monetária do Brasil.

Ora, meu ponto de vista é o de que precisamos evitar essas facilidades e auxiliar indústrias de que, efetivamente, precisamos no Brasil.

Sr. Presidente, a SUMOC concedeu facilidades para transferência de equipamentos de fábricas de lâmpadas; de laboratórios de drogas e medicamentos; de fábrica de tintas e vernizes — não sei porque razão, se temos o mercado saturado de tintas e vernizes — facilidades para transferência de equipamentos de indústrias de graxas e lubrificantes — O mesmo caso, — para a produção de fogões domésticos.

O eminente Senador Gaspar Velloso, ilustre Sub-Líder da Maioria, está aqui à minha frente com a fisionomia simpática, ...

O Sr. Gaspar Velloso — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. LINO DE MATOS — ... rindo, acompanhando o meu discurso. Sei que, no íntimo, S. Ex.ª está de acordo comigo. O Governo não deve continuar com essas facilidades que não se justificam, não se explicam. Está prejudicando a indústria nacional e contribuindo para o aumento do volume de dividendos, os quais são devolvidos ao País de onde vieram os capitais. Em alguns casos, como por exemplo o de lâminas Gillette — indústria que figura em primeiro lugar na lista da SUMOC e por isso tem primazia na citação os Royalties, que representam em geral 20% do lucro, são remetidos através do mercado livre, dólar a câmbio livre.

Essa uma das razões pelas quais o dólar está nessa dança de tangará a 90, 100 ou 115 cruzeiros.

O Sr. Gaspar Velloso — Não acha V. Ex.ª preferível se mande uma parte, correspondente aos direitos da patente, do que o disheiro, integralmente, em dólar pela compra do produto?

O SR. LINO DE MATOS — Reporto-me à vinda de indústrias similares às existentes no Brasil; portanto perfeitamente dispensáveis. Não se trata, pois, de remeter o total de dólares; portanto não precisamos adquirir no estrangeiro produtos também fabricados em nossos países.

O Sr. Gaspar Velloso — Não poderíamos deixar — e V. Ex.ª há de servir comigo que, à sombra do protecionismo governamental as indústrias brasileiras majorassem os preços por falta de concorrência, à altura que quisessem. Devemos permitir se instalem novas fábricas para que, havendo livre concorrência, se estabeleça o justo preço. Nessa orientação parece-me que o Governo está certo. Com uma única fábrica de automóvel, por exemplo, teríamos o artigo nacional mais caro do que o estrangeiro; com uma única fábrica de lâminas para barbear ou de produtos farmacêuticos, o mesmo aconteceria. Se V. Ex.ª — suporhamos — precisasse adquirir peni-

cilina nacional, iria comprá-la quatro vezes mais cara do que a estrangeira.

O SR. LINO DE MATTOS — A tese governamental...

O Sr. Gaspar Velloso — Não é governamental, é nacional.

O SR. LINO DE MATTOS — A tese pessoal do eminente Senador Gaspar Velloso é no sentido de que devemos facilitar a vinda de indústrias similares às já existentes no Brasil, a fim de que se estabeleça a maior competição.

O Sr. Gaspar Velloso — Livre concorrência.

O SR. LINO DE MATTOS — Neste caso, não nos entenderemos jamais.

Meu ponto de vista é diametralmente oposto. As indústrias existentes no país, em situação competitiva vantajosa, devem ser protegidas...

O Sr. Gaspar Velloso — Concordo: quando em situação competitiva vantajosa.

O SR. LINO DE MATTOS — ... para que a nossa Pátria tenha, de futuro, independência econômica financeira.

O Sr. Gaspar Velloso — Estou com V. Ex.ª; desde que essas indústrias, quando chegaram à maturidade, não possam, à sombra do protecionismo oficial, elevar os preços a seu talento. Esta, a razão, por que o Governo permite a instalação de novas fábricas para, em situação competitiva, se ajustarem preços.

O SR. LINO DE MATTOS — Estou vendo, entre nós, há um ponto de vista aparentemente contraditório...

O Sr. Gaspar Velloso — Mas não o é, de fato.

O SR. LINO DE MATTOS — Exatamente. Reporta-se Vossa Excelência apenas àquelas indústrias nacionais que não, funcionam em situação competitiva e, portanto, devem sofrer o impacto da competição, a fim de que seus preços baixem, visando a beneficiar o consumidor.

O Sr. Gaspar Velloso — Evidentemente.

O SR. LINO DE MATTOS — Defendo a proteção àquelas indústrias existentes no Brasil em situação competitiva, vantajosa para o consumidor. Essas, sim, precisam ser amparadas. Já conhecemos a técnica imperialista de trazer indústrias gozando de favores especiais e depois de estabelecerem o dumping ficam isoladas no regime do trust. A nossa preocupação é evitar que tal aconteça.

Note o Senado: estou-me referindo às facilidades concedidas para transferência de equipamento de indústrias que existem no Brasil em caráter competitivo, fartamente conhecidas pela opinião pública.

Pergunto aos nobres colegas se temos necessidade de transferência para o Brasil de mais produtos farmacêuticos.

Creio ser ponto pacífico que não há falta de produtos farmacêuticos.

O Sr. Nelson Fermo — Há excesso.

O SR. LINO DE MATTOS — Há excesso — diz muito bem o eminente Senador; entretanto, vejo, na relação que tenho em mãos, a facilidade de importação, com favores cambiais, de máquinas para produtos farmacêuticos repetir-se por mais dez vezes.

Essa, eminente Senador Gaspar Velloso, a minha discordância. O apelo que faço a V. Ex.ª, Vice-Líder da Maioria nesta Casa do Congresso, é para que alerte as autoridades fa-

zandárias a fim de que tenham um pouco mais de rigor na concessão dessas facilidades. Não é possível desejarmos a importar equipamentos e máquinas para competir com a nossa indústria, gerando desinteresse pelo seu desenvolvimento e até o desaparecimento.

Sr. Presidente, verifico, ainda uma vez, outra facilidade para máquinas destinadas a produtos farmacêuticos. E, assim, a quinta ou sexta vez. Para equipamentos relativos à fabricação de lâmpadas, lâminas de barbear, fabricação de produtos alimentícios, e novo tipo de cigarros, é a terceira vez.

Perguntarei ao eminente Senador Gaspar Velloso se concorda com a facilidade cambial concedida pela SUMOC, de transferir para o Brasil equipamentos para a fabricação de cigarros. Temos ou não indústria de cigarros de caráter competitivo? Lembro a S. Ex.^a que não é um caso apenas; são diversos, para várias indústrias.

O Sr. Gaspar Velloso — Parece a V. Exa. que a nossa indústria de cigarros precisa ser protegida contra outra nascida agora, à sombra do protecionismo oficial ou porque já existe há muitos anos e está consolidada?

O SR. LINO DE MATTOS — Creio que a indústria de cigarros existe há muitos anos. Confesso a V. Exa. que não acompanho o caso com interesse pessoal, porque não sou fumante. Sei, entretanto, que há muito existe a manufatura de cigarros no Brasil em caráter competitivo contando com diversas fábricas. E, portanto, indústria consolidada — a meu ver — em condições de suprir o nosso mercado e até de exportar, porque temos a matéria prima.

O Sr. Gaspar Velloso — Entende V. Exa. que ela não suportaria a concorrência de uma fábrica estrangeira?

O SR. LINO DE MATTOS — No caso do cigarro, devo ser honesto, não me importa muito. Não sendo fumante, gostaria até se liquidasse semelhante indústria.

O Sr. Gaspar Velloso — Sou fumante. Devo, no entanto, declarar a V. Exa. — embora não esteja absolutamente seguro da informação recebida — que as grandes fábricas de cigarros pertencem a capitais estrangeiros ou são subsidiárias de empresas alienígenas.

O SR. LINO DE MATTOS — As que conheço, instaladas em São Paulo, pertencem a industriais brasileiros.

O Sr. Gaspar Velloso — Pequenas fábricas.

O SR. LINO DE MATTOS — Não grandes fábricas. Não lhes menciono os nomes para não parecer propaganda.

O Sr. Gaspar Velloso — As pequenas fábricas, a que V. Exa. se refere, suportam, perfeitamente, a concorrência das grandes empresas, as quais, segundo fui informado, resultam, em grande parte, de capitais estrangeiros.

O SR. LINO DE MATTOS — Refiro-me às grandes fábricas. Não lhes cito os nomes por não interessar ao debate. No Rio, em São Paulo, e no Norte — creio na Bahia e em Pernambuco — também existem grandes fábricas de cigarros, todas funcionando em competição.

O Sr. Gaspar Velloso — As que V. Exa. conhece, instaladas em São Paulo, com capitais inteiramente nacionais, suportam, perfeitamente, a concorrência das grandes fábricas, algumas constituídas por capitais internacionais. Que mal haveria, por-

tanto, na vinda, para o Brasil, de mais uma concorrente?

O SR. LINO DE MATTOS — Não dou maior importância às fábricas de cigarros. Dentro da tese que defendo, sou contra a vinda, para o Brasil, de novas fábricas dessa natureza.

Sr. Presidente, continuando na leitura da relação que me foi fornecida pela SUMOC, dos equipamentos vindos para o Brasil, com favores cambiais, verifico, talvez, pela décima vez, as facilidades concedidas para a importação de equipamentos referentes à indústria de produtos farmacêuticos.

Há outra autorização para aparelhos de barbear; outra transferência de fábrica de pneumáticos e câmaras de ar; ainda outra transferência, também esta me causando estranheza, de equipamento completo para fábrica de cerveja — ao que sei, a indústria nacional atende, plenamente, às necessidades do nosso mercado; nesse setor — mais uma vez equipamento para aparelhos de barbear; e um avião bi-motor, com facilidades cambiais, para determinada firma americana que mantém uma fazenda no interior do Brasil.

Atraiu-me a atenção, relativamente a esta última concessão, a circunstância de saber eu que vários fazendeiros brasileiros, caboclos, filhos da terra — os quais solicitaram facilidades para a transferência de aviões de uso pessoal, destinados a conduzi-los da fazenda à cidade — tiveram seus pedidos negados. O fazendeiro americano que comprou terras no Brasil, no entanto, conseguiu favores para trazer um avião bi-motor, com base na Instrução n.º 113, da SUMOC.

Note-se, Sr. Presidente, a extravagância deste caso. A Instrução número 113, da SUMOC, visa facilitar a transferência, com favores cambiais, de equipamentos industriais para atender às necessidades do consumo nacional. As autoridades da SUMOC, porém, encontraram maneira de aplicar a Instrução n.º 113, num bi-motor comprado por um fazendeiro norte-americano, sob a alegação de que precisava transporte de sua fazenda para a cidade.

Não estou inventando. Trata-se de informação da SUMOC, por Ofício encaminhado ao 1.º Secretário do Senado da República no dia 18 de outubro de 1957.

Louvo-me, portanto, em dados fornecidos pelo Governo.

Continuo, Sr. Presidente, a fim de ainda uma vez pedir a atenção sobre as facilidades para transferências de novos equipamentos para fábricas de cigarros e produtos farmacêuticos.

Seria demasiadamente fastidiosa a continuação da leitura desses dados, que me foram fornecidos oficialmente pela SUMOC; tão numerosos são os erros contidos nessas facilidades. Durante uma hora forneço elementos elucidativos de uma situação. Cada duas linhas desse calhamaço datilografado — contém em média, uma autorização de transferência de máquinas e equipamentos, com favores fiscais.

Citei alguns casos para dar uma idéia do conjunto das facilidades para equipamentos de que a nossa Pátria, no momento, não precisa. Enquanto isto acontece, não vejo nesta relação exceção das indústrias automobilísticas, nenhum outro entendimento que, efetivamente, signifique para nosso País algo de útil e necessário.

Oxalá, Sr. Presidente, o Governo da República compreenda o sentido da nossa atuação, que é o de colaborar com ele na medida do possí-

vel. Tirem as autoridades, que estão errando na aplicação das instruções, as vendas dos olhos e procurem enxergar mais longe, a fim, à distância, encontrarem aquelas indústrias necessárias ao dinamismo da nossa vida, das nossas atividades comerciais, industriais agrícolas. Procurem transferir para o Brasil indústrias que venham colaborar conosco, rasgar novas estradas, abrir novas terras, contribuir para o nosso desenvolvimento econômico. Venham fábricas de aviões, para que, dentro de alguns anos, esta terra que deu Santos Dumont, que tem a glória e a honra de ser a Pátria da Aviação, também possa fabricar aviões e possuir grandes estaleiros a fim de construir navios, para percorrerem o litoral imenso que possuímos.

Por que não se preocupa o Governo da República um pouco mais com os assuntos de maior importância, deixando a insignificância das pequenas indústrias, que aqui vêm para estabelecer discórdia e luta entre essas fábricas, que procura elevar nosso parque industrial à altura do progresso de nossa gente e de nosso País? E, Sr. Presidente, o que espero seja compreendido.

Reconheço que o repisar neste assunto é cansativo, há de aborrecer, por certo, a Casa, mas, enquanto as autoridades não entenderem que no menos um pouco é preciso se ouça a reclamação, a queixa da opinião pública que vem ter ao Parlamento através da voz dos seus mandatários, continuaremos, Sr. Presidente, ainda que cansativos e enfadonhos. (Muito bem, muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Lino de Mattos, o Sr. Cunha Mello deixa a cadeira da presidência, reassumindo-a o Sr. Apolinio Salles.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão. (Pausa). Mais nenhum Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão. Em votação o Requerimento número 64, de 1958.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Será feita a transcrição solicitada pelo Senador Domingos Vellasco. Passa-se à discussão do requerimento, lido na hora do expediente de transcrição nos Anais do Senado, da entrevista concedida ao jornal "Última Hora" pelo ministro Oswaldo Aranha.

OS SRS. DOMINGOS VELLASCO E ATTILIO VIVACQUA:

Pedimos a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do Regimento, fica adiada a discussão do requerimento para a próxima sessão.

Comunico aos Srs. Senadores que a Mesa acaba de receber, da parte dos Líderes, as listas dos Senadores que deverão integrar as Comissões Permanentes. Será feita a devida publicação.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Octacílio Jurema, primeiro orador inscrito para esta oportunidade. (Pausa).

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Reginaldo Cavalcanti, segundo orador inscrito. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Gaspar Velloso, terceiro orador inscrito.

O SR. GASPAR VELLOSO:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, quarto orador inscrito. (Pausa).

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Ezechias da Rocha, quinto orador inscrito.

O SR. SENADOR EZECHIAS DA ROCHA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

Sendo evidente a falta de número para o prosseguimento dos trabalhos, vou encerrar a sessão.

Designo para a amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 19 de março de 1958
1 — Discussão única do Requerimento n.º 65, de 1958, do Sr. Senador Domingos Vellasco, solicitando a transcrição nos Anais de entrevista concedida pelo Embaixador Oswaldo Aranha ao vespertino "Última Hora".

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.

Composição das Comissões Permanentes, segundo indicações encaminhadas à Mesa pelos Srs. Líderes na sessão de 18-3-1958.

COMISSÃO DE FINANÇAS

17 membros

Partidos — Senadores

PSD:

Álvaro Adolfo,
Lameira Bittencourt,
Ari Viana,
Onofre Gomes,
Paulo Fernandes,
Carlos Lindenberg.

PTB:

Vivaldo Lima,
Matias Olímpio,
Lima Guimarães,
Fausto Cabral.

UDN:

Daniel Krieger,
Juracy Magalhães.

Oton Mäder.

PR:

Júlio Leite.

PSP:

Lino de Mattos.

PL:

Novais Filho.

PTN:

Mou. Andradet.

Suplentes

PSD:

Gaspar Velloso.

PTB:

Mourão Vieira.

UDN:

Otacílio Jurema.

PR:

Atílio Vivacqua.

PSP:
Lineu Prestes.

PL:
Mem. de Sá.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
(11 membros)
Partidos — Senadores

PSD:
Gilberto Marinho,
Benedito Valadares,
Gaspar Veloso,
Rui Carneiro.

PTB:
Argemiro de Figueiredo,
Lourival Fontes,
Lima Guimarães.

UDN:
Rui Palmeira,
Daniel Krieger.

PR:
Atilio Vivacqua.

PSP:
Lineu Prestes.

COMISSÃO DE ECONOMIA
(2 membros)
Partidos — Senadores

PSD:
Alô Guimarães,
Carlos Lindenberg,
Leônidas Melo.

PTB:
Lima Teixeira,
Alencastro Guimarães,
Argemiro de Figueiredo.

UDN:
Juracy Magalhães,
Fernandes Távora.

PSP:
Lineu Prestes.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL
(2 membros)
Partidos — Senadores

PSD:
Rui Carneiro,
Lameira Bittencourt,
Waldemar Santos.

PTB:
Lima Teixeira,
Primio Beck,
Arlindo Rodrigues.

UDN:
Otacilio Jurema,
Silvio Curvo.

PSP:
Lino de Matos.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
(2 membros)
Partidos — Senadores

PSD:
Georgino Avelino,
Gilberto Marinho,
Benedito Valadares.

PTB:
Lourival Fontes,
Gomes de Oliveira.

UDN:
João Villasboas,
Rui Palmeira.

PR:
Bernardes Filho.

PTN:
Moura Andrade.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
(7 membros)
Partidos — Senadores

PSD:
Públio de Melo,
Nelson Firmo.

PTB:
Saulo Ramos,
Mourão Vieira.

UDN:
Reginaldo Fernandes.

PR:
Ezechias da Rocha.

PL:
Mem. de Sá.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL
(7 membros)
Partidos — Senadores

PSD:
Onofre Gomes,
Pedro Ludovico,
Sá Tinoco.

PTB:
Caiado de Castro,
Alencastro Guimarães.

UDN:
Silvio Curvo.

PSP:
Jorge Maynard.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
(7 membros)
Partidos — Senadores

PSD:
Gilberto Marinho,
Ari Viana,
Nelson Firmo.

PTB:
Caiado de Castro,
Neves da Rocha.

UDN:
Prisco dos Santos.

PL:
Mem. de Sá.

COMISSÃO DE REDAÇÃO
(5 membros)
Partidos — Senadores

PSD:
Públio de Melo,
Sebastião Archer.

PTB:
Saulo Ramos.

UDN:
Rui Palmeira.

PR:
Ezechias da Rocha.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
(5 membros)
Partidos — Senadores

PSD:
Pedro Ludovico,
Alô Guimarães.

PTB:
Vivaldo Lima.

UDN:
Reginaldo Fernandes.

PR:
Ezechias da Rocha.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS
(5 membros)
Partidos — Senadores

PSD:
Waldemar Santos.

PTB:
Neves da Rocha.

UDN:
Coimbra Bueno.

PSP:
Jorge Maynard.

PL:
Novais Filho.

Publicação feita nos termos do Requerimento n. 64, de 1958, aprovado em sessão de 18-3 de 1958.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HICKMAN PRICE, JR.
(Diretor Superintendente da Willys-Overland do Brasil S. A.).
Senhor Presidente da República.
Senhores Ministros e Governadores.
Senhores Deputados e Senadores.
Autoridades civis e eclesiásticas.
Senhores acionistas, meus amigos.
Desculpem o meu português — pois não sou paulista de quatrocentos anos nem mineiro das montanhas. Sinto-me feliz e orgulhoso por estar radicado no Brasil, dando o melhor dos meus esforços ao progresso desta grande terra — grande em coragem — grande em possibilidades — grande em recursos.
País grandioso pelo seu espírito empreendedor, que se personifica no espírito bandeirante de nosso Presidente — Dr. Juscelino Kubitschek.
Seja-me permitido fazer esta homenagem a tão ilustre homem de Estado, que com sua capacidade de trabalho, visão e coragem — abrindo novos horizontes — está transformando a estrutura social e econômica do país — implantando a indústria automobilística, fato que bastaria para ligar seu nome à História brasileira.
Não posso deixar de mencionar e destacar aquele que vê realizado seu sonho de muitos anos — o Ministro Lúcio Meira. Sem sua energia e obstinação e sem a assistência do Grupo Executivo da Indústria Automobilística, esta indústria não estaria implantada no Brasil.
Não se trata apenas de colher os resultados do progresso tecnológico, mas de criá-los. O Brasil de ontem importava mercadorias. O de hoje implanta indústrias — e mais — se apresta para levar seus produtos aos mercados externos e conquistar divisas para o país.
Dependem hoje da nossa empresa mais de quarenta mil bocas, direta e indiretamente, e, com nossos companheiros de trabalho, esta cifra será de muito aumentada. Tudo isto não existia três anos atrás. E, hoje, o que os senhores vêem é apenas o começo de uma nova era.

Orgulhosos atestamos que, em julho deste ano, mais de setenta e cinco por cento de nosso produto será nacional. Graças aos novos e vultosos investimentos em equipamentos americanos nos próximos meses, e à colaboração de capitais nacionais adicionais, todos os nossos produtos serão integralmente brasileiros, antes do término do Governo de Vossa Excelência.

Isto trará enorme expansão de produção — trabalho — e consequentemente desenvolvimento para o país.

Desejo fazer uma declaração que encerra o verdadeiro objetivo desta organização.

A nossa meta, a nossa primeira e única preocupação e só assim acreditaremos cumprida a nossa missão é — Senhores — produzir um Jeep acessível ao menor e mais remoto agricultor deste país.

Queremos e conseguiremos que o Jeep, como a pá e a enxada, seja um de seus instrumentos de trabalho.

Tenho longos anos de trabalho na indústria, sempre lidando com operários, e desejo aqui manifestar, de público, a minha admiração pela capacidade de adaptação e inteligência do trabalhador brasileiro, o qual se equipara aos melhores do mundo.

Agradecemos a presença de Vossas Excelências a esta inauguração que vem materializar o que, há pouco, não passava de um sonho.

Realizamos mais do que prometemos, contribuindo, dessa forma, para que seja alcançada, em breve, real emancipação da economia brasileira.

Em meu nome, e em nome da Diretoria, dos acionistas e dos operários declaramos — Sr. Presidente, senhores convidados, — a casa é vossa.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO EXMO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Esta cerimônia que nos congrega no predestinado planalto de São Paulo assinala um grande marco da história do desenvolvimento econômico do Brasil: vivemos aqui, hoje um espetáculo em condições de vencer a quaisquer cépticos que ainda teimem em descrever da capacidade construtiva do povo brasileiro, ou que possam duvidar da decisão do meu governo de dar a todas as fontes de riqueza do País a propulsão que as necessidades do nosso povo reclamam.

No setor da indústria automobilística, a iniciativa privada está conhecendo um ritmo que é um dos fenômenos mais impressionantes da vida moderna do Brasil. Identificando hoje, aqui, o que de justiça toca à administração pública neste surpreendente conjunto de realizações positivas, emocioname poder expressar que, se não podia fazer tudo, o governo fez tudo o que esteve a seu alcance, com coragem e com senso — realista, para que o País pudesse presenciar durante este quinquênio, o surto portentoso da indústria brasileira de automóveis.

O saldo concreto da ação governamental revela a execução de uma política firme e prática, a criação de estímulos e de incentivos à atividade particular, a orientação e o amparo ao esforço dos industriais e dos técnicos. Quem hoje uma suas forças na indústria automobilística, como em tantos outros ramos da atividade brasileira, trabalha seguro de que não terá labor entravado por obstáculos meta-

mente formalistas. Essa política de desburocratização foi concebida e está sendo executada sem favoritismos e sem paroquialismos; a todos os interessados idôneos temos oferecido o mesmo esquema de subsídios e de incentivos assim como de todos, sem distinção, estamos exigindo o mesmo cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

Traçando esse rápido retrospecto do papel que o Estado desempenhou no lançamento da indústria automobilística no País, desejo afirmar que meu governo não invade seara de outrem, nem colhe frutos de árvore alheia, quando reivindica os méritos da campanha pioneira cujos resultados estamos acumulando. Coube efetivamente a meu governo propiciar as condições de que surgiu esse conjunto, palpante de energia, de fábricas de todos os tipos e de todos os tamanhos, que congregam seus esforços para que nas estradas do Brasil circulem automóveis brasileiros.

País de proporções continentais, o Brasil de há muito exigia medidas que o libertassem da tirania da importação de automóveis. O problema era imenso: atacámo-lo com a consciência de suas verdadeiras dimensões e, para solvê-lo, mobilizamos todos os técnicos e todas as organizações em condições de cooperar. Convocamos todos os interessados e a eles oferecemos, sem distinções, os estímulos mais amplos a seu trabalho, pela fixação de taxas favoráveis de conversão cambial, pela concessão de isenção de direitos e taxas aduaneiras para equipamentos e peças complementares e pela isenção de imposto de consumo para veículos produzidos. Promovemos incentivos de crédito pelo financiamento de ágios e por financiamentos a longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e, finalmente, concedemos estímulos comerciais, pela proteção fiscal ao produto nacional. Esse conjunto de medidas foi a contrapartida prévia que o governo facultou aos industriais que se submetessem a certas exigências de capitalização própria e de nacionalização gradativa dos veículos.

Organizado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística do Conselho do Desenvolvimento, dinamicamente presidido pelo ministro Lúcio Meira, o governo criou no espírito dos industriais e capitalistas a convicção de que o que prometera seria cumprido; e, findo o prazo inicialmente fixado, dezessete empresas das mais famosas no mundo inteiro já haviam tido seus projetos aprovados. Muitas dessas organizações estão hoje em pleno e ativo funcionamento: já se registraram 821 empresas fabricantes de peças e a meta inicial de produção será ultrapassada, pois cálculos conservadores estabelecem que em 1960 o Brasil estará produzindo cerca de duzentos mil veículos por ano, com uma integração nacional entre 90 e 95%.

Em 1956 o Brasil produziu 6.087 veículos, entre caminhões, jipes, camionetas e furgões, com a média de 40% de peças nacionais; em 1957 mais de 33.000 veículos foram produzidos no Brasil, com a média de 40 a 60% de peças nacionais — um aumento fenomenal de 500% sobre os índices do ano anterior. Em 1958 haveremos de produzir o que estava previsto apenas para 1960, ou seja, cerca de 100.000 veículos, com um custo de produção superior a 20 bilhões de cruzeiros e com um índice de nacionalização de 65 a 75%. As fábricas de peças, par-

tes e acessórios crescem em número e em produção, multiplicam-se as forjas e as fundições, expandem-se as fábricas de material elétrico, surge a indústria especializada de aliagens ferroviárias, e com a produção automobilística teremos criado também todo um conjunto industrial moderno, de rendimento elevado e progresso duradouro.

Do que aqui indiquei, em rápido resumo, seja-me permitido concluir, sem falsa modestia que os números significativos dos resultados alcançados representam não apenas a vitória do esforço particular, mas também e principalmente o desfecho feliz da empenhada política oficial de estímulo e de assistência para a rápida e plena expansão da indústria privada. Foram as medidas decretadas pelo governo atual que propiciaram o surto que hoje estamos presenciando em numerosos setores do território brasileiro — fábricas que produzem peças, fábricas que montam veículos, fábricas que jogam nas ruas das cidades e nos caminhos do Interior os carros e os caminhões que são os agentes do progresso, da ação civilizadora e da unidade nacional.

Surto de produção que emancipará o Brasil de uma pesada porção da tirania cambial, surto de produção que aumentará o poder da nossa indústria e criará novas fontes de riqueza, aproximando e unindo as populações, principalmente neste instante em que estamos procedendo ao deslocamento do centro regulador da vida brasileira para as glebas do Brasil Central.

De nada valeria construir Brasília sem abrir estradas que a ligassem ao resto do País, mas de pouco valeria rasgar essas rodovias sem fabricar os automóveis e os caminhões que desempenharão papel dinâmico de elementos efetivos e permanentes de aproximação demográfica, social e cultural e de intercomunicação de riquezas. Como vêdes, o processo é um só, deriva de uma só ideia, de um tronco único brotam todos esses ramos conexos, entre os quais a indústria do automóvel brasileiro é elemento primordial.

O poderio criador de riqueza de fábricas como esta é uma demonstração de que já nos encontramos muito adiantados na estrada do pleno gozo das prerrogativas da maioria industrial. Está próximo o dia em que poderemos exportar automóveis para os nossos vizinhos da América Latina, estabelecendo entre povos irmãos elos que resultarão no robustecimento do nosso Hemisfério.

Calcula-se em cinquenta mil o número de jipes de que o Brasil necessita, anualmente, para a dinamização de sua vida no Interior. Somemos a isso a quantidade ilimitada de que teremos de lançar mão para as necessidades das populações do Brasil Central espalhadas na vasta área de seis milhões de quilômetros quadrados que efetivamente começaremos a incorporar ao País com a inauguração de Brasília. Nossas exigências internas determinarão que mantenhamos à risca a execução de nossas metas e que procuremos sempre ultrapassá-las, pela racionalização da indústria, por sua maior mecanização, pelo aperfeiçoamento do operário e pela redução dos custos. Pode o povo estar certo de que o governo multiplicará seus esforços para que as novas metas sejam cumpridas e para que os clamores dos monumentos de progresso do Brasil sejam ouvidos e atendidos sem desfalecimentos nem obstáculos de qualquer natureza.

Desejo, agora, manifestar-vos, a todos quantos congregais esforços no gigantesco empreendimento cujo triunfo hoje compartilhamos, as expressões da minha profunda satisfação de brasileiro e de chefe do governo, diante da inauguração desta fábrica de motor a gasolina com 83% de peças nacionais. Para que esse motor chegasse a tal índice de nacionalização, estão trabalhando em plano conjunto dezenas de empresas brasileiras, elo importantíssimo na cadeia de 350 fornecedores que trabalham com a "Willys-Overland do Brasil".

Em dois anos, até meados de 1960, estará a fábrica em condições de produzir um motor a gasolina inteiramente nacional: creio desnecessário insistir na importância desse fato, que representará a emancipação brasileira em um setor até hoje onerosíssimo de nossa importação. Com o aumento da produção de jipes, que já atinge ao nível de mil carros mensais, o Brasil irá pouco a pouco cobrindo, com firmeza, o "deficit" que hoje se conhece, produto que será mês a mês mais perfeito e mais eficiente e representará um impulso permanente a todos quantos necessitam da mecanização em suas atividades do campo e das cidades.

Aqui contamos e vamos contar com a experiência e a cooperação leal e decidida de técnicos e capitalistas norte-americanos que confiaram em nossa capacidade construtiva e reconhecem a decisão e o espírito de realização do governo atual; a esses bons amigos, que estiveram e estão a nosso lado neste empreendimento, endereço os meus melhores agradecimentos pela colaboração irrestrita e pela atmosfera de confiança e de solidariedade que aqui criaram.

Mas não são menos calorosas as congratulações que dirijo aos brasileiros que conceberam, planejaram, e executaram, em todas as escalas da hierarquia, esta fábrica que é um orgulho legítimo da nossa organização econômica. Antes de tudo, esta casa é uma dádiva do povo brasileiro às gerações do futuro, um penhor de esforço e de dedicação, um baluarte da capacidade de construir e do desejo de vencer.

São Paulo mantém na Federação com realizações deste porte, seu papel de líder e de precursor; em São Paulo estão sediadas 15 das 17 fábricas brasileiras de automóveis. Ao operoso povo paulista e aos trabalhadores de São Bernardo do Campo dirijo minhas saudações de brasileiro envidado dessa cruzada pioneira. Esta realização admirável revigora minha confiança no futuro de nossa terra e robustece minha convicção de que a gente que povoa o Brasil está perfeitamente à altura das tarefas que dela exige a natureza de prodígios que nos cerca, contraditoriamente saltada de grandezas e de obstáculos.

Falei no aperfeiçoamento do operário como um dos elementos de progresso da indústria nacional. É com grande júbilo que posso assinalar a iniciativa de meu Governo, de construir, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, e com a clarividente e moderna orientação do ministro Clóvis Salgado, uma Escola Técnica em São Bernardo do Campo; com capacidade para seiscentos alunos internos e dentro dos mais modernos requisitos da pedagogia e da arquitetura. Aqui vivem trabalhadores de São Bernardo, num dos mais formidáveis parques industriais de nosso País; aqui, tendes

firmente plantadas na terra as vossas raízes familiares; aqui vos dedicais ao trabalho num ritmo que enobrece e com um rendimento que causa admiração. Meu Governo vem agora ao encontro de vossa dedicação e do vosso empenho em servir ao Brasil, cogitando ativamente de preparar o futuro de vossos filhos e de vossos netos. No vasto plano federal de construção de núcleos escolares, esta Escola Técnica que estamos levantando em São Bernardo será um núcleo excepcional de adiestramento e de preparo especializado; é uma garantia de que o esforço dos operários de hoje será continuado pela porfia e pela capacidade dos operários de amanhã. Não se louvará demais a cooperação que o Governo Federal está recebendo, para essa Escola, dos Governos do Estado de São Paulo e do Município de São Bernardo: cooperação leal e franca, que indica o alto grau de compreensão desse grupo de homens de boa vontade chamados a trabalhar em conjunto para o preparo das gerações do futuro.

Era isto o que tinha a dizer-vos: que meu Governo continua vigilante na política de criar, como pioneiro, as condições de expansão da indústria privada, base do desenvolvimento econômico; que não se consentirá que os entraves clássicos da burocracia retrógrada toquem o passo dos empreiteiros de iniciativas renovadoras e dinamizadoras da vida nacional; que todos os cometimentos idôneos e bem intencionados receberão assistência direta e contínua da administração; que não perderemos de vista, um minuto sequer, o ideal de promover por todas as formas o enriquecimento do País; que não esmoreceremos na campanha de formar novos núcleos de adiestramento técnico para que o grande, o poderoso Brasil de amanhã disponha de homens à altura de suas exigências de Nação próspera e progressista.

A indústria automobilística, que hoje floresce auspiciosamente no Brasil, vem encontrar um campo propício em São Paulo, cujo parque industrial é uma base segura para os empreendimentos que o progresso de nossa pátria está a exigir. São Paulo uma vez mais é pioneira. O espírito dos homens que forjaram a riqueza da terra bandeirante continua o mesmo, tanto nos que se dedicam à iniciativa privada como nos que militam na vida pública. A eles rendo aqui a minha homenagem, e muito especialmente ao governador Jânio Quadros, que vejo, com alegria, integrado na mentalidade nova do Brasil. A sua ação administrativa, que visa sobretudo dotar São Paulo de usinas elétricas, estradas e indústrias básicas, a fim de que o progresso deste centro de trabalho que é orgulho do Brasil não venha a interromper-se perigosamente para o destino do País, revela o seu alto discernimento e o conhecimento exato dos problemas que temos de enfrentar e resolver.

Esses são os caminhos que o meu governo continuará seguindo, olhando sempre para a frente. Para que essa jornada se complete com triunfos e com realizações positivas, conto convosco, com todos os que aqui me rodeais, engenheiros e industriais, técnicos e trabalhadores, elementos de uma grande família unida e esperançosa. Nossa jornada é próspera, se bem que difícil, mas as nossas metas encerram o futuro de nossa terra, a cujo serviço não temos poupado nem pouparemos quaisquer energias nem nos esquivaremos a quaisquer sacrifícios.

DISCURSO DO MINISTRO LUCIO MEIRA, PRESIDENTE DO GEIA, NA INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA FÁBRICA DE MOTOR A GASOLINA DO BRASIL.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Meus Senhores:

A solenidade a que estamos assistindo, transcendendo à rotina dos frequentes atos inaugurais com que a indústria automobilística nacional vem marcando quotidianamente o seu progresso. O início da fabricação dos primeiros motores a gasolina no Brasil representa sem dúvida um marco significativo não só para a indústria automobilística, mas também para o desenvolvimento econômico do país. Até aqui, muito vinha progredindo a indústria brasileira de veículos automotores, numa demonstração eloquente e indistigável da capacidade de nossos técnicos e operários. Mas é evidente que a fabricação do motor, com a fundição do respectivo bloco, dá fôros de cidadania à mais nova e promissora das indústrias nacionais.

Minha satisfação em presenciar esta cerimônia é facilmente compreensível, pois nada mais grato aos nossos sentimentos patrióticos de confiança no destino de nosso País do que ver agora concretizada uma aspiração, há longo tempo acalentada, de nossos anseios de progresso.

Desde os tempos da antiga Comissão de Desenvolvimento Industrial, em boa hora criada pelo saudoso Presidente Vargas, quando tive ocasião de promover os esforços pioneiros da "Subcomissão de Jipes, Caminhões, Tratores e Automóveis" sempre fui um entusiasta da indústria automobilística, pois acreditava que um País com o desenvolvimento industrial do Brasil poderia e deveria, até mesmo para manter este desenvolvimento, lançar-se na fabricação desse meio de transporte que é o auto-veículo.

Felizmente, em 1956 vimos ascender à direção do País um estadista que trazia não apenas uma plataforma política, mas todo um plano de Governo, cuidadosamente elaborado, visando à meta suprema da Nação, que é o seu desenvolvimento econômico. Nesse plano, não podia faltar, como de fato não faltou, o capítulo da indústria automobilística que, por agradável coincidência, fui chamado a executar. E como, há vários anos, sou um entusiasta dessa indústria, quando recebi do Presidente Juscelino Kubitschek a determinação de planejar as bases para a sua implantação em nosso País, no exíguo prazo de trinta dias, senti, com absoluta confiança, que não precisaria de mais tempo para fazê-lo. E com efeito, antes de um mês estava projetada a criação do GEIA — Grupo Executivo da Indústria Automobilística — ao qual devemos o milagre de, em menos de um ano, haveremos passado da simples condição de importadores de veículos, para a de produtores e, eventualmente, de exportadores de caminhões, ca-

mionetas, jipes e automóveis que vão saindo, cada vez em maior número, e com taxas crescentes de nacionalização, das fábricas que se localizam preponderantemente neste magnífico centro manufatureiro que é São Paulo, orgulho de todo o Brasil.

A qualquer observador de nossos problemas de base, não poderá passar despercebido o que a indústria automobilística representa de avanço decisivo em nossa evolução industrial. Para acentuar sua importância, bastaria lembrar que o surto de transporte rodoviário impulsionado vigorosamente desde o fim da última Grande Guerra, só se manteria em ritmo acelerado se pudessemos assegurar em bases sólidas, o advento da grande indústria nacional de auto-veículos, simultaneamente com a rede federal existente e com a melhoria das vias entregues ao tráfego por meio de grandioso programa de pavimentação de estradas. Fabricando o Brasil caminhões, camionetas, jipes, ônibus, automóveis, na escala reclamada pelo mercado nacional, não há dúvida que será quebrado o isolamento das ilhas geo-econômicas disseminadas na vastidão do nosso território, ensejando-se assim a exploração intensiva dos recursos naturais do País. Dentro desse esquema, os transportes revolucionarão o Brasil, iniciando-se um novo ciclo de nossa economia.

Considere-se, também, para ressaltar ainda mais a significação da rápida instituição da nossa indústria de auto-veículos, o fato, sem dúvida inquietante, de não permitirem as condições do nosso balanço de pagamentos a reserva de uma quota de divisas para a importação de veículos, peças e acessórios, compatível com as necessidades de renovação e expansão da frota de que dispomos. Malgrado a compressão das importações de automóveis, foram gastos no período de 1950-1956, 132 milhões de dólares anualmente, ônus insuportável para o nosso balanço de pagamentos. Tal impossibilidade criava, nesse terreno, perspectivas de consequências imprevisíveis e poderia, eventualmente, comprometer, ou pelo menos tornar injustificáveis os planos rodoviários do Governo. Porque, não tenhamos dúvida: sem produzirmos no Brasil os meios básicos de transporte de que carecemos, sujeitando-nos a importá-los em condições cada vez mais adversas, difícil, senão impossível, será assegurarmos a eficiente circulação das nossas riquezas, como o exigem os mais altos interesses da economia nacional.

Por isso, o Ministério da Viação, tudo tem feito no sentido de criar transportes para o Desenvolvimento Econômico de Brasil, isto é, transportes abundantes, eficientes e econômicos, fabricados com nossos próprios recursos. No caso da indústria automobilística, os efeitos serão imediatos e decisivos, não só para o crucial equilíbrio do balanço de pagamentos como também para a criação interna de trabalho e riqueza.

Onde quer que se implante, er-seja sempre a indústria automobilística um surto de progresso por assim dizer ilimitado. Indústria de integração por excelência, seus efeitos promocionais suplantam os de qualquer outro empreendimento industrial. Serviços e atividades da mais variada natureza, florescem à sua sombra. Postos de gasolina, garagens, oficinas mecânicas, comércio de peças e veículos, manufaturas — como a do aço, do vidro — tudo viceja em torno dessa indústria que parece comportar em seu bôjo todas as técnicas do nosso tempo. Em função dela outras indústrias, leves ou pesadas, irão sendo criadas ou se ampliarão. Novas realizações, como a de mais estradas e melhores estradas, mais hotéis, mais estabelecimentos comerciais, mais postos de serviços, para só citar estas, resultam, imperiosamente, da indústria de auto-veículos. Com ela surgem mais oportunidades e mais empregos para todos, tornando-se crescentes as exigências de mais engenheiros, mais mecânicos, mais eletricitas, mais choferes, mais técnicos e profissionais de todas as categorias.

Identificada com o programa do Governo, e colaborando conosco no esforço de dar veículos brasileiros para o Brasil, está a Willys-Overland oferecendo ao País contribuição das mais valiosas. Quase integralmente nacional, o primeiro motor a gasolina, aqui fabricado, apresenta desde logo um índice de nacionalização de cerca de 80%. Com seis cilindros em F e potência máxima de 90 HP a 4.200 RPM, este motor é bem um atestado não só da confiança dos empreendedores particulares na ação do Governo no setor da indústria automobilística, mas também da capacidade do operário brasileiro, que rapidamente apreende as técnicas mais especializadas.

A capacidade da nova fábrica de motores será inicialmente de 40 mil unidades por ano, em dois turnos de trabalho, mas desde já prenuncio que ela terá de ser duplicada em breve tempo, para atender à uma produção de cerca de 60.000 unidades que se estima necessária em 1960. E confio na demonstrada capacidade de realização dos dirigentes deste magnífico empreendimento para que redobrem seus esforços e correspondam uma vez mais às metas traçadas pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

Diante deste admirável espetáculo, de indesejável progresso econômico e tecnológico, a ocasião parece oportuna para dar respostas a indagações dos impenitentes negativistas da capacidade de realização do nosso povo. Antes da instalação do GEIA, os céticos não acreditavam que se pudesse lançar no Brasil, em bases sólidas, a indústria automobilística. Hoje muitos se espantam e cemem a sua afirmação e o seu crescimento, de que a solenidade desta data é uma demonstração inofusável. E como se o nosso parque industrial não tivesse capacidade para resolvê-los, inventam-se, então, os mais diversos problemas: não estaremos

fabricando demais? Como solucionar o problema das matérias primas? E a questão da mão-de-obra especializada, como resolvê-la? Esquecem-se esses incorrigíveis pessimistas que não há problemas insolúveis para uma economia em crescimento, como é a brasileira nesta metade do século XX. De resto, a inauguração que nestes instantes estamos realizando é o mais cabal e eloquente desmentido que se poderia dar aos negativistas de todas as idades que, talvez por um complexo colonial, não aprenderam ainda a ter confiança no Brasil e nos destinos que lhe estão reservados no mundo.

Não se preocupem os pessimistas se viermos a fabricar mais do que precisamos, pois aí estará precisamente mais uma fonte de divisas para o nosso País. Sómente esta fábrica que hoje inauguramos já recebeu pedidos para mais de 2.500 unidades no primeiro ano de exportação, devendo esse número ser aumentado logo a seguir. O Uruguai, o Chile, a Bolívia, o Paraguai, o Peru, e o Equador, estão interessados na importação de jipes brasileiros e acreditamos que outros mercados se abrirão no Brasil, depois de iniciado o plano, aumentando o volume das exportações. Criar-se-á, assim, novas fontes de receita de divisas para o fundamental equilíbrio do nosso balanço de pagamentos. As exportações de auto-veículo além de contribuir para esse equilíbrio, concorrerão para o desenvolvimento da própria indústria automobilística, de vez que a receita cambial produzida pela exportação de um jipe permitirá a importação das partes ainda não nacionalizadas relativas a três outros. E assim a indústria automobilística, com a sua função pioneira, estará ajudando o desenvolvimento econômico do Brasil.

Faltará matéria prima, ou seja borracha especificamente? Nós a fabricaremos sinteticamente e a extrairemos dos nossos seringaais, e, de qualquer maneira, teremos borracha a tempo e em quantidade suficiente.

Que poderá faltar ainda? Técnicos? Mão-de-obra especializada? As próprias fábricas, atentas ao problema, estão cuidando de sua solução, seja através da assistência técnica estrangeira, seja mediante o aprimoramento da nossa mão-de-obra em estágio no exterior ou em aprendizagem no próprio trabalho. Mas a melhor resposta a esta indagação inconsistente e impatriótica está neste pujante parque industrial de São Paulo sempre em insuperável crescimento.

O dia de hoje, portanto, deve ser de congratulações e de regozijo geral para os brasileiros. Estamos todos de parabéns por que o Brasil é que acaba de vencer mais uma etapa decisiva no caminho de seu progresso técnico e industrial e em consequência, de sua definitiva emancipação econômica. Como Ministro da Viação e Presidente do GEIA, quero congratular-me, em primeiro lugar, com o Presidente Juscelino Kubitschek,

pelo inegável acerto de sua clarividente política relativa à indústria automobilística, colocando o Estado na posição de incentivador e coordenador das providências legais e administrativas e deixando à iniciativa privada a tarefa de construir os veículos reclamados pela nossa economia em expansão; com os Diretores da Willys-Overland, pelo magnífico trabalho realizado, que tornou possível a inauguração tão auspiciosa desta data; e finalmente com os técnicos e operários que labutam nesta admirável oficina de trabalho, e que com a sua capacidade e o seu esforço, construíram o primeiro motor a gasolina fabricado no País, fato que terá, na história do nosso desenvolvimento econômico, significação bem maior do que à primeira, vista se poderá imaginar, e que poderá ser comparado à fundação do primeiro engenho, da primeira usina, do primeiro tear, do primeiro alto-forno com que nossos antepassados foram batizando o caminho percorrido, rumo à posição que o Brasil hoje ocupa, como nação civilizada e independente.

DISCURSO PROFERIDO PELO DR. ANTONIO SYLVIO CUNHA, BUENO, Diretor

É fácil avaliar — Excelentíssimo Senhor Presidente da República e Excelentíssimas Autoridades — o júbilo com que a Willys-Overland do Brasil S. A. integra, em nosso parque manufatureiro, estas instalações que são, no seu tipo, a primeira fábrica de motores a gasolina do País.

Mais do que nossa, é obra da coletividade, é fruto esplêndido da conjugação de esforços do poder público e da iniciativa particular, orientados na conquista de um objetivo que não se limita ao campo tecnológico, mas tem reflexos profundos em toda estrutura da economia brasileira.

A inauguração de hoje, prestigiada com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente, Juscelino Kubitschek, do Governador Jânio Quadros, do Eminentíssimo-Cardenal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, de Senhores Embaixadores, de Ministros da República, de Governadores de Estados e Territórios, de nobres Senhores e Deputados, de Prefeitos e Vereadores, de tantas outras altas autoridades e tão ilustres homens públicos e líderes das atividades privadas, vindos desde o Amapá até o Rio Grande do Sul — em inequívoca mostra de confraternização e unidade nacional — consubstância o resultado de cerca de vinte anos de intensa atividade do grupo de trabalho reunido nesta casa, para dar "jeeps" brasileiros ao Brasil.

Em 30 de julho de 1956 tivemos aprovado pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) os planos de produção.

Um ano e meio depois, podemos transpor uma etapa fundamental do desenvolvimento das atividades da nossa empresa e considerar definitivamente consolidada a tarefa, que nos propusemos, de dar ao Brasil veículos motorizados de tipo utilitário, de grande versatilidade, de características mundialmente conhecidas, chamados a desempenhar papel relevante no desenvolvimento econômico do país.

Em 18 meses, Meus Senhores, erguemos este núcleo industrial em São Bernardo do Campo: aí estão moderna fábrica de motores a gasolina, estamaria, linhas de montagem, escola de treinamento de pessoal, além de serviços auxiliares indispensáveis. Ao lado desse conjunto de oficinas, em função da industrialização de automóveis no País, contamos ainda em Taubaté com uma das maiores e mais modernas fundições da América do Sul, onde se obtém os fundidos brutos aqui usados, na proporção inicial de 74% em peso, do motor do "jeep" Willys.

Essa porcentagem elevada de nacionalização é acrescida com o recebimento de peças importadas em bruto, que aqui usamos. É primeiro resultado da tarefa de enorme complexidade técnica a que nos lançamos, incentivados pela firmeza de propósitos e pela orientação segura do Governo Federal, o qual, no setor da fabricação de veículos motorizados, vem realizando obra que assegura à atual Administração da República, posição de destaque no desenvolvimento econômico do País.

O conjunto industrial ora completado com a inauguração oficial da fábrica de motores, cobrindo área superior a meio alqueire paulista, com capacidade para produção anual de 20.000 motores, em um só turno de oito horas diárias, é bem um exemplo do quanto pode realizar a iniciativa particular, quando não lhe falta a assistência governamental, o apoio do público e a cooperação técnica de pais e amigos. A alguém que ainda duvidasse da capacidade do livre empreendimento entre nós, lembraríamos ser inteiramente de origem particular o capital investido nesta obra. E para aguilatar do coeficiente nacional da empresa, saiba-se que mais de 50% das ações se encontram em mãos brasileiras: não concentradas em poder de poucos, mas, ao contrário, distribuídas entre mais de 12.000 portadores, espalhados de Norte a Sul, de Leste a Oeste, em cerca de 500 Municípios de todos os Estados e Territórios.

Nossa fábrica é bem um exemplo da empresa aberta à participação do povo com seus milhares de acionistas, totalizando a soma aproximada de trezentos milhões de cruzeiros.

Nossa Companhia representa expressivo marco no desenvolvimento do mercado brasileiro de capitais.

É necessário que todos atentem para este fato: só conseguiremos atingir as metas programadas para o desenvolvimento industrial, quando todos nós capacitarmos de que isto só será possível com o concurso dos capitais particulares.

Sem a participação do povo na formação de grandes empresas, sem o investimento particular no setor industrial, não alcançaremos nossa independência econômica.

O espetacular desenvolvimento da vida econômica dos Estados Unidos, por exemplo, só se torna compreensível ao analisarmos em conjunto o fenômeno dos investimentos particulares; vemos então onde e como conseguem os recursos financeiros para os grandes empreendimentos.

As empresas de investimentos, especializadas em carrear a poupança popular para as grandes realizações produtivas, terão entre nós importância singular.

Nossa intenção é a de que o povo participe de um seguro investimento e da batalha pela emancipação econômica do Brasil.

Dêse esforço gigantesco — equipamentos, ferramentas, especialistas, e quase cinco milhões de dólares investidos pela Willys Motors, Inc., surgiu, cercada pelo estímulo governamental e amparada pela inestimável contribuição material e moral do povo brasileiro, a fábrica que agora se mostra oficialmente.

Não foi somente a realização de um programa industrial o que tivemos em consideração, ao enfrentar o empreendimento responsável por milhares de automóveis em trânsito nas estradas brasileiras.

Havia e há algo mais do que a tarefa material de construir edifícios, equipá-los com maquinário adequado e manufaturar "jeeps", camionetas rurais, ambulâncias, carros-bombeiros, e implementos agrícolas.

Voltando os olhos para a imensidão do País, assinalamos regiões que já atingiram apreciável etapa de desenvolvimento mas que permanecem insuladas pela deficiência de comunicação e transporte.

O traço de união entre essas ilhas geo-econômicas reclama, para se tornar efetivo, para integrar em uma só comunidade todo o País, o estabelecimento de facilidades de transporte não atingível sem a produção nacional de veículos.

Precisamos rasgar novos horizontes dentro da própria Pátria.

Precisamos integrar regiões imensas Y área social, econômica e humana.

Precisamos romper serras e transportar vales, numa cicloplática bandeira que não pode prescindir de meios de transporte capazes de vencer as asperezas da hinterlândia brasileira.

Precisamos assegurar o estreitamento dos elos municipais em quase três mil comunas do País, através da garantia da possibilidade de intercâmbio permanente entre cidades e vilas, distritos e propriedades rurais, fazendas e sítios, a todas as horas do dia, em todos os dias do ano. Essa é a tarefa do "jeep".

Ao lado do transporte capaz de superar quaisquer caminhos, é o elemento básico da mecanização agrícola, o instrumento de trabalho que multiplicará a produtividade do braço humano, que dará um impulso até agora desconhecido ao ritmo de progresso do interior brasileiro.

Em 1982 a população do Brasil deverá atingir, aproximadamente, 110 milhões de habitantes, ou seja, um aumento de 85% sobre a população atual.

Vinte e cinco anos poder parecer largo espaço de tempo.

Entretanto, na história da Willys-Overland do Brasil S. A., será breve período, durante o qual tanto poderemos crescer com o País, como deixar de acompanhar o seu portentoso progresso, dependendo apenas da maneira com que as nossas atividades forem orientadas.

Para nossa Companhia expandir-se no Brasil de amanhã, deverá estabelecer uma clara definição de seus propósitos e o que fará para atingi-los.

Acreditamos possuir os homens, a capacidade, a determinação e a inspiração necessária para cumprir os objetivos a que nos propomos.

Do ponto de vista econômico, o Brasil encontra-se no limiar de um ciclo de grande e profundo desenvolvimento.

Em consequência do sensível aumento do poder aquisitivo, o "Jeep" se tornará cada vez mais o meio generalizado de transporte para a lavoura, no interior.

Não há substituto para esse imenso mercado, quer em solidez, quer em crescimento potencial.

Entretanto, somente atingiremos esse objetivo, na escala desejada, se operarmos com programas de fabricação tão amplos e eficientes que nos permitam produzir o "Jeep" ao mais baixo custo possível.

Por outro lado, estamos certos de que planos governamentais de amparo à lavoura virão estabelecer métodos eficazes de financiamento para o lavrador.

Produzido em quantidades suficientes, o "Jeep" alargará as fronteiras econômicas do nosso País.

A implantação da indústria automobilística do Brasil não é, assim, apenas uma face do desenvolvimento industrial, apenas a instalação de novas fábricas capazes de produzir bens até hoje não manufaturados no País.

Numa Nação em fase de expansão como a nossa, em centenas de outros setores de atividade, há campo extenso para os empreendedores particulares, muitos deles sem oferecer a complexidade e exigir os esforços que a produção de veículos motorizados envolve.

Mas, acima da superação de obstáculo técnico e da tarefa árdua de conquistar uma experiência industrial que nos faltava completamente, sempre tivemos em consideração o fato de que, nos dias que correm, nenhum país pode dispensar suprimentos regulares e crescentes de instrumentos de trabalho capazes de ampliar consideravelmente o alcance e a produtividade do esforço humano.

Um país sem motores, sem veículos, incapaz de suprir regularmente as suas próprias necessidade de transporte sobre pneumáticos, incapaz até mesmo de consumir em suas próprias máquinas, o petróleo que começa a jorrar do seu sub-solo seria uma Nação hemiplégica, destinada a arrastar-se na esteira dos países industrializados.

Mas o Brasil venceu essa barreira de motorização.

Assinalamos aqui marco decisivo na luta pela suplantação da era de tropas arreadas, do carro de bois, da coletividade um potencial de forças que será uma nova fonte de energia, compacta, móvel, versátil, pronta para ser aplicada onde melhor puder servir ao nosso desenvolvimento econômico.

Com 20.000 motores a gasolina por ano, lançaremos no mercado brasileiro quase dois milhões de cavalos de força mecânica.

Somado o esforço de todos os demais produtores, que igualmente se dedicam com afinco à tarefa de oferecer adequado suprimento de automóveis de todos os tipos ao mercado brasileiro, teremos, a partir de agora, anualmente, muitas dezenas de milhões de cavalos de força postos a serviço da economia nacional. Em sua maior parte consumindo gasolina refinada no próprio país, e em breve, aqui produzida de petróleo com por cento brasileiro.

A indústria de automóveis, não se limita às diversas fábricas iguais a esta.

Centenas e centenas de outros, estabelecimentos industriais, em todos os recantos do Brasil, estão cooperando para produzir veículos automóveis.

Manufaturas de peças, e componentes aos milhares, se articulam num esforço conjunto jamais tentado em nossa terra para tornar possível a atividade das linhas de montagem.

Milhares, dezenas de milhares de operários especializados, em centenas de fábricas, trabalham sob programas cuidadosamente estabelecidos, obedientes a especificações técnicas das mais rígidas,

atentos à exigências de qualidade pouco comuns até agora, para nos proporcionar a retaguarda sem a qual não seria viável a fabricação de veículos progressivamente nacionalizados, que em 1.º de julho de 1960 será de 95% brasileiros.

E numa segunda linha, por sua vez suprindo as fábricas de peças e componentes, temos os produtores de materiais básicos, os que fornecem o ferro, os aços especiais, a borracha, os plásticos, os vidros, as tintas, a infinidade de matérias primas que devem sofrer complexos processos de transformação industrial para passar a integrar os veículos motorizados que estamos produzindo.

É assim, todo um parque industrial que se mobiliza, que se estende desde as atividades da indústria extrativa mineral até a indústria pesada de transformação.

E como se não bastasse, temos os incontáveis postos de serviço e de reparação, oficinas espalhadas por todo o País, distribuidores, agentes, formando uma legião empenhada em atividades novas ou consideravelmente desenvolvidas pela implantação da indústria nacional de veículos a motor.

Fazemos parte desse exército da produção nacional, que abre uma frente nova de trabalho e de riqueza no País; sentimos-nos confortados pela compreensão, pela simpatia, pelo caloroso acolhimento recebidos.

Diante desse panorama, não é exagero afirmar que a implantação da indústria automobilística vem operando no Brasil autêntica revolução industrial.

Dentre outras perspectivas imediatas proporcionadas pelo corajoso plano, convém recordar a previsão esplêndida do ilustre Ministro Lúcio Meira, ao asseverar que até 1961 estará o País produzindo cerca de 130.000 unidades, entre caminhões, jipes, camionetas e automóveis, o que corresponderá a um aturamento aproximado de 30 bilhões de cruzeiros, anualmente.

Não é preciso acentuar o que representam essas cifras num esquema de economia de divisas, sem considerar a substancial contribuição que esse novo parque industrial representa para os setores públicos, da União, Estados e Municípios.

Entre o término da II Guerra Mundial e a instituição do «Plano Nacional da Indústria Automobilística», empregou o Brasil, somente com a importação de produtos da Willys-Overland, aproximadamente quarenta milhões de dólares em divisas.

De acordo com o nosso programa de fabricação, enquadrado neste plano, e aprovado pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) — O Brasil, produzirá, nos três primeiros anos, pela metade desse custo em dólares, aproveitamento a mesma quantidade em «Jeeps» Willys obtida em toda a década precedente.

Para que se tenha uma idéia do aumento de produção da nossa fábrica, basta afirmar que da nossa linha de montagem em 1956, saíram 1.314 veículos; em 1957, 9.067 veículos, e em 1958, nossa estimativa alcança a cifra ponderável de 13.091 veículos.

A quanto atingirá a economia de divisas com o desenvolvimento do nosso plano industrial?

A partir de 1 de julho de 1959, a porcentagem de componentes nacionais do «Jeep» Willys se tornará tão elevada, que o dispêndio de dólares para a importação de partes complementares ficará restrito a cifras pouco expressivas, tornando-se praticamente nulo ao redor de 1960-61.

Esperamos, em 1961 — portanto dentro de menos de três anos e meio — produzir um mínimo de 20.000 «Jeeps» Willys para atender as necessidades do País.

Considerando-se as estimativas anteriores, teremos neste ano, satisfeito a demanda de «Jeeps» Willys e poupado ao País, simultaneamente o dispêndio do vultoso orçamento de divisas.

Os horizontes, entretanto, são amplos, Excelentíssimo Senhor Presidente Juscelino Kubitschek.

Graças ao magnífico programa de implantação da indústria automobilística, idealizado e executado pelo Governo da República, a Willys-Overland do Brasil S. A., os empreendedores paulistas, os acionistas brasileiros, a experiência alienígena, os pioneiros das indústrias auxiliares, o suor e a fé do trabalhador nacional, consolidaram a obra que hoje se instala perante esta imponente assembleia que conta com o prestígio da presença de representantes de 20 Estados e 4 Territórios, em que se confundem governantes, empresários e operários.

Mas não se detem aqui.

Nosso passo seguinte, Senhor Presidente, é a estamparia e a fábrica de transmissões e diferenciais, cujas fundações lançaremos no próximo mês, neste mesmo sítio, de tal maneira que, no primeiro semestre de 1958, teremos eliminada a importação dessa peça.

A estamparia é dividida em duas partes, a primeira está compreendida na atual extensão da linha de montagem, como os senhores viram pela construção que está sendo feita.

As grandes prensas para esta parte estão presentemente em Santos, e o restante sendo embarcado na América do Norte.

Isto e mais a fábrica de motores, permitirão a nacionalização de mais de 75% do «Jeep» Willys, em julho.

A segunda estamparia, que está sendo investida pela Willys Motores, Inc. num valor de aproximadamente três milhões de dólares, ocupará um novo edifício para o qual pretendemos iniciar trabalhos de fundação no próximo mês.

Esta será a maior estamparia da América Latina.

A poucas centenas de metros deste local, neste mesmo conjunto, iniciaremos as fundações no próximo mês, da primeira fábrica no Brasil, de transmissões e diferenciais, totalmente integralizada.

A maquinaria e equipamento serão constituídos de duas partes.

Já adquirimos no Brasil e presentemente possuímos maquinaria e equipamento para esta fábrica num valor de 125 milhões de cruzeiros.

A segunda parte, isto é, o restante de aproximadamente dois milhões e trezentos mil dólares, está adquirida no exterior.

Pretendemos ir mais adiante, servindo à economia nacional através de um plano de exportação de «Jeeps» para a América Latina.

O Brasil necessita de produtos de muitos outros países — o trigo e a lã, do Uruguai e outras fontes; o nitrato e o cobre do Chile, e também uma variedade de outros bens originários de países vizinhos, não citando produtos de plagas mais distantes, às quais também poderemos vender os veículos desta fábrica.

Este plano representa uma fonte de divisas cambiais, porque de um lado importação — temos o custo dos componentes importados, e do outro — exportação — este mesmo custo acrescido

do valor dos produtos nacionais e de sua mão de obra correspondente.

Esta empresa entrará, assim, numa fase de auto-ornecimento de divisas indispensáveis ao aumento da produção reclamada atualmente pelo mercado brasileiro.

A sabedoria do nosso Governo, tornando exequível esse projeto, assegurará adequado abastecimento do mercado nacional, como resultante direta do aumento de divisas mesmo enquanto não atingirmos a última etapa da nacionalização.

Senhor Ministro Lúcio Meira: A Vossa Excelência, que teve o privilégio de vislumbrar, há mais de dez anos, os passos inevitáveis que a Pátria daria na marcha da sua mais completa e total emancipação econômica, por tudo o que tem realizado em prol da implantação da indústria automobilística brasileira, as homenagens da Diretoria, dos Acionistas e dos colaboradores da Willys-Overland do Brasil S. A., que são, na realidade, as homenagens de homens que lutam pelo Brasil de amanhã.

A presença do criador e incentivador da indústria automobilística brasileira, não é, certamente, ato de mera rotina e oficialismo. Traduz, antes e principalmente a reafirmação pública e irrecusável propósito presidencial de prosseguir em sua patriótica e corajosa política de libertar o Brasil dos Malefícios do sub-desenvolvimento, que, em muitos setores, ainda o malinam.

Na pessoa de Vossa Excelência, Senhor Presidente, expresso agradecimentos a quantos nos hontam com seu comparecimento.

Confiamos em que não poderíamos corresponder melhor ao apelo, descortino e incentivo de Vossa Excelência, senão revelando o que fizemos e o que faremos.

Não por nós, Senhor Presidente e Meus Senhores, mas, sob bênçãos de Deus, pelo Brasil!

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SYLVADOR ASSIS CHATEAUBRIAND, NA SESSÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 1957, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND:

Bismark, Sr. Presidente, procurou sempre compensar a notória incapacidade política da Alemanha do seu tempo, chamando a atenção do povo do I Reich para a preponderância que nele tinha a política externa sobre a outra interna. Possuía o Chanceler germânico uma visão muito clara dos imponderáveis da ação internacional, a qual envolve aquelas surpresas das situações cheias de embarragos e complexidade.

Nossa consciência popular e tampouco a da chamada elite política, não têm a menor idéia do que seja um itinerário de política internacional. Tomam os piores demagogos conta delas; e, como são os marxistas, que fazem e desfazem a opinião pública entre nós, advogam eles rumos que encarnam interesses hostis ao Brasil. A política externa costuma ser, hoje em dia, uma linha de conduta com um só interesse, que é o interesse nacional. Procuram hoje os partidos políticos, dentro e fora do Congresso atuar em oposição a esse interesse, desenvolvendo e avivando linhas de atividades hostis, principalmente àqueles povos dos quais depende a nossa segurança e o nosso bem-estar.

Haverá maior perigo para o sistema econômico desta terra do que o sobro dos Estados Unidos? Se desaparecesse amanhã a União Americana, como expressão de riqueza, quem poderia substituí-la como con-

sumidor do café do Brasil? E, entretanto, a crítica política aqui é o que poderá haver de destrutiva da amizade americano-brasileira.

SITUAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA

Logo, na política externa, não podem militar interesses antagônicos, até porque o nacional é um só, e sem maiores modalidades para interpretá-lo.

Com todas as suas imperfeições e limitações, é no sistema pau-americano que é possível a um Estado do hemisfério viver. Entre um Estado e os outros Estados, o organismo que lhe regulou a convivência, é o resultado através de acordos e de conferências, em instrumento de concordância para ditar as duas idéias, de responsabilidade e de vigilância. A justiça será o ideal da nossa existência no quadro das outras nações — mas a justiça sem detrimto, da liberdade, a justiça como fator de ordem internacional. Nada ganharemos, tentando sair do sistema pau-americano. É dentro dele que podemos polir os nossos conceitos de coexistência pacífica.

Neste país, podemos dividir os que se propõem orientar as nossas formas de vivência, no quadro externo, segundo a maneira pela qual Saint-Beuve dividia os escritores: aqueles que agitam o mundo e aqueles que o civilizam. Queremos conviver com os que civilizam o nosso planeta, e não com aqueles que somente se dão à vaidade de agitá-lo.

GOLPES E DESCONFIANÇAS

Se perguntássemos a um brasileiro de mediano senso, qual o bloco internacional a que pertence o Brasil, ele não saberia responder. Ao cabo de duas guerras, o processo deste país no campo exterior, não chega a ser uma política (o que traduz continuidade) mas toda uma série de golpes e de aventuras. Tendo saído de uma guerra, onde jogou o próprio destino no seio de uma aliança afinal vitoriosa, era de supor que a sua sorte a insistissem em jogá-la os brasileiros, no mesmo quadro onde jogamos de 40 a 45. O primeiro lugar na América Latina seria nosso, desde que tivéssemos senso crítico para ter confiança nos aliados da véspera, e enxergar onde residem os nossos maiores interesses, que se encontram no seio das combinações deles.

Tão logo emergimos da luta, se evidenciou que aqui nos obstinávamos em manter com os nossos aliados dos dois conflitos mundiais, reservas e desconfianças, que nenhum ato das suas autoridades a nosso respeito, justificava ou justificava. Uma análise compreensiva da nossa conduta não encontra o que quer que seja que absolva a atitude deste país, quando os Estados Unidos se dispuseram a entregar, mediante uma convenção de rotina, mais de 50 milhões de dólares de equipamento para o nosso Exército.

O jogo da guerra e não da paz, aqui se tenta fazer, quando se pregam o isolamento e a neutralidade. O Brasil é impotente para, na hipótese de uma guerra, manter qualquer linha de neutralidade. Tal ficou provado, tanto na primeira como na segunda guerra deste século. Dizia-me o historiador Sr. Hélio Lobo em 1915:

— «Não nutro ilusões. O Brasil jamais entrará na guerra, malgrado os esforços da Liga dos Aliados, de Ruy Barbosa, Pedro Lessa e outros francófilos. Ninguém alimenta maiores simpatias pela França e pela Inglaterra, do que o presidente Wenceslau Braz. Mas também ninguém é mais pacifista do que ele. E pela neutralidade a todo transe, a posição do seu governo».

VARGAS E A GUERRA

Não foram porém os acontecimentos maiores que a vontade inflexível do antigo presidente? Mercúrio não era um Deus que ele permitisse forjar de baixo

da autoridade do seu governo. Entretanto em 1917, Mercúrio estava em armas contra as potências da Europa Central. A amplitude da agressão transbordara da Europa sobre a América. A campanha naval submarina afinal, nos envolvera ao ponto de despedaçar a decisão inabalável do neutralista Wenceslau Braz.

Outro tanto sucederia em 1941. Era uma obsessão em Vargas, faltar-se à guerra e suas consequências. Tinha ele uma razão fundamental para subtrair o Brasil a toda hipótese de aliança com a Inglaterra, a França, e, posteriormente, com os Estados Unidos; o regime autoritário que proclamara aqui. Era certo, mais que certo que, derrubado o totalitarismo do Eixo, no dia seguinte cairia o autoritarismo de Itu. Como é então que Vargas poderia desmembrar-se lá fora, de uma ordem de coisas que era a razão da sua sobrevivência aqui dentro? E foi o que ele fez. Lutou até o último momento, para afastar o Brasil da sua situação natural, com os Estados Unidos e a Inglaterra. Dêsse modo, mas já em plena guerra, de posições tomadas em função da nossa política externa de segurança atlântica, o Ministério do Exterior marchava em pleno "fog" Góes Monteiro era carne, e Oswaldo Aranha era peixe.

Que é que o Brasil pode fazer, vivendo excêntrico, absurdamente excêntrico. Fora do âmbito dos Estados Unidos? Haveria uma certa lógica, um país pretendendo viver fora da órbita americana, mas também dela não querendo saber, alheando-se dos seus problemas, da sua estrutura, em uma linha severa de auto neutralização. Mas isso aqui não acontece. Nós não queremos perder a cabeça de ponte de Washington. A todo instante nos estamos voltando para o State Department. Não sabemos resolver nossos problemas, por modo nenhum, sem os bancos americanos, que são na realidade controlados pelo governo. Temos aqui uma atmosfera viciada pelo super-consumo do que é superfluo. E porque não sabemos poupar senão gastar, somente gastar, quando projetamos uma obra de maior vulto, logo nos lembramos de Washington, seu apoio, seus bancos, seu financiamento.

ENVENENAMENTO DA ALIANÇA AMERICANA

Mas nossa força, não direi de destruição, mas de envenenamento da aliança americana, se reflete nas menores coisas, inclusive no Banco do Brasil oferecendo taxas de câmbio de custo a parlamentares desocupados, federais e estaduais, que se dirigem a Moscou, a fim de tomar parte em festivais de propaganda do regime vermelho. Que significam este inqueritos, que os partidos democráticos têm permitido contra companhias americanas e inglesas, todos de iniciativa cripto-comunista, numa constante tentativa para desmoralizar os investimentos dos Estados Unidos, na América Latina? Jamais foi o comunismo tão ativo, tão militante e tão bem sucedido no Brasil, do que agora quando ele, não tendo deputados e senadores do partido nas assembleias legislativas, todavia possui dentro delas, a réde, por médo e covardia, fautoches e serviços!

No leme desse barco, fantasma, que leva dentro dele o Brasil para lançá-lo contra os bancos de areia de uma esteril política de governo se encontram os líderes de todos os partidos, por omissão ou ação. A oposição da UDN pior do que o PSD e o PR, tem dentro da sua estrutura, os elementos mais assustadoras de obscurantismo e de retrocesso da atualidade partidária brasileira.

As ignóbeis comissões de Inquérito, contra empresas britânicas, holandesas e americanas, incorporadas ao

nosso trabalho, traduzem os golpes traiçoeiros e alarves, que lançam o Brasil conscientemente nos braços de uma situação totalitária, o que quer dizer, de desagregação política e social.

INICIATIVA PRIVADA

Matthew Arnold tem a doutrina dos poucos, dos pouquíssimos espíritos cultos que na sociedade sustentam a bandeira do progresso. Aqui essa pequena família é infinitamente desconhecida. Se aqui ela existisse, que estaria promovendo agora? A defesa da livre iniciativa em qualquer campo. Os progressos da civilização, dentro do Brasil, com os capitais estrangeiros. A seleção dos mais aptos. No Brasil, por toda parte e de todos os lados, se ouve o crepitar do incêndio da iniciativa para em seu lugar instalar-se o dirigismo estatal. Como trabalha aqui uma Royal Dutch holandesa? Com os capitais privados que ela levanta no mundo inteiro. Logo, um capital sadio.

De que origem são os investimentos governamentais em nosso país? As emissões de papel moeda.

Tal a característica perniciosa da gestão econômico-financeira do Brasil. Todo o dinheiro de que lança mão o Estado para os seus investimentos (a não ser algum empréstimo americano, francês ou suíço, como já disse) tem essa origem. E' moeda má, que nos afasta do verdadeiro caminho, através do qual se assegura o salubre desenvolvimento econômico e se transforma a riqueza em estado latente, em riqueza produzida.

Esse caminho não é outro senão o da iniciativa privada. E ao Estado é a quem cumpre o dever de promovê-la, de assisti-la, de organizá-la em sistema econômico e político-social.

Está errado, aqui como alhures, que o Estado não só é um mau patrão, como também não orienta. No que se envolve, só faz produzir resultados negativos. Temos aqui a exceção de Volta Redonda. Mas o ferro aí se não fóra do governo, sairia mais em conta; o seu custo mais barato. A administração estatal é cara, pela intervenção política à qual Volta Redonda não escapa, a começar das concessões de quotas para venda do produto, dadas em muitos casos a protegidos do governo.

INTERVENCIÓNISMO ESTATAL

Passo-se em revista, no oramento da União, o que custam as autarquias recém-fundadas, e as outras, cujo volume de despesas foi monstruosamente aumentado. Todos os planos estatais são para ser executados (salvo a parte de alguns em dólares) com moeda inflacionária. A renda do Tesouro para custeá-las é bem nossa conhecida. Fundo de Eletrificação, Banco do Nordeste, Telecomunicações, Casa Popular, Fundo Naval, Participação do Tesouro no capital da Petrobrás, Banco do Desenvolvimento Econômico, Navegação, o maior manancial desses investimentos, é o papel-moeda.

Acha a Casa pouco tudo isso, que coisa alguma sobra a trinta e sete bilhões? Pois recebe mais o impacto do Fundo Ferroviário, que são 11 bilhões; do que a Petrobrás toma à economia popular, e que representam mais de 3 bilhões, além de outros investimentos da União, dos Estados e Municípios.

Eu, que sou um leigo em economia e finanças, perguntava a um professor da Fundação Getúlio Vargas em quanto calcula ele que esses três polvos — Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais — subtraham à economia popular.

Ela tomou de um lápis e fez as somas do que representam os investimentos oficiais, entre nós em face do cômputo total das economias da nação, e disse, sem hesitar:

— "Se puséssemos de um lado o que farão ou pretendem fazer este ano os governos, e o que eles tomam da renda nacional para trabalhar por conta própria, isto representa um pouco mais de cinquenta por cento".

Todo o mal da vida econômica do Brasil reside, Senhor Presidente, nesta cifra trágica.

O Sr. Novas Filho — Estou de acordo com V. Ex.^a. Há deixar a economia privada expandir-se, coisa que ela só logrará legitimamente fazê-lo, sem a competição ruinosa do Estado, que V. Ex.^a está demonstrando.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E a pressão do intervencionismo estatal no país aumenta. Ela não se detém em nada, diante de fracasso de qualidade alguma. A aptidão de investimento do Estado brasileiro é cada vez mais nociva, porque mais desmazelada toda a sua ação administrativa e controladora.

Urge liquidar o Regime de monopólios estatais que arrastam o Brasil ao plano inclinado em que ele se despenha, jogando a sorte da sua estrutura política e econômica. Mas, não se pense que o governo está sozinho nessa empreitada sinistra. Congresso po-

vo, indústria, comércio, partidos políticos, todas as classes andam, com os executivos federais que se sucedem, de s.c.a. na execução de tantos planos de aniquilamento da iniciativa privada que pipocam de todos os lados. No esforço de absorção, pelo Estado, de atividades que em países muito mais adiantados que o nosso cabem à livre empresa, a conspiração é geral.

A triste verdade é que o retorno à liberdade de iniciativa não acha eco em parte alguma. Encontramos um ânimo entusiasta para levar o país até o fundo do abismo em que nos mergulham o entusiasmo e o eleitoralismo.

A distorção do ideal democrático, no Brasil de hoje, decorre de uma deformação abominável das chamadas elites políticas, que todos incentivam o intervencionismo sob a égide do Estado-empresário. A recuperação da democracia, em 45, só tem servido para nos afastar cada vez mais do ideal democrático.

MENTALIDADE BUROCRÁTICA

A concepção da livre empresa batida na brecha, entre nós, por toda parte. O Estado intervencionista no Brasil, detentor do poder imenso que tem nas mãos, resulta da incapacidade dos partidos políticos para o exercício da sua mesma responsabilidade em face do bem comum. Convertem-se o jogo da política brasileira, numa gigantesca máquina burocrática, destinada a assegurar empregos públicos para os afilhados de todos os partidos. Pouco importa que o Estado-polvo, desvie, do seu curso natural, os poderosos estímulos da atividade humana. Criou-se, entre nós, uma mentalidade burocrática, a qual reclama, com ou sem propósito, todo dia proteção para a massa flutuante dos partidários, ávidos por entrar na posse de empregos públicos. Qual o mecanismo propiciador desses favores senão as autarquias e os monopólios, a todo instante criados, com o papel-moeda do Estado? A luta dos brasileiros honrados consiste em procurar retirar o Estado da posição de vanguarda que lhe atribuíram os especuladores da política de emprégoes. Dezenas de vezes temos chamado a atenção para as conclusões da XXXII Convenção Nacional de Comércio Exterior, promovida pela National Foreign Trade Council Incorporated de Nova York. A convenção norte-americana do Comércio Exterior, assinala o incentivo do sistema da livre empresa com o mais alto standard de linha do mundo. Na base da estabilidade dos dois mercados, de bens e de dinheiro, se

encontra a liberdade de iniciativa, de acordo com a Magna Carta da Convenção norte-americana.

Se a desigualdade é a pedra angular da democracia, entre nós o que campeia, é a anti-democracia. Eliminam-se, as aptidões, a competência para encher os quadros da administração pública e dos órgãos paraestatais de réguas de incapazes, supridos por todas as facções da rosa-dos-ventos partidária.

MAIS LÓGICOS OS HINDUS

Mais lógicos são os hindus, porque dizem que estão a serviço do socialismo. O que eles fazem é uma oclotracia, isto é, o governo das massas, o qual se r'lete na abominação do voto aos analfabetos.

Os hindus são coerentes. Muito mais coerentes do que nós. Eles têm uma aristocracia política que não admira, mas que reconheço que é uma aristocracia. Ela saiu e continua a sair das universidades inglesas, de Londres, Bombaim, Oxford, e seus membros são pacifistas, anti-militaristas, anti-individualistas, anti-burgueses, e a bem dizer, sectários de Ignácio de Loyola, porque formam os mecânicos, os professores, os médicos, os engenheiros, os industriais, os agitadores políticos um verdadeiro apostolado. O Partido do Congresso lembra muita coisa das peculiaridades, das idiosincrasias, das maluquices, se quiserem, dos fabianos do Labour Party.

Como no fundo, todo o asiático tem a tendência para o despotismo, os hindus fazem um coletivismo revolucionário, no gênero dos russos e dos chineses. Somente que o deles é ocidental, parlamentarista desarmado; e o dos chineses, à maneira dos russos, é presidencialista, soviético, superarmado, e por médo, incapaz de conviver com o ocidente. Por temperamento ascético e por dogmatismo, ocidental, os hindus acreditam no Estado que elaboraram, ou seja, um sistema político-filosófico que lhes dará a salvação terrestre, vastas atividades providenciais, um doce e a mesmo tempo severo patriarcalismo, qualquer coisa entre a Ordem de Loyola, a Fundação Rockefeller e o anarquismo barcelonês da Generalidade de Catalunha. Nehru, não é de modo algum um ditador; não é um soberano absoluto, mas dirige um partido, em cujo seio, malgrado a desevoltura de alguns sectários, predomina o "Período ac cadaver" loyoliano. Entretanto, a Índia, se a ordem de coisas atual se puder manter, será um horripilante Estado nacionalista e autoritário. Por quê? Eu lhes direi: porque o Partido do Congresso criou e desenvolve um mecanismo de uma tão prodigiosa mentalidade de quadros, que o Estado hindu faz, a um tempo, os rebanhos de carneiros, obedientes a esse organismo, estatal e induz o povo a nele acreditar, como a última palavra da sua felicidade e do seu bem-estar.

São os hindus os políticos mais astuciosos do Oriente. Julgo-os, mesmo, mais do que os japoneses, e tanto quanto os chineses. E, todavia, que desas dos pedagogos que eles não resultam para o seu país! Que mediocridade de espírito construtivo não demonstram em sua repulsa a ter um edifício estatal no gênero do Ocidente europeu, fundado mais na liberdade de iniciativa do que sob a mão rígida e toca do Estado, o qual, nos países subdesenvolvidos, com exceção da Venezuela, do Peru e da Etiópia, é um fator de entorpecimento do progresso!

Não hesitaram os indus, ou pelo menos os do Partido do Congresso, depois da proclamação da independência, em fazer a aliança, que não se isonera, com o socialismo do Estado, com as influências nefastas, os champanos venenosos que todos nós identificamos nessa doutrina.

FINANCIAMENTOS INTERNOS

Sendo o socialismo uma refutação do capitalismo e, mesmo até, do capital, que sucede ao Estado oriental, portador desse dogma? A retração quase que imediata dos mercados de dinheiro, em suas aplicações no sub-continentes. Este passava a ser dominado pela química ilusão de uma elite, pensando poder bastar-se a si mesmo um Estado, o qual, deitando a mão em vários projetos mirabolantes, se propunha oferecer a felicidade universal aos seus concidadãos, dentro de um paraíso, feito a golpes de planos quinquenais.

O presidente Nehru, partindo da concepção de suficiência do seu país, organizou dois planos quinquenais, tendo já executado um, a custa dos capitais internos. Foi o próprio povo indú quem teve que desmboisar, pela via exclusiva dos impostos inflexíveis, o que lhe pediu o seu velho piloto, como cooperação para a execução do primeiro plano quinquenal, e, agora, do que está dependendo com o segundo em curso.

A Índia não recorreu a nenhum mercado de fora, a fim de conseguir os recursos de que carecia, para realizar este soberbo plano de irrigação que leva a cabo. Para este nem para outros. Até porque o Sr. Nehru já se declarou decidido a levar o socialismo, na Índia, às suas derradeiras consequências. Tem a nação indú um nível de exploração inferior ao do Brasil. Na concha da sua balança comercial, pelo que exporta, recebe o país 1 bilhão e 200 milhões de dólares. Inibidos de ir buscar financiamento fora das suas fronteiras, é dentro dessa camisa, não de onze varas mas de dois covados, que se mexem os líderes do Partido do Congresso, a fim de fazer a Índia progredir. Acentuando o próprio socialismo, o Sr. Nehru põe uma nota de intencionalismo no poder de inibição da Índia, para tratar com o exterior, negócios de dinheiro. Observa-se no socialismo indú uma nota de combate ao dramático pauperismo do povo. Nas elites dos teóricos, formadas ao contato da Inglaterra, ela representa um projeto de melhoria das classes populares. Visa o bem-estar das massas, o útil para as necessidades físicas elementares do indú.

O novo Estado nacional indú se acha à testa desse movimento com instituições adequadas. O socialismo da Índia tem muito do fanatismo ocidental, das suas melhores ilusões e das suas quimeras. Se o socialismo é destinado a imperar em países de medíocres condições de vida, a Índia é o lugar ideal dessa sociedade celeste e de pobre fantasmagoria. Nos planos de expansão futura do país, contam os líderes indús, eliminar a burguesia, que ainda sobrevive por toda a Europa extra-soviética, em torno do proletariado. Em muitos países a burguesia se encontra severamente despojada pela odiosa inquisição do imposto de renda, mas de qualquer modo sobrevivendo.

As últimas notícias da Índia são estranhas. O Pandit Nehru deseja fazer um empréstimo na América do Norte de 500 milhões de dólares, e acha dificuldades em levantá-lo, devido ao tipo mesmo das instituições do país.

NO BRASIL

No Brasil há uma hipótese não demonstrada de que sejamos socialistas, ou que se queira tender para o socialismo. Inconscientemente, entretanto, se caminha para ele. Mas não conscientemente, porque os interesses consolidados de uma burguesia, ainda podem militar contra a socialização.

Nós, aqui, achamos pouco, para dificultar a nossa vida, perfilar a máscara da socialização que se afivelou. Pós-se de contrapés o nacionalismo.

Não só a oposição como os dois partidos governistas vibram contra o progresso do país as armas mortíferas

do nacionalismo, cada dia mais insatisfeito. A não ser a Argentina, não há, na América Latina, governo e oposição tão unidos, a fim de sacrificarem os interesses mais respeitáveis da nação, a uma ideologia idiota, vazia, que o General Aramburu e o Almirante Rojas, "La Prensa" e "La Nación", combatem de frente em sua pátria.

O nosso programa é de uma nulidade intelectual e material perfeita. Eles nos afasta justamente daqueles povos de onde nos poderão vir o progresso, a cultura, a ciência, a técnica, enfim, todo o material de construção do Brasil novo, do Brasil de amanhã.

Comprende-se que ao jacobino nacional, que é um fanático, não sorria a coexistência com outros povos, mais fortes, mais civilizados do que ele, que nasceu num país pobre, pelo menos por enquanto.

São puros intelectuais os que levam o Brasil a hecatombe para a qual ele caminha. Na luta nacional em que se empenharam os franceses, durante o processo Dreyfus, Maurice Barrés teve ensejo de escrever a respeito da ação das sociedades de pensamento na política. O que quer dizer da ação do intelectual: "Este é o indivíduo, o qual se persuade de que a sociedade se deverá basear na lógica. Ele desconhece que de fato ela repousa sobre necessidades anteriores talvez estranhas à razão individual".

Se examinarmos com atenção o quadro da sociedade brasileira dos nossos dias, que é o que vemos? A razão individualista, das classes superiores, dominada de idéias extravagantes a tentar destruir aqui a ação das únicas forças que ainda se encontram no mundo à nossa disposição, para ajudar a promover o progresso nacional.

Ocorre uma verdadeira transformação de valores éticos: os imbecis que estão traindo a pátria são aqueles que escorraçam os elementos capazes de nos salvarem da aventura desastrosa e obscura sobre o Parlamento, d'ele arrancando projetos de aumento de despesas inquietadores para o equilíbrio das finanças públicas. Simboliza isto no Congresso talvez a força de derrocada mais ativa do regime democrático, aquela donde o sentido de responsabilidade cívica desaparece de modo mais violento.

FUNCIONALISMO

O Sr. Novaes Filho — O Parlamento está dando ao trabalhador do Estado a justa compensação do seu trabalho.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pode ser que V. Ex.^a tenha razão, colocando-se no ponto-de-vista dos servidores públicos. Mas eu me coloco em primeiro lugar do lado da economia nacional, para perguntar:

— Tem a nação brasileira vigor físico para remunerar os que prestam serviço ao Estado, os recursos que ela está dependendo? O Tesouro federal, os tesouros provinciais, os erários municipais auferem pela via dos impostos os rendimentos com que retribuir a atividade dos seus funcionários? O impacto dos déficits, com a inflação que aí está, demonstra que escasseiam ao país os recursos financeiros para sustentar uma vida orçamentária normal, tentando manter para operários e empregados que atualmente lhes paga. Não direi que sejam excessivos em face da inflação e do custo de vida em que se debate a nossa paupérrima economia, massacrada a começar pelo baixo rendimento da sua produção e pela incapacidade das nossas estradas para transportá-la. Uma parcela dos aumentos de trabalho que temos tido é apenas normal. Ainda assim, os encargos atirados sobre o tesouro público, o contribuinte não tem força para suportá-los, e isto explica os déficits que os esmagam e a desordem que n'elas impera.

Eu, certa vez, tinha ensejo de interrogar em Rotterdam a um grupo de banqueiros, a respeito de como tinham eles feito desaparecer a facção comunista dos seus quadros partidários:

— "As classes possuidoras, as classes médias e as classes trabalhadoras, impondo-se a toda ordem de sacrifícios pela estabilidade nacional" — disseram elas. — "Mas os ressentimentos contra os Estados Unidos, por motivo da Indonésia, desapareceram, diante da união nacional dos partidos em favor da reabilitação econômica da metrópole. Estamos hoje mais satisfeitos do que antes da guerra, no que muito nos têm ajudado os capitais norte-americanos, inclusive aqueles que vieram participar diretamente do saqueamento batavo, organizando conosco companhias mistas, constituídas de capitais dos dois países".

Eis uma candura inocente! o governo deste país apela para o papel-moeda como mola de expansão do progresso brasileiro. O resultado eu não saberia dizê-lo, porque as estatísticas falam melhor do que qualquer orador da Casa.

Existe alguma diferença entre investimento para estimular e melhorar a produção, para atender a consumo interno e a economia exportável, que são todos fatores positivos, e o emisionismo, que é negativo e que por si só gera o descrédito e o colapso.

Os países novos, como o Brasil só se pode desenvolver, a preço de investimentos. Dominados por um poder de consumo em muitos casos, sem compasso paralelo aos elementos que já têm estimulado, a esses países varia crescer, só resta uma solução: o recurso às economias de fora e os bens de capital importados. A sua força capitalizadora é um "apport", que as margens dos países capitalistas lhes permitem receber. Essas margens, porém, procura aqueles países dotados de aptidão para retribuir-lhes os dividendos, no exterior. Elas querem a estabilidade do valor da moeda. Fogem das nações onde o regime da produção é sujeito às distorções, aos desequilíbrios, que o emisionismo gera no seu corpo econômico, financeiro e monetário.

Não haverá mais inexorável arma de confisco da fortuna de um povo do que a inflação. Ela destrói todo o sistema capitalístico e da livre empresa, deixando-o sem as disponibilidades de fora, que se esquivam de os procurar, por faltar à moeda a densidade com que ela se impõe aos valores reais da riqueza.

O Sr. Novaes Filho — Muito bem!

ABUSO DE CRÉDITO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Haverá outro país no mundo, onde se tenha abusado mais do crédito, quanto no Brasil? Foi o abuso d'ele uma das causas da desordem em que nos encontramos. Faltaram ao povo, nestes últimos trinta anos, os suprimentos das coisas mais elementares, inclusive bens de subsistência. Crédito, para gerar muitos dos istúrbios que aí se encontram, é o que tem sido uma de nossas calamidades. Eles enriquecem, pela sua desregrada abundância, os mais audaciosos especuladores. Só não se pôde desdobrar um programa sério de empreendimentos, para a expansão econômica do meio. Olhamos o rejuvenescimento de culturas como o café, o cacau, a cana, o algodão, o sisal, que jazem primitivas, destituídas das qualidades que asseguram as linhagens nobres, e enriquecendo muitas vezes os seus donos, à custa da valorização, partida da órbita governamental.

No Brasil, se observa o fenômeno que ocorria na Itália, antes da estabilização obtida pela lira, com perto de

900 milhões de dólares de reservas metálicas. Eram os déficits orçamentários sempre aqui o foram, financiados pelo governo italiano com a inflação. Dizia o governador do Banco da Itália em 1951: — "A inflação criou os excedentes de líquidos bancários. E esses excedentes, o que era inevitável, a expansão do crédito".

Uma das questões liminares que têm, até hoje impedido que tantos recursos que temos obtido, em decorrência do bom da duas guerras, se hajam fundido numa furiosa tendência ao consumo do supérfluo, está nesta mesma incapacidade, que tem os povos recém-vindos para a civilização, de manter as suas aquisições dentro de padrões, de todo contrários ao espírito de economia. Vêde aqui os mineiros, os colonos portugueses e japoneses, e os gaúchos. Como eles são diferentes do resto da comunidade brasileira! Tudo na vida deles se processa em detrimento da incorrigível inclinação do meio social nacional para o consumo desregado das utilidades. Que maravilha de sobriedade não é esta ilha de poupança que é Minas Gerais, embutida dentro de um pandemônio de loucos, que importaram para o Brasil os piores hábitos do consumo a todo transe dos Estados Unidos! Que mentalidade de quakers não têm os mineiros, no severo estancamento que eles sabem fazer, neste alucinante e artificial período de facilidade de créditos, para toda sorte de gordas consumações! O Rio Grande do Sul agrário e pecuário, é outro modelo de disciplina e de método, tanto da sua burguesia como das suas classes média e trabalhadora, no que diz respeito a gastos supérfluos e sistema de poupança. Quero também fazer ainda exceção para as três colônias nipônicas de São Paulo, Paraná e Amazonas. Elas são igualmente irrepresentáveis no que diz respeito à aptidão para economizar e reinvestir.

"EFEITO DE DEMONSTRAÇÃO"

A esta altura da exposição que faço à Casa, o que me ocorre é um debate em que me entretive, faz poucos anos, com um neto de Darwin, meu camarada em Londres. Ele apreciava um ponto de doutrina de Dusenberry, acerca da posição dos filhos de fragmentos de terras subdesenvolvidas. Trata-se do que esse economista e Nunkase denominam o "efeito de demonstração".

Que é o efeito de demonstração? — perguntava eu ao descendente de Darwin. E ele me respondia, rindo com humor:

— "É o complexo que vocês brasileiros deverão certamente ter, com o seu gênio de perdulários tropicais, contra nós europeus que economizamos, e que, por sermos mais previdentes, temos mais bens da vida. Automóveis, geladeiras, rádios, ar condicionado, galerias de arte, televisão, cinema, estradas asfaltadas, roupas finas, caviar "foie gras", tudo isso vocês querem... Mas tamanha variedade de bens não se coaduna com a vida de todas as regiões do globo. Haverá muitas delas em que, numa fase de "boom", se verão total ou parcialmente na posse de alguns daqueles elementos de civilização".

— "Mas eles perderão, ou assistirão com a instabilidade dos preços de todas as utilidades no planeta, a diminuições sensíveis do gozo desses bens" — argumentei. Respondeu-me Darwin:

— "E sabe você as consequências desse fato? Um sombrio amargor contra os Estados metropolitanos, por não sustentarem eles os preços das matérias-primas desses mercados subdesenvolvidos, para que eles não percam jamais os benefícios da civilização que já têm incorporados à sua vida social". Como tinha razão o inglês americano com quem discuti eu a "demonstration effect!"

FALTA DE PREVIDÊNCIA

Tomemos, senhor presidente, o café. Se houvermos dispensado a esse produto, no pé da árvore, a metade dos melos que damos ao processo da sua valorização comercial, somente cinco ou seis países teriam ousado entrar em concorrência com o Brasil, no terreno da rubiácia. Largou-se, porém, o café no campo agrário. Ele não foi objeto das atenções e dos cuidados que outros competidores estrangeiros lhe dedicam. Detinhamos, no começo deste século, uma hegemonia incontestável do produto, em qualidade e quantidade. Perdemos, porém, ambos esses títulos de superioridade, e hoje, estamos curtos de moedas fortes e fracas, a fim de atender a necessidades comozinhas da nossa existência.

Já não podemos conservar alguns elementos dos níveis de vida que tínhamos até anos atrás, sobretudo no que diz respeito à aquisição de automóveis de passeio, pelo preço de dólar de 18 cruzeiros. E também perfumes. E também casacos de peles e estolas de grã-finas. E vestidos franceses para as noites de gala do Municipal do Rio e São Paulo. E jóias para compor os vestidos de Lanvin, Dior, etc., nos passeios dos entreatos pelos "foyers" das duas grandes casas de divórsios de luxo.

Onde o dinheiro para suprir em pleno esse consumo, quando os preços das matérias-primas do subsolo entram a declinar? Aqui o povo não quer alimentar-se se não com o pão de trigo. Vargas tinha um medo párrico de dar às massas pão com farinha de mandioca, ou de incrementar a cultura do milho. Fazia questão de nutrir um operariado nobre, pelo menos com o uso de pão branco.

O Sr. Francisco Valadares — O milho cria o porco, que é um arsenal de calorías animais, elemento que escasseia em nossa alimentação.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nem classes abastadas, nem classes médias, nem massas, ninguém quer submeter-se à contração do seu standard de vida, que era possível manter quando o país recebia um bilhão e meio de dólares americanos e dólares-convenio, pelas suas exportações. Impotentes para produzir dólares, francos, liras, escudos, pesos, seja o que for de moedas estrangeiras fortes ou fracas, as secções industrializadas do país se debatem na mesma crise que os distritos agropecuários.

Constituem outros tantos pontos de estrangulamento quanto o algodão, o sisal, o cacau, o açúcar, que ou não produzem para exportar, como o algodão, cuja safra foi assaz medíocre ou produzem para não exportar, porque são gravosos, como agora até o café, mais caro no mercado interno do que nos mercados externos.

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS

Temos, Senhor Presidente, uma economia marginal, dado o primarismo da lavoura, a inferioridade de mentalidade dos líderes manufatureiros e do equipamento industrial, e os métodos ainda primitivos do comércio internacional, constituída em sua grande maioria de companhias bisonhas. A um grande industrial carioca, homem educado nos Estados Unidos, falando inglês e diretor, a bem dizer proprietário de uma das nossas melhores fábricas têxteis, perguntei-lhe, fez quatro anos, por que não se preparava para exportar seus tecidos, que são excelentes. Sabem o que me respondeu?

— "Qual o quê! Dá muito trabalho. Só me interessa o mercado interno."

O que explica esse comentário de um industrial de larga capacidade técnica, e absolutamente desinteressado do mercado de exportação, sem

amarrar a sua inteligência com os problemas básicos da organização econômica nacional?

A segurança dos lucros do homem cujo negócio é protegido pela tarifa. Tem o Sr. Glycon de Paiva, que é um dos nossos melhores homens no terreno de geologia moderna, um trabalho no qual ele demonstra que no ano de 1951, 70,7 % da importação brasileira de origem mineral, se referem ao subsolo alheio! Os bens minerais, importados de outras nações, representam 81,4 % do peso total das mercadorias, que passam pelas alfândegas brasileiras. As minas do estrangeiro nos davam naquele ano, quinze milhões de toneladas de minérios, em número não inferior — acentua o Sr. Glycon de Paiva — a 250 variedades.

Todo o dia um inocente fala no Congresso, na imprensa, no rádio, na televisão, dos problemas da segurança nacional, ligados à proibição da exportação das nossas matérias primas quando o que exportamos é uma ninharia de quartzo, tântalo, berilo, zircônio, apenas para fazer a liga do ferro. O Peru começou ontem a exportar minério de ferro, graças à iniciativa privada. E bateu em três anos, o Brasil, cujo Estado tem praticamente o monopólio da exportação da hematita brasileira, por obra da Vitória-Minas (2 milhões e 300 mil toneladas estatísticas contra 400 mil da iniciativa privada). Aqui, o Estado opera em minérios de ferro, faz quinze anos. Mas até hoje não logrou mandar para fora do país quantidades comerciais que representem o papel que o Brasil poderá desempenhar nos suprimentos da siderurgia americana, alemã, inglesa e belga.

E paga o Brasil a dura dependência em que vive da produção mineira do exterior, com um produto agrícola que ele tem largado, sem ter tido nenhum interesse até hoje pela sua sobrevivência no plano de segurança nacional.

Os bens minerais representam tão somente 25% das nossas importações. Os outros significam 75% ou sejam 26 bilhões (até 1951) que terão de ser importados do estrangeiro. Para que se compreenda que volume de despesas em uma economia pobre como a nossa, representa a produção mineral estrangeira que mandamos vir do exterior, basta pensar que tudo o que aqui se produz nesse campo da indústria extrativa (incluídos os materiais de construção) dá apenas nove milhões.

O Sr. Fernando Távora — Não nos surpreende esta penúria a que se refere V. Ex.ª, na nossa exportação de minérios. Os algoritmos citados revelam a falta de equivalência entre o que se compra e o que se vende no campo da produção universal!

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND: E tendo tanto o que vender, tanto o que exportar a nossa terra, na órbita dos minérios. Só o manganês e o minério de ferro. Uma sociedade de querubins em São Paulo, o Grêmio Político, apresentou, faz poucas semanas, a um Congresso de Estudantes, uma tese, na qual ataca a exportação de manganês. Tanto esse Grêmio, como outras sociedades cripto-comunistas, hoje difundidas pelo país, se dirigiram ao chefe da Nação, solicitando especificamente a suspensão da exportação do minério de manganês do Amapá. Este minério, trabalhado pela iniciativa privada, em menos de dois anos de exportação, dá ao país em dólares, mais do que o minério de ferro, em quinze, extraído e exportado pelo governo.

A ideia do embargo levantado por nós mesmos ao embarque do manganês, que já representa uma contribuição de 30 milhões de dólares para a balança mercantil brasileira, seria uma rematada insensatez se ela pudesse aqui ser consumida.

NOSSAS RESERVAS DE MANGANÊS

A situação vantajosa que afluere hoje o Brasil, no mercado mundial de manganês, ele a deve à Rússia. Eu estava em Nova York, quando ocorreu a represália, tomada pela União Soviética contra os Estados Unidos, ante o encurtamento, feito pelo Departamento do Estado, das linhas de suprimento de matérias-primas estratégicas da União Americana aos russos.

Três países têm reservas conhecidas do minério de manganês para abastecimentos maciços as outras nações importadoras desse metal: a Rússia, a Índia e o Brasil. A represália russa consistia em outro embargo o qual seria o do manganês. Cortados do suprimento do minério da Rússia, os norte-americanos se lançaram pelo mundo afora, em busca do corretivo da sua situação, provocada pela medida soviética. No Gabon, tem a U. S. Steel, 49% de uma jazida francesa. No Canadá, as pesquisas do manganês são ano por ano ampliadas, e aqui, Urucum, com as últimas perfurações do cocurru do morro, é uma reserva para

140 milhões de toneladas. Está agora provado que os seus filões já sondados nos flancos, são contínuos, o que faz aumentar as disponibilidades então de 89 milhões para 140. Minas cudo desde há muito se extrai manganês, tem ainda reservas para sete milhões de toneladas. Além de Urucum, Morro da Mina, o Brasil conta com depósitos de manganês, cujas prospecções exatas ainda não foram feitas, mas cujos afloramentos já são conhecidos. Urandi Nazaré, Sucunduri nos oferecem perspectivas alentadoras do mercado que aqui se poderá abrir para uma matéria prima valiosa e essencial para a indústria siderúrgica.

O Brasil, vendendo 1 milhão de toneladas de manganês, se coloca como um exportador substancial desse minério. Acredita-se que na Amazônia além da Serra do Navio, se encontram outras jazidas.

Por que interditar as exportações do minério, cuja posse não constitui nenhum privilégio especial do nosso país? A rodonita, canadense e norte-americana, é outro minério de teor mais baixo que o nosso manganês é encontrado em largas extensões. A técnica melhorou de tal modo o seu tratamento, que ele oferece possibilidades enormes ao mercado de minérios.

O Brasil, só de metais não ferrosos reclama 72 por cento de importações. Será crível que um país carente de produção mineira, como este, se atreva a embargar a exportação de seus minérios para os países que não criam embarços de qualquer natureza à saída das suas matérias-primas para esta terra? Se estamos assim impetinentes, quando apenas aqui se estre-munha, com dois milhões e poucos de toneladas de minério de ferro, e algumas poucas centenas de manganês a exportar que não haverá quando o mundo, como vai suceder em 1960, exigir dezenas e mais dezenas de milhões de toneladas de novos suprimentos de hematite compacta e mais de um milhão de toneladas de manganês?

Inventaram os marxistas conscientes e inconscientes do Brasil uma ridícula corrente de opinião de que exportar matérias-primas é tipo de economia colonial. A fórmula é para envenenar a clássica ignorância das nossas elites, e lançá-las contra os grandes Estados líderes do industrialismo.

O Sr. Novais Filho — E' uma tolice completa. E os bilhões de cruzeiros que recebemos de matéria-prima bruta da Europa e dos Estados Unidos?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND

E' deplorável que governos e associações da indústria e do comércio, não organizem aqui uma contrapropaganda, para desmascarar os promotores dessa miséria. Cumpre oferecer à nossa gente, fórmulas mais corretas de progresso, para a solução dos seus problemas de interdependência. Do contrário, o que teremos que assistir é o isolamento do Brasil, com a sua conseqüente desagregação do corpo das nações civilizadas.

Quem conhece a delicadeza da situação do café brasileiro, em véspera de ser esmagado no valor das suas cotações atuais, por uma avalanche de superprodução — tanto de cafés inferiores como de qualidade — só enxerga à vista a exportação de minérios para compensar o desfalque na balança comercial, que nos deverá ocasionar a concorrência africana, nos tipos baixos, e colombiana e centro-americana nos tipos finos. Entre os minérios que maior volume de moedas nos poderão trazer, são os dois que acabo de citar.

E, porém uma ilusão acreditarmos no poder fabuloso da nossa capacidade de barganha. O que não temos vale mais, muito mais do que aquilo que temos. Começa, pela nossa metalurgia, que não se faz apenas com minério de ferro e manganês. A matéria-prima redutora que é o coque, temos que solicitá-la dos mercados alheios, tão escassa é a produção nacional em Santa Catarina.

Para levantar o edifício industrial do Brasil, indispensável se torna, como ocorre em toda a parte, trocar o que temos pelo que não temos. O brasileiro não reflete porém que 70,7 por cento do valor total da importação brasileira (em 1957) se originaram de subsolos que não são nossos e isso mostra a fragilidade dos recursos que temos para barganhar.

Já estamos em condições de impor preço por nada do que temos. Possuímos competidores em toda parte os quais têm uma agressividade e uma isã de negócios que sobrelevam em todos os sentidos os nossos, que são de camponeses atrasados mas entalhados. Se é possível corrigir, ainda que parcialmente, a descompensação visível do arcabentó cambial exportando minério e com que perspectivas desalentadoras!

O inglês, o americano e o alemão nos entregam o seu coque sem a menor dificuldade. Não tem. Grã-Bretanha "ão negro" ara mais de 200 anos. Não sei de uma só voz, que se haja ali levantado, pedindo a suspensão da exportação da hulha. O Brasil que ainda vai começar a surgir, numa proporção ínfima os altos fornos da Europa e da América do Norte de manganês, principia com os nacionalistas pedindo desde agora o embargo da saída desse minério!

INFLAÇÃO

A mais grave moléstia de que sofre esta nação, depois da "nacionalite" superaguda é a inflação. Essa é a endemia nossa e de grande parte da América Latina. A capitalização, entre nós se torna cada dia mais difícil, uma vez que não há economia própria para transformá-la, em bens de capital, e as economias de fora não chegam aqui a desembarcar alarmadas com a marcha ascensional da depreciação inflacionária. Mal administrados servidos por pessimos governos, com obreiros e elites, intoxicados do paroxismo jacobino — como subtrair muitos dos países desta parte do continente aos baixos níveis de produtividade em que eles vegetam?

Se a emissão desastreada, é um confisco, este confisco aqui funciona contra Deus e todo o mundo, inclusive contra os portadores de capitais de fora, que vêm reduzidos esses capitais de trinta até quarenta por cento, anualmente.

Por outro lado, uma das aplicações inexoráveis do dinheiro infla-

cionado, vai para as concentrações imobiliárias: arranha-céus, terrenos e loteamentos suburbanos. A maior vítima da distorção da moeda é o campo, onde o acentuamento logo se constata. Num país como este nosso, com as tarifas aduaneiras elevadas, que temos e com o ritmo sem paralelo de uma industrialização artificial, que nos aflige, os efeitos da inflação sobre a terra, não poderão ser mais desastrosos. Tomem-se os produtos de subsistência. São encontrados aqui pelos olhos da cara. A razão disso não é só a lavrura primitiva que por aí temos, senão ainda a penúria de braços em que ela se estiola no interior.

Sabe a Casa quantos "favelados" tem o Rio? Quinhentos e sessenta mil. Toda essa gente era para estar no campo, trabalhando a terra, plantando feijão, milho, mandioca, arroz, etc., ou criando bois, porcos e galinhas. Vive o interior abandonado (entre outras coisas, o baixo rendimento das terras erodidas), devido à fascinação das cidades, cada vez mais atraentes.

Astrito a um padrão de vida dura, o fazendeiro se habitua a viver de golpes, sobretudo com a pecuária. Esta então, vive do golpismo. Faz três semanas receberam o

Rio, São Paulo e Minas a visita de alto funcionário de uma riquíssimo país do continente, o qual vinha comprar cabeças de gado. Queriam reproduzir do nosso gado mestiço vacum. Tinha os bolsos cheios de dólares. Voltou para o seu país sem comprar um bezerro, e declarando: "Os preços de vocês brasileiros, tanto tem de caprichosos, quanto fora da realidade comercial".

O país, de onde nos chegava este emissário, tinha vontade de nos comprar zebus e tecidos. Procurou o mercado brasileiro e não chegou a acordo para compra dos dois artigos. Partiu daqui disposto a adquirir zebus na África.

O Sr. *Novais Filho* — E comprar lá fora mais barato do que aqui.

COMPETIÇÃO AFRICANA E ASIÁTICA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ignoro-o. Mas creio que sim.

Não há economia mais vulnerável em presença da competição africana e asiática do que a nossa. Enquanto a capacidade da agricultura de exportação do Brasil se contrai, a da África só faz distender-se, no que toca a toda a série de artigos tropicais que concorrem com os nossos.

Milho, arroz, feijão, cacá, borracha, sementes oleaginosas, fumo, mandioca, amendoim, soja, lã, agave, todos estes artigos de terra, o continente negro produz e exporta em muito melhores condições do que o Brasil. A produção tropical europeia, na África e na Ásia, suplanta a da nossa terra (a não ser o café) em qualidade e em quantidade. A preocupação da melhoria se observa em toda parte, quer entre os belgas e os franceses, quer entre os britânicos e os portugueses. O café, que Portugal colhe em Angola, é um dos mais bem reputados do total da produção africana.

A África, em qualquer que seja o ramo da sua produção tropical, está hoje apta para esmagar a competição brasileira. E não se pense que é uma questão de braço barato, senão a superioridade de técnica. Seu comércio exportador, até com relação a certos artigos minerais, como o minério de ferro, a bauxita, o manganês coincide com as linhas abertas ou potenciais do nosso.

E nós, pelos custos gravosos da produção nacional, estamos impotentes para enfrentar o mercado colonial ou semi-colonial da África.

Afora a Ásia, em artigos das nossas linhas de produção, existem os "terms of trade" da atualidade mundial. Os

recursos financeiros com que a Europa trabalha na África e na Ásia, nada têm de comum com os métodos inflacionários daqui. Operam o investimento de verdade, baseados em capitais efetivos, que levantam a estrutura social e econômica daqueles povos a níveis surpreendentes. Não só a técnica moderna de produção se encontra na raiz da manipulação dos produtos do solo e do subsolo, como a prática dos métodos mais adiantados do comércio internacional se evidencia mesmo nas colônias, até ontem as mais atrasadas do continente negro.

Onde a existência aqui de uma infra-estrutura com resistência para aceitar, nos mercados de consumo da Europa e dos Estados Unidos, o desafio que nos mandam a África e a Ásia?

Só o custo da vida no Brasil, já é o primeiro e talvez o maior handicap da nossa incapacidade de exportar em termos sadios de comércio, o que produzimos de peculiar ao nosso solo e ao nosso clima. Pôsto o Brasil, pela África e pela Ásia juntas, fora dos mercados de matérias primas do mundo, que esperança nos restará para dar estabilidade à nossa balança de comércio?

O que nos torna apreensivos, acerca da nossa inaptidão para uma afirmação mais viril da nossa capacidade de atingir a Europa e os Estados Unidos, com a produção brasileira, é o sorvedouro inflacionário.

GALOPE INFLACIONÁRIO

O Sr. *Argemiro de Figueiredo* — Estamos todos de acordo quanto às consequências da enxurrada inflacionária.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Fixem os brasileiros: Em 1939, o meio circulante nacional não atingia a 5 bilhões. Em 1949, ele já andava pela casa dos 24 bilhões. Em 1955, era já de 69 bilhões e 340 milhões. Hoje, mas hoje nem é bom falar. Só ao Banco do Brasil o Estado Federal deve perto de 60 bilhões. Ditador, presidente e Congresso, todos puxaram ou puxaram juntos nesse galope inflacionário.

O Sr. *Novais Filho* — Que nos cumpre, deter, seja a que preço for.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O mecanismo da expansão nacional está viciado pela pior de todas as formas de fazer marchar o programa das realizações governamentais. Empréstimos, o governo não os logrará conseguir no exterior, senão vagas operações com endereço certo, e quando existem encomendas de equipamento, que só no mercado americano poderão ser colocadas. Impostos, as suas fontes se acham esturricadas. A pressão dos contribuintes contra a majoração da tributação já é tão violenta hoje, que o governo não tem coragem de criar nem novas tributações e tampouco aumentar as já existentes. O que resta portanto como lastro a fim de suportar o peso do esquema de modernização do país e seu reerguimento industrial são as emissões do Tesouro. Mas, esse, dirão, é um fator inibitivo. Não legitima nenhuma iniciativa. Não sustenta nenhum programa. O seu peso, apenas oprime e corrompe as melhores forças da nação, abastardando o sistema político e criando um clima de insegurança para o próprio regime.

O Brasil está em pleno emprego das suas forças produtivas. Ninguém o duvida. Mas o que acontece é que, gerando o Congresso a cada ano que passa, novos esquemas de atividade estatal, esses sanguessugas intervencionistas, chapam a melhor parte da seiva da Nação. A economia nacional se desenvolve dentro de quadros burocratizados, os quais longe ficam de se exprimir por uma divisão mais inteligente das riquezas, ou um me-

lhor regime de produtividade. Desnivela-se as taxas de enriquecimento. Mercadorias e serviços decrescem, no volume das respectivas taxas.

Ocorre então o que estamos encontrando aqui: o ano findo a cifra do enriquecimento por habitante caiu para 0,6%, ao passo que de 1947 a 1957 a taxa desse algarismo era de 3%.

ESMAGAMENTO DA INICIATIVA PRIVADA

Se tomarmos, ainda, a situação das trocas internacionais do Brasil, nada poderá haver de mais apreensivo para quantos pensam em termos objetivos de renda nacional. Renunciando todo o dia a cooperação internacional, em virtude de um clima de desconfiança para os capitais estrangeiros, e de perseguição a esses mesmos capitais, para satisfação das correntes esquerdistas dos partidos burgueses — o Brasil caminha a passos largos para a burocratização e o consecutivo empobrecimento da sua economia.

Comunistas, crypto-comunistas e para-comunistas encontram na cobardia dos partidos burgueses e sociais democráticos, o guarda-chuva para a virulência das suas atividades predadoras, a fim de afugentar o capitalismo internacional, aqui já estabelecido, mercê de comissões de inquérito, entregues a ignóbeis energúmenos. Os planos diabólicos da propaganda russa estão em marcha vitoriosa para fazer do Brasil um país de estrutura totalitária, sob a égide dos agentes vermelhos, infiltrados nos diversos partidos, e com força de persuasão na direção de todos eles.

A aliança comuno-nacionalista já trouxe o nível de baixa da prosperidade argentina a zero. Procura ele obter a mesma taxa de retardamento econômico para o Brasil por obra de um contínuo freiar do nosso progresso, da nossa situação de povo, capaz de viver em contínuo processo de desenvolvimento.

Encontramos, tanto na Argentina como no Brasil, o mesmo nacionalismo, algemada a nação aos monopólios estatais, que são a ruína das suas finanças e a base da insatisfação dos seus operários.

O Sr. *Fernandes Távora* — Lá a calamidade não é tão grande quanto no Brasil.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A praga é maior, bem maior no nosso país.

O Sr. *Argemiro de Figueiredo* — O reforço à iniciativa privada, ao lado de um acesso pleno à livre empresa, ambos são pleiteados pelos democratas sinceros deste país. A série dos monopólios estatais, que só fazem crescer dia a dia, constitui uma deformação perigosa do regime político que adotamos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tem todo o acerto o aparte de V. Ex.^a. O Estado empresário-monopolista-intervencionista que aí está, fabricante de ferro, de aço, vendedor de minério, dono de quase todos os caminhos de ferro e empresas de navegação, refinador de petróleo, pesquisador exclusivo de óleo, distribuidor de bens, proprietário de uma burocracia imensa e preguiçosa, é a mais funesta armadura de poder ditatorial que ainda incentivou uma democracia para a sua morte. Todo o dia que passa o Brasil forja mais armas para atentar não só contra o regime representativo como contra a saúde da sua economia.

Um economista da América do Norte, interrogando-me acerca dos investimentos no nosso país, respondeu-me que a luta dos governos e dos partidos políticos democráticos, contra a livre empresa, era o índice mais expressivo para se concluir da debilidade das aplicações privadas e da penúria do nível cívico em nosso país.

Pagamos caro, senhor presidente todos estes desastrosos resultados de uma economia de investimentos públicos, que é superior, muito superior às nossas forças. A produtividade dos investimentos privados, no campo da expansão nacional, sofre os efeitos do ritmo anormal dos investimentos estatais ou para-estatais. Esses têm base de custeio as fontes impuras da emissão do papel-moeda, e, neste caso se processam dentro de uma situação de anormalidade e de desordem econômico-financeira, mantida a custa de duas pessoas: a de inflação e a do regime fiscal.

A fisionomia da saúde econômica de uma nação se estampa em boa parcela nas variações da sua despesa em relação à composição do produto básico nacional.

Na Estados Unidos, a quota das despesas a particulares do consumo oscila entre 60 e 70% do produto bruto nacional. A parte destinada à formação de capitais pela população ultrapassa de 20%, e, assim, se explica, a opulência do mercado americano de investimentos. O Canadá que tinha 72% de despesas privadas, para 11,6% de capitalização, antes da última guerra, já na década presente, baixava a cifra do consumo para 62% e subia a da formação de capitais para 19,3%, em 1953. Os serviços de estatística das Nações Unidas dão para o consumo dos países subdesenvolvidos, em referência ao bruto nacional, 80% e em vários casos de 85% e até algarismos mais altos.

Os órgãos de propaganda do país deveriam pelejar para que o povo brasileiro entrasse a inveterar as posições que ele tem atualmente: uma voraz economia de consumo interno ao lado de outra flácida, de economia exportável.

AGRICULTURA DE EXPORTAÇÃO

Como o Brasil, senhor presidente, se revela pouco flexível na compreensão da sua agricultura de exportação! No café, por exemplo, deveríamos ter concentrado um interesse de tal ordem, para produzi-lo bom e barato, que não levantasse a cabeça de nenhuma economia exportável estrangeira, ao ponto dela se tornar nossa concorrente. Um economista inglês, disse há pouco num livro — "Toward New Pattern in World Trade" — que as economias de exportação precisam ser maleáveis, tão adaptáveis às exigências do consumo mundial, que elas procurem produzir aquilo que o comércio internacional reclama.

Ora, nós aqui, somos ignorantes maciços do que pede a estrutura do comércio exterior.

Ele pede, por exemplo, café de boa qualidade, a níveis de preço que enfrentem os impactos dos severos impostos europeus, e o sensível consumidor americano, o qual gosta de consumir produtos de substância baratos. Produzem-se aqui de preferência cafés baixos por preços altos.

Produzimos açúcar, em superprodução, para colocá-lo lá fora em preço de dumping. Produzimos sisal, que não pode competir com a Indonésia que voltou ao mercado mundial, onde depois de ter baixado até 2%, hoje está abastecendo aquele mercado já em 32%!

Insistimos em ser uma pobre e desorientada economia primária, que não sabe o que deve produzir. Este o governo argentino incentivando a produção de sementes de oleaginosas pedindo aos seus triticicultores que contralim a área de semeadura do trigo em favor daquele tipo de plantação, que produz divisas fortes para o país.

Ouso pedir o mesmo, faz vinte anos, aos brasileiros. Não me entendem, e as elites burguesas entram em medo com a ameaça dos distritos trigueiros.

Ela se circunscreve a uma miúda felicidade quotidiana, dominada por pequenas seqüelas, das quais as mais importantes são o medo inato do fisco e os suspiros ante a ação policial do Estado e a violência sceleriana dos comunistas.

Nunã páis como o nosso, onde a burguesia é singularmente poderosa pela penúria das classes médias e pela riqueza acumulada em suas mãos, o papel político que ela tem é quase nulo de tal modo inúteis dentro do inercial da ação paralisante e da intervenção do Executivo.

Não se lhe conhece uma atitude mais destacada a fim de desbanhar a presunçosa confiança com que aqui os governos dissipam os recursos da nação. Existe, nos dirigentes brasileiros e no nosso povo, a crença mística de que os Tesouros do Brasil são inesgotáveis. Esta mentalidade se acha ancorada de tal forma no seio da nossa gente, que ela está persuadida de que não há crise que a arruine nem a hegemonia que o Brasil tem na América do Sul. Então, após o estatismo estacionarista, cujo poder os outros governos continuam a dilatar (ele recebe apoio de todos os partidos políticos nacionais) esse estatismo que é o terror das nações civilizadas, por ser uma forma inferior de cultura política recebe a consagração esvaziada de 55 milhões de brasileiros! O nosso estatismo é a vaca sagrada do hindu. Ele recebeu a missão divina de nos salvar. Nossa missão providencial no continente se exerce através desse instrumento, cujas repêlidas e desastrosas experiências, não tem a força de nos decepcionar para duvidar da sua equívoca medicina.

O Estado Brasileiro é horrível porque cada vez mais voraz, mais desabusado, e mais ápto à pilhagem e à rapina.

COMBATE A INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Faço daqui, senhor presidente, um apelo aos partidos políticos para que dirijam um combate cerrado a tantos investimentos públicos, que são verdadeiros gigantes de pés de barro. O crédito público na base em que o faz o Tesouro brasileiro, significa apenas uma calamidade. O capital tem dois braços que o alimentam: o público e o privado. Num país de governos vietados como o nosso, depravados no emprego do papel-moeda para custeio até de um funcionalismo desnecessário, inútil, criado exclusivamente pela ausência de vigilância da opinião pública, há que normalizar e fortalecer o crédito privado, a fim de que nutra os investimentos de livre iniciativa. O Estado criador das más vontades inversas, se torna um competidor desassazado, que chupa ao capital privado o que ele tem para financiar a livre iniciativa, deixando essa fonte debilitada para ajudar os empreendimentos sadios e estáveis do meio coletivo.

Existe no Brasil dos nossos dias uma ruptura no processo de investimentos: de um lado, o dirigismo estatal, lançado ao pleno emprego, com investimentos monopolísticos que só fazem infelicitizar a nação, em despesas de consumo; do outro, a iniciativa privada, esmagada pelo interencionismo público, em tudo, e por isso mesmo sem poder expandir-se ante a pressão dessa concorrência poderosa.

No Brasil, todo o sistema de crédito sofre os efeitos catastróficos da inflação governamental. Temos uma moeda a qual não possui qualquer traço de estabilidade. Seu poder aquisitivo é de todo arbitrário. Ela não mede valores, porque vive ao sabor do capricho e das cavilações da demagogia dos partidos no Congresso e da fantasia absolutista dos exe-

cutivos em sua enxurrada de planos e de projetos fantasmagóricos. "Tolera-se uma inflação da taxa de 2 a 3% — declara um cronista inglês — em caso de conjuntura difícil. Escandaloso será, contudo, ter a taxa de 25 ou 30%, e está é o nosso caso. Nós não queremos compreender, senhor presidente, que o problema do Brasil neste momento, está longe de se encontrar na abertura de mais facilidades de crédito pelo Banco do Brasil. A depressão comercial se origina de outros fatores, que as classes produtoras não estão entendendo ou não querem entender. Não resta dúvida de que a demagogia das classes dirigentes exerce uma pressão deploável para o desenvolvimento da crise inflacionária. Ela incrementa aumentos de salários, vencimentos e salários, em volumes catastróficos para a presente conjuntura da economia brasileira.

Toda a família cafeeira e não cafeeira, aqui, vive sob a impressão de que, sem uma desgraça no café, desgraça que lhe corrija o atual desequilíbrio estatístico não há esperança de modificação e possível conjuntura comercial desfavorável. Porque é a situação mundial do café, que é a maior responsável pelas perturbações que nos saodem e nos afligem neste momento.

RETRACÇÃO DOS MERCADOS

A política do crédito do governo federal em relação à crise de movimento na lavoura, na indústria no comércio, tem tanto a ver com esta crise como Judas com a alma dos pobres. A causa maior da depressão está na retracção dos mercados mundiais diante de vários artigos da produção nacional. Não podemos deixar de nos sentir apreensivos ante as cifras depressivas que apresentou o nosso comércio exportador no primeiro semestre do ano e que, neste segundo, só tem tido tendência de ainda mais se contrair, quanto ao café e outros produtos. De janeiro a junho, os algarismos provisórios do comércio exportador, registram uma queda de 85 milhões de dólares. As importações ascenderam a 29% mais, enquanto que as exportações baixaram de 14%.

Se o café baixa assustadoramente agora, a ponto de andarmos pela casa dos 180 milhões de dólares de quebra, da safra corrente, na exportação, no primeiro semestre essa quebra já se vinha demonstrando. Tanto no volume como na importância em dólares, até junho, a queda dá para o primeiro item, de 22,4% e quanto ao segundo 21,2%. Se considerarmos que o Brasil continua hoje como era, no passado, café, e a bem dizer somente café (as exportações de café do primeiro semestre do ano findo representaram, no cômputo das exportações, 69,6%) nada poderia apresentar-se como mais inquietador do que a cifra que se desenha, no cartaz do futuro próximo, da redução em dólares das nossas vendas de café: 250 milhões.

Como produtor de algodão que sou, posso dizer que o Brasil não tem dessa malvacea, quase nada que exportar da safra colhida e 1957. Se as cifras de queda em volume e valor são de 58,7% e 57% respectivamente, no 1.º semestre, muito maior será a situação no semestre em curso. Igualmente é sensível a quebra da exportação do cacau: 30,4% quanto ao valor, e 20,3% quanto ao volume.

Venho dizendo de modo permanente, desta tribuna, que o Brasil recua de modo assustador das suas posições de país cotado de agricultura exportável. O ferro e o manganês não têm um nem outro, maior peso em nossa balança comercial para nos compensar no primeiro semestre de uma perda de 106 milhões e 500 mil dólares, só em termos de café. Apenas o pinho subiu a 28,2 milhões de dólares. É uma

lástima que tal haja acontecido. Está o Brasil vendendo o cerne da sua melhor riqueza vegetal por uma tutaméia. Deveríamos guardar o nosso pinheiral para transformá-lo em celulose. É da proporção de 8 a 10 vezes mais o preço que nos oferecem os mercados internacionais pelo pinheiro, sob a forma de celulose. Está o Brasil devastando as suas derradeiras matas de pinho, no Paraná, e dando cambalo de favor para vendê-las pela oitava parte do seu valor comercial, nos mercados de fora do país.

ORGIA DE MONOPÓLIOS

O Estado brasileiro, em vez de fortalecer o seu crédito fortalecendo a iniciativa privada, desbarata-a, entregando-se a maior orgia de monopólios da sua história, e da história de qualquer outro país da América Latina, salvo a Bolívia nossa rival.

O Sr. Noveis Filho — O Brasil de um jeito ou de outro, precisa merecer a confiança dos grandes mercados de dinheiro para não deter a expansão do seu progresso.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Já fomos, na América Latina, uma força em expansão que despertava. Juramos, depois do Estado Novo entrar em declínio e estamos declinando. O nacionalismo nos faz cada vez mais e mais, uma zona hermética, isolacionista, no hemisfério ocidental. Quase dois bilhões de dólares temos aqui aplicados do capitalismo privado, do Banco para estatal americano e do Banco Mundial e raciocinamos todo o dia no Congresso e nas praças públicas como se não tivéssemos compreensão das linhas do problema do desenvolvimento nacional. É exato que os Estados Unidos poderiam ter feito muito mais, usando aqui do liberalismo com que tem atuado nas zonas extracontinentais da Europa e da Ásia.

Existe uma manifesta desigualdade de tratamento da parte da União Americana, em relação à América Latina e a Ásia; por exemplo, para não falar da Europa. Isto, porém, não quer dizer que o Departamento do Estado não tenha através do Eximbank servido o Brasil. Graças a quem, fizeram-se Volta Redonda, Paulo Afonso, e se ampliaram as instalações da Serra do Mar, em Cubatão, Ribeirão das Lages, e no Rio Grande, em Peixotoes? Só para a Brazilian Traction o Banco Mundial deu mais de 120 milhões de dólares.

Três Marias já tem o financiamento da primeira etapa garantido nos Estados Unidos, e Furnas, que deverá ter 1 bilhão e 700 milhões de cavalos o Banco Mundial está retomando o interesse pela sua construção. Aqui cabe uma rápida defesa da conduta menos liberal para conosco que tem adotado o World's Bank. O Eximbank é uma instituição puramente governamental.

Os seus empréstimos, sendo políticos, têm como via de acesso o Departamento do Estado, que é quem pede ao Congresso, por intermédio do Executivo, as verbas com as quais deverá operar o Banco. O outro trabalha com recursos que lhe proporciona o público. Concedendo um empréstimo a qualquer país, ele se torna fiador da operação, junto aos subscritores, de quem foi buscar o dinheiro. Até na Suíça, o Banco Mundial já tem colocado tranches de 50 milhões das suas emissões. Entre um banco que opera com fundos do governo, e outro muito mais débil, que trabalha com economias do público, o nível de liberalidade do primeiro em seus negócios, terá que ser maior que o do segundo, o qual, por sua vez carece de um coeficiente de segurança operar, maior que o estabelecimento, cujo giro é financiado pelo Tesouro dos Estados Unidos.

Por que os partidos políticos, entre nós, antes de se lançarem às críticas ácidas e desassazadas, que eles formulam contra as finanças americanas,

na América Latina, não estudam as condições que aqui se criam para colocação das economias dos Estados Unidos? Todos eles se sentem na obrigação de criticar, e nenhum no dever de construir. Por isso, deixo consignado aqui a minha admiração e o meu apreço pelos nobres senadores da UDN, Srs. Argemiro de Figueiredo e Daniel Krieger, que reagem, dentro dos muros da sua grel, como realjo nos arraiáis da minha, contra a mentalidade limitada e discriminatória, que em ambas predomina, no caso dos investimentos estrangeiros, cuja presença é imprescindível ao país. É um autêntico suicídio a atitude de uma nação, que não tendo quase forças de investimento, combate as únicas, possíveis de nos fazerem desenvolver.

CAPITAL ESTRANGEIRO

Que é o capital, se não as economias que o homem realiza e acumula, para colocá-los à disposição do desenvolvimento da comunidade? Mas não temos esses capitais, sobretudo hoje, quando o Governo absorve as economias privadas (observe-se o caso das reservas das companhias de seguros) para os alucinados empreendimentos da sua fúria monopolista. Há que ir buscá-lo onde ele existe, e é uma felicidade que o capitalismo estrangeiro tenha ajuntado para pô-lo ao serviço do progresso de países pouco desenvolvidos, como este nosso. Reflita-se no que os capitais americanos, no Brasil, produziram nos derradeiros doze anos, só em matéria de investimentos para serviços públicos. São somas prodigiosas, para a indigência dos recursos nacionais. Considerem-se apenas a Brazilian Traction e a American Foreign Power. Essas duas "holdings" resumem tudo.

O Sr. Argemiro Figueiredo — Vossa Excelência tem toda a razão. Tire-se do progresso do Brasil tudo quanto se construiu com a ajuda do capital estrangeiro e pouco nos restará atribuível à nossa iniciativa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Na rubrica do capital estrangeiro, a que se referiu o honrado Senador pela Paraíba, substitua-se esta designação, por Inglaterra, Estados Unidos e Domínio do Canadá, e ter-se-á tudo. Há, hoje, da parte de seções consideráveis da opinião brasileira um propósito mórbido de denegrir a co-opeção das melhores vontades, na expansão da coletividade nacional. Há dias, um emérito homem público, de Minas, parlamentar ilustre, atacava rijamente a Brazilian Traction, porque em vez de dividir o total dos seus dividendos com os acionistas, no Canadá, na América do Norte e na Europa, os reinveste aqui em obras novas em benefício do usuário brasileiro!

Um general do Exército contava-me cabalço que ouvia pirralhos do Colégio Militar, invectivando como "antregulistas" estadistas dos mais respeitáveis dos tempos passados e da era presente da sociedade brasileira.

Perguntar-se-á, se é possível modificar esta mentalidade no Brasil? Eu responderia, com o que observei há três semanas, em Tupã e Machado, ou seja, em São Paulo e Minas Gerais. Na primeira daquelas cidades assisti a 1.600 fazendeiros e sitiantes, aclamarem um orador que atacava o monopólio da Petrobrás. Em Machado, contemplei a sua população e dos municípios vizinhos, reunidos todos os partidos, sem exceção, para saudar o Ministro da Fazenda, pelos resultados da sua campanha, em favor dos cafés finos e de resistência à demagogia instilada no chamado movimento contra o confisco nacional.

O Sr. Fernandes Távora — Ferme-te, V. Ex.ª um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tem V. Ex.ª todo o direito de dá-lo e nós de o ouvir.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência, com razão se admira do criptocomunismo que opera atualmente no país.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não me admiro, limito-me a constata-lo.

O Sr. Fernandes Távora — No entanto não devemos fazê-lo porque sabemos, V. Ex.^a e eu, que o atual Presidente da República para alcançar ao poder teve de se mancomunar com os comunistas, pagando-lhes para que o auxiliassem.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Fui contra qualquer entendimento da nossa coligação com os comunistas, para a eleição presidencial.

O Sr. Fernandes Távora — O general Ministro da Guerra, outrossim, recebeu espada de ouro das mãos dos comunistas. Assim o país só poderá ser o que é.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) — Lembro ao nobre orador que só dispõe de dois minutos para terminar seu discurso.

O Sr. Daniel Krieger (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se concede a prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Assis Chateaubriand possa terminar seu discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Daniel Krieger.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Continua com a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, agradeço ao agrário e inconfidente Senador Daniel Krieger — digo inconfidente e Sua Ex.^a, sabe por que — a consulta que formulou à Casa, para que eu pudesse concluir esta oração. Agradeço também aos nobres Senadores a benevolência com que me estão ouvindo.

O Sr. Fernandes Távora — A Casa ouve sempre V. Ex.^a com muito prazer e atenção.

AS ENCAMPAÇÕES

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sou apenas um repórter, que gosta de agitar problemas de ordem pública, o que é uma preocupação generalizada da Casa. De um modo geral, existe coincidência de julgamentos entre todos nós, no que toca ao fundamento das soluções a adotar.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência é um progressista.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não duvido; tenho o espírito progressista, a Casa bem o sabe. E' indispensável fazer o Brasil cada vez mais uma comunidade dotada de progresso civil e político. Um dos males de hoje da nossa terra, é o misonismo. O Brasil de Pedro II e de Rodrigues Alves, não é o Brasil de hoje. Sem o progresso material, que alcançamos, depois, éramos, contudo, há 50 anos, mais objetivos. Outrora o nosso país sabia tomar a medida de si mesmo em termos de uma grandeza que o completava. Hoje, criou-se uma ronda de fantasmas abstrata, para inquietar as massas, que se encontram suficientemente lúcidas para entrar no jogo das complicações. O nacionalismo, sob a forma agressiva e tola, que anda por aí, depois da era florianista, recrudescer no tempo da Brazil Railway, mas Afonso Pena, Nilo Peçanha e Wenceslau Braz, não eram índoles para tomar a posição mental e apaixonada dos alucinados jacobinos. Foi a presidência apaixonada de Epitácio Pessoa, o ponto alto da crise nacionalista, sem embargo dessa natureza, rica de contrastes, haver sustentado, impávido, o mais rijo combate ao nacionalismo econômico no

caso da Itabira.

Foi a administração Epitácio Pessoa, o período atormentado das encampações de portos e estradas de ferro. Ataque enquanto dura essa calamidade. Pois, como era possível que um país, faminto de capitais, se dispunha a reexportá-los? Cometeu o Sr. Borges de Medeiros, como presidente do Rio Grande do Sul, a insanidade de se opor à elevação das tarifas das Auxiliares, para forçar uma calamitosa encampação, a qual hoje custa 750 milhões de cruzeiros de déficit ao erário federal. A operação, ruínea em todos os sentidos, feita no Rio Grande, se seguiram outras, que determinariam o Brasil pôr fora das suas fronteiras, um estado-maior estrangeiro de primeira ordem, especializado em serviços públicos, para acabar o Estado Federal se entregando a uma "demagogia nacionalista", responsável pelos maiores desfalques que ainda devastaram os cofres da União. Os belgas da Auxiliaire, pediam em 1920 a Pires do Rio um aumento de 20 por cento nas tarifas. O Sr. Borges de Medeiros foi lá do cabo. De saída, depois da encampação, aumentou passagens e fretes de 50 por cento e disse por que: por ser a estrada já nacional.

Li, em 1921 ou 1922, uma mensagem do Sr. Borges de Medeiros à Assembleia local, dando-lhe conta da elevação das tarifas do parque ferroviário doméstico. Sem maior constrangimento, ele explicava por que atingira tão alto o aumento de fretes e passagens na Rede; é que ela entrara agora na fase da nacionalização. Sendo estrangeira a estrada, o negócio não se podia fazer nem com 20 por cento de aumento. Uma vez que era brasileira, as tarifas podiam chegar até 50 por cento nos acréscimos pedidos.

Mostrei, num dos encontros semanais, que mantinha com o governador Bernardes em Belo Horizonte, em virtude da discussão das cláusulas do contrato da Itabira Iron, Ore, Company, da qual era eu advogado, o trecho da mensagem do Sr. Borges de Medeiros, ufano porque a Rede era nacional, e ainda mais ufanista por lhe dar 50 por cento, em vez de 30 por cento de aumento de tarifas.

— "Presidente — disse eu ao governador de Minas — veja o Dr. Borges de Medeiros, que tanto combate a candidatura de V. Ex.^a à Presidência da República. Ele já está mais próximo do Catete futuro do que pensava. Não tem, sobre a Auxiliare nas mãos dos belgas melhor conceito do que V. Ex.^a com a Leopoldina, nas mãos dos ingleses".

O Sr. Fernandes Távora — Peço a V. Ex.^a licença para mais um aparte.

Infelizmente, essa questão de nacionalismo, em matéria de estradas de ferro e outras coisas, continua da mesma forma que no tempo dos srs. Borges de Medeiros e Epitácio Pessoa. Tanto assim que temos tomado ao estrangeiro não estradas de ferro, que pudessem servir, mas verdadeiros ferro-velhos, que eles dão graças a Deus de nos entregarem, recebendo grandes quantias em moedas sonantes. E' o que temos feito.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nem podia deixar de assim acontecer, nobre colega. Os acionistas das companhias estrangeiras aqui estabelecidas, tinham deixado de receber dividendos, anos e anos. As companhias viviam com as suas finanças massacradas pela indiferença dos governos e dos usurários, às suas reclamações para o reajustamento tarifário.

O Sr. Fernandes Távora — Se o governo não tinha dinheiro para lhes pagar, como teve para indenizá-las?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Deveria pagar-lhes subsídios. Esta

fôra a política inteligente. Dando-lhes

recursos para que pudessem remunerar um dividendo de 4%, nos fôra possível atrair novos capitais para outros empreendimentos ferroviários. A Monarquia, nesse ponto, foi muito mais hábil do que a República.

O Sr. Fernandes Távora — As indenizações é que são, realmente, detestáveis, porque sempre acarretam dúvidas quanto à honestidade de quem as recebe.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, a questão posta neste terreno, será tão difícil quanto delicada de ser apreciada. Os nossos amigos ingleses são criaturas de uma honestidade tão proverbial que está preso em Londres, todo o produto da indenização com que o governo federal pagou o preço da encampação da Estrada de Ferro Ilhéus a Conquistista, aos obrigacionistas da Estrada. Um acionista impertinente declarou em assembleia geral, que a diretoria da Companhia precisava de uma soma X tirada do valor total da indenização, para dar aos intermediários no Brasil, que haviam tratado do negócio. Para distribuição da propina em questão — acrescentou o orador — a diretoria necessitava da autorização da Assembleia.

O Sr. Fernandes Távora — Não estou acusando os ingleses, mas os nossos patricios, que se conduziram por forma lastimável, no caso da indenização a que se refere o nobre senador pelo Maranhão.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O caso, de fato, dá para nos fazer corar de vergonha.

O Sr. Fernandes Távora — Desejo que minha opinião fique acentuada.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente. Com Epitácio Pessoa recorriamos à política florianista de axitação do nacionalismo caricaturesco de recambiamento do capital de dentro para fora do Brasil, sistema adotado pela Argentina, falida ou, até, mais falida do que nós.

Sr. Presidente, não desejo abusar da paciência da Casa.

O Sr. Fernandes Távora — V. Excelência, toda vez que fala, nos ilustra e dá ensinamentos para os seus companheiros.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Obrigado a V. Ex.^a.

MINÉRIO DE FERRO

Peço a atenção dos caros colegas para um fato digno de ocupar a nossa atenção: três grupos, um alemão, a Ferrostal, outro, a Case Dreyfus, de Paris e um terceiro, o sr. Edgar Kayser, apresentaram propostas ou para construir uma estrada de ferro especializada, ou para ampliar a Central do Brasil, contanto que se exporte em grande o minério de ferro de Minas Gerais. Nos Estados Unidos, impressiona bastante os centros industriais, a queda do comércio da União Americana com a grande maioria das Repúblicas da América Latina. Na balança desses países persiste uma situação de desequilíbrio. As emissões inflacionárias que depravam as finanças de quase todas as nossas Repúblicas, provoca um retraimento óbvio dos investimentos particulares. Nos derradeiros quinze anos, do saldo das aplicações feitas na parte ibérica do continente, só 5% são do capital na União, uma ação mais dinâmica do comércio norte-americano com os países latino-americanos. Só a Argentina apresenta uma queda de 91,1% do seu comércio com os Estados Unidos. O Brasil, 98,5%. Os minérios têm estado em baixa assim como os preços do cacau. Um simpósio, na Universidade de Kansas City, revelou que a baixa do preço das matérias-primas da América Latina, já provocou, es-

te ano, uma diferença para menos, em nossa capacidade de importação, de 500 milhões de dólares.

Duvido que o Brasil tenha facilmente um mercado devorante de minério de ferro. Perdeu-se aqui muito tempo em organizar esse mercado, pela preferência que dêle se atribuiu o Estado Federal. Este é, aliás, uma das maiores fontes das desgraças do Brasil. Nosso deficit ficaria deveras mitigado, se tivéssemos a coragem de apresentar proposição a fim de obter que a União se dispusesse a brir mão de um terço das autarquias e monopólios que lhe corrompem as finanças. Como fazer uma política severa de saneamento do nosso signo monetário, o Estado a querer fazer tudo, com uma economia primária como a nossa? Donde resulta a maior parcela da pressão inflacionária que nos desequilibra, se não desse mundo de aplicações de emissões do erário em petróleo, aço, navegação, transportes ferroviários, verbas todas essas que esmagam o orçamento da União e aviltam o custo da vida?

Pode o minério de ferro ser ainda um bom negócio para o Brasil porém sob a condição não continuarmos a perder tempo em nos equipar, a fim de o explorar em escala muito maior do que a que leva a cabo, presentemente o governo, no Vale do Rio Doce. Só encontro duas dificuldades para colocar o metal de minas, nos Estados Unidos e na Europa: é que, de um lado não dispomos de instalações portuárias e ferroviárias com capacidade para o seu escoamento, e, do outro, o nacionalismo-javali, que nos exacerba, não parece tolerar que o método de exploração das jazidas se possa efetuar pela propriedade direta dos depósitos ferríferos pelos importadores, qual acontece no Canadá e na Venezuela. Não encontro, dentro do nosso país, por enquanto, organizações capazes de assumir a responsabilidade do programa de extração de 8 e 10 milhões de toneladas, com entregas, em tempo hábil, às siderúrgicas estrangeiras. Duvido por isso mesmo que os grandes consórcios de aço americanos, ingleses e alemães aceitem, de saída, como um encargo nosso, a exploração e a entrega dos suprimentos de que eles carecem, do minério nacional.

O Sr. Fernandes Távora — Todos acreditam que as explorações do ferro possam aliviar o déficit da nossa balança comercial.

ALÍVIO PARA A BALANÇA COMERCIAL

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A conclusão a tirar das palavras do ilustre representante do Ceará é que à vista se encontram soluções para a crise do café, em que já se encontra engolfado o nosso país.

E' o minério de ferro uma chave, na qual se possa encontrar o pronto alívio de que carecemos?

Li, há pouco tempo, declarações por demais pessimistas do Sr. Clycon de Paiva acerca do lugar que ainda possa restar disponível aos nossos minérios, de ferro no mundo. Dormiu-se aqui demais sobre o problema. Enquanto a corrente nacionalista discutia se deveríamos permitir ou não a exportação da hematita brasileira, o Domínio do Canadá, em Terra Nova, Quebec e Ontario, a Guiné Francesa, a Venezuela, a Libéria, a Índia e a Suécia, tomaram praticamente os mercados de consumo europeus e norte-americanos, cobrindo-lhes as necessidades, que não podiam ser supridas pela produção local. Nossa posição, como país supridor de minério de ferro, no mercado mundial é ínfima. Não passamos de 1%.

Só temos um elemento que milita em nosso favor. O minério brasileiro.

ro é o de mais alta cotação nos mercados da Europa, do Japão e dos Estados Unidos. O que acontece, porém, é que para exportá-lo, se exclui-se o Vale do Rio Doce, há tudo por fazer. A demanda aumenta dia por dia, mas ao lado dessa demanda, aqueles países que já estão no mercado, se equipam melhor para acudir aos reforços de ordens emanadas dos mercados consumidores. A África está ganhando mais de 320 milhões de dólares em novos equipamentos. O Canadá, 270 milhões. A Venezuela 118. A Suécia, 150 milhões. Enquanto esses projetos estão em linha de marcha, o Brasil ainda discute se deve exportar ou não o minério ou o aço já laminado para os Estados Unidos e a Inglaterra! Patanjamos com 2.700 mil toneladas de exportação de minério do ano passado, alheios à expansão colossal da indústria siderúrgica no planeta. Temos uma situação nada favorável para colocar o nosso artigo no exterior. Ele está longe do mar, no interior do país e não se tem transporte interno nem instalações portuárias, excluído o caminho de ferro da Vitória-Minas e o porto de Vitória, para movimentá-lo com destino às áreas de consumo.

Os algarismos, para colocação do minério brasileiro nos Estados Unidos, são desalentadores. Calcula-se que ali, em 1975, as necessidades de consumo atingirão a 88 milhões de toneladas. Para essa cifra a contribuição brasileira será apenas de 2 milhões. São calculadas as necessidades do consumo da Europa Ocidental até 1960, em 143 milhões de toneladas. Quer a Casa saber em quanto participa o Brasil desse consumo? 1 milhão de toneladas! Estas cifras nada têm de encorajadoras, tratando-se de uma nação como a nossa que, segundo uma "survey" do Departamento Nacional da Produção Mineral, nos dá com 1 milhão e meio de toneladas métricas a menos do cinqüenta metros de profundidade a 3 bilhões até 100 metros. De itabirito, em Minas, a uma profundidade até de 10 metros existem 5 bilhões de toneladas métricas. A 50 metros, uma massa compacta do itabirito atinge a 23 bilhões.

Há quem diga que no "quadrilátero mineiro" existem 37% das disponibilidades mundiais de minério de ferro. Malgrado o alto teor metálico da hematita brasileira as perspectivas da sua exportação para os Estados Unidos não são animadoras. Não havendo sombra de risco de esgotamento das nossas reservas todavia as perspectivas da sua aceitação em doses maciças, pelo mercado americano, não são das mais fagueiras por enquanto.

Resumindo, em termos de isolamento caboclo: — o problema da exploração dos campos ferreiros brasileiros terá que ser abordado em bases "entregulistas". Nenhuma companhia organizada do norte do hemisfério ou da Europa, pretenderá ficar na dependência deste país para ver entorpecido o ritmo do seu trabalho industrial devido à má execução dos serviços de entrega de uma matéria prima básica para a indústria metalúrgica.

SEMENTES OLEAGINOSAS

Outro corretivo que encontro, além do minério de ferro e manganês para se enfrentar o problema da baixa do nosso mercado apurador de divisas, são as sementes oleaginosas. A Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos, a Holanda têm um largo consumo de todas elas. A questão é aqui nos organizarmos para as lavouras de algodão, soja, amendoim, girassol, mamona, etc. São Paulo e Rio Grande do Sul estão preparados para

introduzir na sua produção agrária este tipo de exploração da terra.

O Sr. Fernandes Távora — Permite-me lembrar a v. excia. que quando a comissão de industriais de São Paulo esteve no Nordeste, avaliou em cerca de dois bilhões a importância que poderíamos obter todos os anos só com os produtos oleaginosos: por consequência, não devemos desprezar essa fonte.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Lamento que V. Ex.^a haja trazido a debate, palhaços de um divertido circo de cavalinhos e cavalões da Federação das Indústrias de São Paulo, que foram ao Nordeste. A maioria, dos membros dessa Comissão não fez outra coisa senão ludibriar as populações do norte. Nosso sertanejo supunha tratar com gente séria, quando eles não passavam de usufrutuários de banquetes apanhados a credulidade dos incautos. Começa que nenhum dos que lá estiveram, possui cabedais para qualquer espécie de investimentos. E, se os tivessem, não o empregariam, pela ausência total de sentimentos nobres, na ajuda às regiões subdesenvolvidas do Brasil. O que os interessa é só a tarifa protetora, para as suas indústrias, que vivem na base da proteção fiscal. Nem em São Paulo nenhum deles até hoje cooperou sequer num campo de demonstração de café de qualidade. Veja V. Ex.^a: faz quase um ano que o bando federativo andou pelo norte. Que é que saiu prático da excursão paulista, feita debaixo dos rufos de uma publicidade estentóricia? Nada, três vezes nada.

O Sr. Fernandes Távora — O que disseram em relação ao Nordeste, é uma verdade.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Dizer e fazer são duas etapas diferentes. Que adianta que indivíduos saturados de egoísmo, gozadores empedernidos da vida, façam o elogio acadêmico desta ou daquela região, para depois olvidarem as promessas mais elementares da cooperação para o desenvolvimento dela?

O Sr. Primo Beck — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois não.

O Sr. Primo Beck — V. Ex.^a há pouco disse que a produção do solo do Rio Grande do Sul, pode ser diversificada no cultivo das sementes oleaginosas...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E' bem verdade. A intensificação da produção da soja é prova disso.

O Sr. Primo Beck — ... e ponto de se tornar o meu Estado um dos maiores centros produtores do país de uma nova riqueza exportável. Entretanto, alega V. Ex.^a que não é possível desenvolver um esquema produtivo de acordo com as nossas necessidades. Em parte, o Legislativo é o culpado dessa situação...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Grandemente culpado. Deveríamos ser mais militantes num programa de disseminação de sementes, que rendam dólares.

O Sr. Primo Beck — ... pois é ele que dispõe dos recursos para serviços necessários à produção nacional, ao desenvolvimento do país. Quero referir-me, por exemplo, à estrada de ferro tronco, central, que ligará a Capital da República à do Rio Grande do Sul e, mais ainda, à cidade de Jaguarão, ou seja, à ferrovia que vai de Engenheiro Bley a Rio Negro; de Rio Negro a Bento Gonçalves; de Rio Negro a Cai. Precisamos de dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros para terminar um trecho excessivamente necessário. Este recurso, entretanto, até agora não nos foi concedido. Lamentavelmente, pelos restos da nossa compra de trigo, esta estrada de ferro vai contar com o

auxílio de apenas oitenta milhões de cruzeiros. Fiz parte, quando secretário das Obras Públicas do meu Estado, da Comissão encarregada de estudar o plano de aparelhamento dos portos do Sul do país. Elaboraram os técnicos trabalho minucioso que foi enviado para o Rio de Janeiro. Precisavamos, naquela ocasião, de duzentos e setenta milhões de cruzeiros para aparelharmos os portos do Rio Grande do Sul, Vitória e Bahia e construirmos dois piers na Capital Federal. Desses duzentos e setenta milhões de cruzeiros foram concedidos vinte e sete. Quem são os culpados? Os culpados são aqueles que fazem parte do Legislativo, porque o Orçamento da União é votado pelo Congresso. O Executivo não é o dono dos recursos financeiros do país. Os donos são os representantes do povo, tanto os da Câmara Alta como os da Câmara Baixa, e esses representantes devem deixar de andar como ticos, procurando fórmulas e soluções eleitoreiras, para, com verbas daquelas, ajustá-las aos interesses eleitorais. Temos que enfrentar, rijamente, esses problemas cuja solução é por demais necessária ao desenvolvimento e barateamento de nossa produção. Seja qual o for o Executivo, deve ele executar — daí o seu nome — para solucionar essas problemas. Infelizmente, porém, isso não ocorre; os membros do Executivo sucedem-se, cada um deles vem com novos planos, e a solução dos velhos problemas tão necessária ao país vão ficando para as calendas gregas.

SITUAÇÃO DOS PARTIDOS

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Dirijo as censuras que V. Ex.^a formula aos partidos sem exceção. Pode-se dizer que os partidos políticos só existem no Brasil, em vésperas de eleições. Procedida essa, eles entram em hibernação ressonando a sono solto e criando estado de tumulto e anarquia permanente da Câmara. Dir-se-lhe que os homens, ali, agiam sem dependência de vínculos partidários. São peças soltas de um organismo que não se articula, senão artificialmente, por espasmos. Não os unem laços de disciplina e daí as decisões calamitosas tomadas pela outra Câmara do Parlamento. Na minha terra natal, um representante do PSD paulista, assistiu cinco dos nossos chefes, no interior, venderem os votos dos companheiros aos adversários. Nenhum foi expulso das fileiras! Nossos Estados do Norte têm problemas importantes de que não curam no âmbito federal os seus partidos. O que atrai os representantes do nosso povo, é o automóvel.

O Sr. Primo Beck — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Primo Beck — Nossos partidos têm seus dignos líderes os quais poderão assinalar ao Executivo as obras mais interessantes e necessárias e que devam ser continuadas; não digo iniciadas, mas continuadas. A referência que V. Ex.^a faz quanto à Paraíba, eu a estendo ao Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina onde existe o estreito do rio Uruguai, com apenas dezolito metros. Foi votada verba de quatorze milhões de cruzeiros para início dos trabalhos técnicos necessários à Usina do Estreito do Rio Uruguai e que beneficiará esses Estados com oitocentos mil kilowatts. Entretanto, até agora, a verba não teve solução.

INTRANSIGENCIA E DITADURA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Veja V. Ex.^a, entretanto, o que é benevolência nacional, para que após três anos apenas se votassem novas concessões de automóveis para os congressistas.

A paciência do povo brasileiro não conhece limites para tolerar as tropelias dos partidos. Ouça a Casa este episódio de cor local paraibana.

Na minha terra natal, tentei em 1951 fazer do orçamento do Estado uma peça puramente administrativa, genuinamente técnica. Sugeri ao governador José Américo convencesse os líderes dos partidos para apresentar-lhes a idéia. Concordeu o governador, prontificando-se a aceitar o projeto que os líderes dos partidos e seu secretário da Fazenda acordassem em levar à Assembleia. Reputava o chefe do Executivo paraibano a mais bela lição que os republicanos do seu Estado poderiam dar aos dos outros: elaborar-se um orçamento por profissionais da administração, e os partidos concordarem em não criá-lo de emendas para mutilá-lo na Assembleia. Vim ao Rio de Janeiro, e pedi ao ministro da Fazenda que remetesse os técnicos do DASP, destinados a trabalhar nas duas leis, a de meios e a da despesa.

Nesse Interim, intervem um dos deputados da oposição de maior ascendência na UDN. Foi o suficiente para que nada se fizesse. O deputado era indivíduo ácido, de mau caráter e preocupado com os interesses subalternos do partido e da sua família.

Lamento ter que dizer que a maioria dos partidos políticos brasileiros, visando um ideal de progresso, com a sobrevivência do regime é coisa inatingível. A intransigência das facções em considerar o bem comum não levar-nos a uma ditadura. Ninguém se aparebe disso; mas não pode deixar de rematar a série de atentados à moralidade e a segurança do país, que estamos praticando todos os dias. O entendimento das facções existe, sim mas é para saquear os cofres públicos com uma iniqua ação predatória em favor dos clãs partidários.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Pode V. Ex.^a ficar ciente de que, quando se tratam dos interesses do Brasil, a União Democrática Nacional não deixará de acompanhar aqueles que promovam pela ação digna de todo aprego.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Parlamento e Executivo têm diante das exigências imperiosas do interesse público, uma linha de conduta emocional. Os problemas de índole econômica, política ou ideológica pairam em outro terreno que eles desconhecem.

O Sr. Primo Beck — Esses problemas são esquecidos, para serem inventados outros.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não se trabalha hoje no Brasil em terra firme, porque a preguiça e a indolência invadiram todas as camadas políticas da sociedade. Tome-se a questão do petróleo. Que é preciso para confundir os comunistas e os criptocomunistas?

A atitude do capitão Prestes no ano de 1947 no Senado, fazendo apelo ao capital e à técnica estrangeiros para resolver-se aqui a questão do óleo. A atitude de Getúlio Vargas de, pois afirmando por idêntico diapasão, quando deixou pesquisar, lavar e refinar a Petrobrás, e também, ao capital e a técnica privados, no projeto que mandou ao Congresso.

O Sr. Novais Filho — V. Ex.^a tem razão.

AGRICULTURA ESPECIALIZADA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Basta de se falar tanto em industrialização, até porque mais industrialização implica em mais dependência dos mercados de fora, e nós não temos nem com o que pagar as matérias-primas estrangeiras do que aqui

já temos como atividade manufatureira.

O Brasil, ou faz uma agricultura especializada de matérias-primas tropicais e uma pecuária e uma indústria extrativa de exportação ou cai da posição em que ele se encontra no mercado mundial. Para isso na que sanear quase todas as nossas fontes de produção e dotar a nossa terra-men-a de trabalho de outros métodos que não sejam os que presentemente vigoram. Não se trabalha quase, ou se trabalha muito pouco no Brasil. A intervenção do Estado Federal na lavoura é o que pode haver de desastroso. A lavoura, no trópico, já e de si um mau negócio, e quando nela interfere a ação estatal, o negócio piora ainda mais.

O tempo o tempo aqui senhor presidente, é o inimigo permanente do lavrador. Secas, geadas, inverno em excesso, granizo, pragas em abundância, Cofaps, ágios para encarecer o material de mecanização e suas peças tabelamentos, preços-teto, todos esses elementos arrasam com o que na vida do agricultor se chama a previsão de safras.

Nada se pode prever quando a gente se torna homem da terra, no Brasil. E é da terra, que se na de esperar o remédio dos males que nos pestejam. Até porque se não se der uma relativa estabilidade às atividades do homem no campo, o Governo estará matando as fontes de provisão das cambiais de que ele carece.

As duas ondas que avassalam e estão destruindo o Brasil, são em primeiro lugar o "steepie chase" demagógico, para saber quem dá mais coisas ao operário, quem mais o lisonjeia, à custa de uma produção que se está fundindo, o homem do trabalho.

Elevou-se o trabalhador à categoria de uma divindade, à qual cumpre tudo sacrificar. E os dois sacrifícios maiores dos partidos a essa Siva, são: elevação de salários todo o ano, e o Estado com a ampliação cada vez maior da superfície do seu patronato,

a fim de dispôr de salários à vontade para mais eleitores dos partidos.

Ao lado da fúria demagógica, reina uma atroz incompetência de noventa e nove por cento dos indivíduos, que fazem política para se interessar pela coisa pública como legisladores, ou dirigi-la como administradores.

O País, destituído de liderança nos partidos, está-se estionando, sobretudo nos seus campos, que perdem substância, ante a prática das culturas extensivas, as quais apressam a erosão do solo. Terra privada de fertilidade quer dizer agricultura sem produtividade. Não logrando o Brasil manter as suas plantações em nível elevado de produção, o que acontece é que quase tudo o que lançamos no mercado de nossas safras, é gravoso como mercadoria exportável. Isso a principiar do café. A nossa maior riqueza é produzida no Brasil mais cara do que no México, na África e nos países centro-americanos.

O Sr. Di Primio Beck — Permita V. Exa. um aparte, não como Senador, mas como industrial que sou no Rio Grande do Sul. A nossa produção é cara porque não contamos, absolutamente, com apoio oficial. Não só a produção do Rio Grande do Sul é cara, como toda a produção do Brasil. Há pouco, antes de chegar a esta Casa, recebi telefonema de grande industrial do Rio Grande do Sul, que veio solicitar recursos a fim de continuar com a sua produção manufatureira lanigera no Estado e estes lhe foram negados. Eis o incentivo aos empréstimos triangulares que se está verificando nas grandes praças. Fabricantes e industriais chegam a pagar três por cento de juros ao mês ao particular, que dispõe de recursos, a fim de conseguir meios com que ressarcir seus empregados, ao terminar a quinzena. Sujeita-se assim a juros extorsivos. E alimentar a usura, o crime, o vício bancário da operação triangular, no Brasil. Era o que desejava dizer a V. Exa. não como Senador da República mas como industrial.

O SUBCONSUMO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O nosso ilustre colega, Sr. Primio Beck, acaba de agitar problemas dos mais serios do Brasil — o do subconsumo. Esta situação tem várias causas que não são uma nem duas ou três que a determinam. A vista, porém, encontramos uma: as exportações brasileiras caem assustadoramente. É o drama em que se encontram os grandes Bancos e os banqueiros nacionais. Que adianta continuar o banqueiro a suprir o seu cliente com dinheiro, se os mercados no Brasil rendem cada vez menos para dentro ou fora do país?

O Sr. Primio Beck — O banqueiro que não dispõe de recursos forçará aos que a ele recorrem a canalizar suas reservas para o Banco.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Exa. se equivoca. As caixas dos Bancos estão gordas. Eles não têm é a quem emprestar com segurança.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os tampanos) — Lembro ao nobre orador de que está finda a prorrogação regimental da hora do expediente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Concluirei, Sr. Presidente, dizendo que seria conveniente usar nos nossos parques de trabalho os métodos chineses que estão sendo aplicados no Rio Grande do Norte. Naquele Estado ninguém exporta hoje chelita. Mas os chineses, ali recém-chegados, estão mandando o produto das minas locais para os Estados Unidos. Vamos chinificar o Brasil; vamos ver como os chineses do Rio Grande do Norte estão logrando fazer no País uma economia rendosa, de modo a poder exportar a chelita, com a queda brutal que se verifica nos Estados Unidos e na Inglaterra em suas cotações.

Por outro lado, solicitaria aos partidos políticos que nomeassem essas belas figuras de "domadores de onça", que são os nobres Senadores Argemiro de Figueiredo e Daniel Krieger, para emprenderem uma política de reeducação dos seus e nossos corteligo-

nários e fazê-los entrar em nossas tabas, a fim de conduzir-nos à civilização e, sobretudo, à convivência pacífica daqueles povos que têm capacidade de investimentos no Brasil e não fazer do brasileiro um povo agressivo, não homogêneo, desgraçadamente móspito com as nações capitalistas, as únicas forças que podem colaborar com a nossa redenção, no momento.

Termino, portanto, dando um viva ao capitalismo estrangeiro, porque, sem ele antes de morremos de fome, teremos sucumbido por escassez de inteligência e privação de caráter. Muito bem! Muito bem! Palmas.)

SENADO FEDERAL

GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE

PORTARIA Nº 3/58

O Vice-Presidente do Senado Federal de conformidade com o disposto na Resolução nº 3, de 1958,

Resolve designar Ana Augusta Dias da Cunha Amazonas, Oficial Legislativo, classe "N" do Quadro da Secretaria do Senado para exercer as funções de sua Auxiliar de Gabinete.

Senado Federal, em 11 de março de 1958. — Apolinio Sales, Vice-Presidente do Senado Federal.

GABINETE DO SR. 1º SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 7 DE 18 DE MARÇO DE 1958.

O 1º Secretário, nos termos do art. 2º da Resolução nº 3, de 1958, e de acordo com a indicação feita pelo 3º Secretário, designa para o Gabinete de sua Excelência:

Para Oficial de Gabinete: Luiz Fernando de Oliveira Freire
Para Auxiliar de Gabinete: Claudia Adde Passerini
Secretaria do Senado Federal, em 18 de março de 1958. — Senador Cunha Mello 1º Secretário.